

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE, CULTURA,  
E FRONTEIRAS - NÍVEL DE MESTRADO.  
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE.

MICHELE SIU MUI YU

**PRESENÇA DAS LÍNGUAS CHINESAS E INTEGRAÇÃO DE CHINESES EM  
DIVERSOS ESPAÇOS SOCIAIS DE FOZ DO IGUAÇU – PR: UM ESTUDO  
INTERDISCIPLINAR**

FOZ DE IGUAÇU- PR

2018

MICHELE SIU MUI YU

**PRESENÇA DAS LÍNGUAS CHINESAS E INTEGRAÇÃO DE CHINESES EM  
DIVERSOS ESPAÇOS SOCIAIS DE FOZ DO IGUAÇU – PR: UM ESTUDO  
INTERDISCIPLINAR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná –UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Isis Ribeiro Berger.

FOZ DE IGUAÇU- PR

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Yu, Michele Siu Mui

Presença das línguas chinesas e integração de chineses em diversos espaços sociais de Foz do Iguaçu PR : um estudo interdisciplinar / Michele Siu Mui Yu; orientador(a), Isis Ribeiro Berger, 2018.  
135 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2018.

1. Línguas chinesas. 2. Foz do Iguaçu. 3. Políticas linguísticas. I. Berger, Isis Ribeiro. II. Título.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Foz do Iguaçu - CNPJ 78.680.337/0004-27  
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Fone: (45) 3576-8100 - Fax: (45) 3575-2733  
Pólo Universitário - CEP 85870-650 - Foz do Iguaçu - Paraná



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**MICHELE SIU MUI YU**

**PRESENÇA DAS LÍNGUAS CHINESES E INTEGRAÇÃO DE CHINESES EM  
DIVERSOS ESPAÇOS SOCIAIS DE FOZ DO IGUAÇU-PR: UM ESTUDO  
INTERDISCIPLINAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade,  
Cultura e Fronteiras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título  
de Mestra em Sociedade, cultura e fronteiras, área de concentração Sociedade,  
Cultura e Fronteiras, linha de pesquisa Trabalho, Política e Sociedade,  
APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Isis Ribeiro Berger

Maria Elena Pires Santos

Maristela Pereira Fritzen

Foz do Iguaçu, 16 de março de 2018

**Prof.ª Dr.ª Denise Rosana da Silva Moraes**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Sociedade, Cultura e Fronteira  
Mestrado e Doutorado

Portaria nº 0972/2016 GRE de 02/02/2016

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**:

Que, de forma inexplicável e surpreendente, faz a diferença para quem acredita Nele.

Que por meio de sua graça, e de seu infinito amor, concedeu-me o privilégio de viver essa maravilhosa experiência que é o Mestrado.

Que me proporciona, todos os dias, a verdadeira alegria de viver, independentemente, das circunstâncias ao meu redor.

Por me conceder seus dons, em especial, o da sabedoria e o da paz, imprescindíveis, para enfrentar os desafios do dia-a-dia e conquistar os sonhos almejados.

À professora **Dr<sup>a</sup>. Isis Ribeiro Berger**, meus sinceros, agradecimentos e admiração por ser uma pessoa esplêndida e singular. Agradeço pelas orientações e ideias essenciais para a elaboração deste trabalho. Sou grata pela oportunidade e pelo voto de confiança que me foi depositado. Agradeço pela contagiante paixão pela vida, pela pesquisa, pela busca do saber, que nos incentiva a ter novos olhares e nos motiva a atravessar fronteiras e desbravar caminhos ainda não percorridos.

Às professoras **Dr<sup>a</sup>. Maria Elena Pires Santos** e **Dr<sup>a</sup>. Maristela Pereira Fritzen** pelas valiosas correções, sugestões e comentários fornecidos durante a banca de qualificação, que muito contribuíram para a qualidade do presente trabalho.

Aos estimados **professores**, colaboradores, auxiliares de secretaria, e colegas do Programa de Pós-graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras, por todo conhecimento compartilhado durante esta divertida e laboriosa jornada.

Em especial, agradeço aos meus **amigos** mais próximos do Programa, que não preciso nominá-los aqui, mas declarar que foi a amizade e o carinho deles que me deram ânimo e motivação durante esse memorável e incrível período desafiador do Mestrado.

À minha **família** e familiares, pela confiança, apoio e amor incondicional que sempre transmitiram a mim. Particularmente, aos meus pais, que lutaram e trabalharam arduamente,

para proporcionar tudo o que tenho. E priorizaram a minha educação, acima de tudo, pois acreditaram que valeria a pena.

Ao meu esposo, Alisson, que me apoia, me incentiva, me alegra, e é uma das demonstrações de como Deus supera nossas expectativas quando confiamos Nele.

À comunidade de chineses e descendentes de Foz do Iguaçu, em especial a todos os que gentilmente contribuíram e participaram desta pesquisa, pela receptividade e pela contribuição essencial para os resultados desta investigação.

A todos que, com boa intenção, de alguma maneira, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

YU, Michele Siu Mui. **Presença das línguas chinesas e integração de chineses em diversos espaços sociais de Foz do Iguaçu – PR: um estudo interdisciplinar**. 2018. 135. f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMO

Esta dissertação propõe, como objetivo geral, investigar a presença de grupos chineses em Foz do Iguaçu - PR e suas relações com a sociedade local. A pesquisa foi desenvolvida sob uma ótica interdisciplinar, tendo como campo base a Política Linguística, que visa compreender as decisões e relações entre as línguas e a sociedade. Quanto à metodologia, a abordagem da pesquisa é qualitativa e utiliza práticas interpretativas para compreender melhor e refletir sobre como se configuram as experiências de integração vividas pelos sujeitos da pesquisa. No que tange aos meios de obtenção de dados, a pesquisa foi precedida de necessária pesquisa bibliográfica, seguida de observação em campo e entrevistas semiestruturadas. Os dados indicam que a presença da escrita chinesa nos espaços visuais públicos na cidade de Foz do Iguaçu encontra-se em evidência essencialmente nos estabelecimentos comerciais voltados para a comunidade chinesa e restaurantes especializados em culinária chinesa. Foi verificado que, com exceção do templo budista, os locais onde foi observada a escrita chinesa foram na região central de Foz do Iguaçu. Quanto à integração, observaram-se comportamentos de isolamento social e de pouca integração com a comunidade local de Foz do Iguaçu. A partir dos dados obtidos, sugerem-se encaminhamentos para melhorar a integração da comunidade chinesa e amenizar as fronteiras linguísticas, como a inserção de informações essenciais na língua chinesa nos principais serviços públicos, bem como políticas de ensino gratuito da língua portuguesa para os imigrantes. Espera-se que esta pesquisa contribua para dar visibilidade às línguas chinesas, bem como indicar caminhos para amenizar fronteiras linguísticas e culturais dos falantes das línguas chinesas no contexto fronteiriço da cidade de Foz do Iguaçu.

**Palavras-chave:** Línguas chinesas, Chineses, Integração, Foz do Iguaçu, Políticas Linguísticas.

## **ABSTRACT**

*This dissertation proposes, as a general objective, to investigate the presence of Chinese groups in Foz do Iguaçu - PR and their relations with local society. The research was developed from an interdisciplinary perspective, based on field of Language Policy, which aims to understand the decisions and relations between languages and society. As for the methodology, the research approach is qualitative and uses several interpretative procedures to understand how the integration experiences lived by the research subjects are configured. Regarding the means of obtaining data, the research was preceded by bibliographic research, followed by field observation and structured interviews. The data reveal that the presence of Chinese writing in public spaces in the city of Foz do Iguaçu is mainly evidenced in commercial establishments aimed at the Chinese community and restaurants specializing in Chinese cuisine. It was verified that, except for the Buddhist temple, the places where the Chinese writing was observed were in the central region of Foz do Iguaçu. Concerning integration, data suggests that there were behaviours of social isolation and little integration with the local community of Foz do Iguaçu. Based on the results, suggestions are made to improve the integration of the Chinese community and to bridge the linguistic borders, such as the insertion of essential information in the Chinese language in the main public services, as well as the proposal of public educational policies for teaching-learning Portuguese language to immigrants. It is expected that this research will contribute to giving visibility to the Chinese languages, as well as indicating ways to decrease the linguistic and cultural border between the Chinese language speakers and local community in the Foz do Iguaçu border context.*

**Key words:** *Chinese languages, Chinese, Integration, Foz do Iguaçu, Language Policy.*



## 摘要<sup>1</sup>

本文提出了一個總體目標，即了解和描述在伊瓜蘇的各種社會空間中的中文語言的存在，以及中文社區是如何融入（或不融入）伊瓜蘇市的社區的。作為具體的目標，他試圖了解作為這個語言群體的聚合者的空間，以及了解在伊瓜蘇語中屬於中國語言社區的20（二十）位華語母語者的社會語言學概況，這是本研究的主題。此外，我們的目標是建立知識，讓這個社區和伊瓜蘇市所講的中國語言能夠看到。該研究是從跨學科的角度出發，基於語言政策，旨在理解語言與社會之間的決定和關係。至於方法論，研究方法是定性的，並且使用一些解釋性實踐來更好地理解 and 反思研究主題如何配置整合經驗。關於獲取數據的手段，研究之前是必要的書目研究，其次是實地觀察和半結構化訪談。這些數據表明，在伊瓜蘇市的公共場所出現中文寫作主要體現在針對中國社區的商業機構和專門從事中國美食的餐館。據證實，除了佛教寺廟外，觀察中國文字的地方都在伊瓜蘇市中心地區。關於一體化，有一些社會隔離的行為，與伊瓜蘇當地社區的融合很少。根據獲得的數據，提出了一些建議，以改善華人社區的融合，並緩解語言邊界，例如在主要公共服務中插入中文基本信息以及葡萄牙語免費教育政策移民的語言。希望這項研究將有助於提高中國語言的知名度，並指出如何改善在伊瓜蘇市的邊界環境中講中文的人的語言和文化邊界。

**關鍵詞：** 中文， 中國人， 融合， 伊瓜蘇市， 語言政策。

---

<sup>1</sup>Escrita chinesa tradicional.

## 摘要<sup>2</sup>

本文提出了一个总体目标，即了解和描述在伊瓜苏的各种社会空间中的中文语言的存在，以及中文社区是如何融入（或不融入）伊瓜苏市的社区的。作为具体的目标，他试图了解作为这个语言群体的聚合者的空间，以及了解在伊瓜苏语中属于中国语言社区的20（二十）位华语母语者的社会语言学概况，这是本研究的主题。此外，我们的目标是建立知识，让这个社区和伊瓜苏市所讲的中国语言能够看到。该研究是从跨学科的角度出发，基于语言政策，旨在理解语言与社会之间的决定和关系。至于方法论，研究方法是定性的，并且使用一些解释性实践来更好地理解和反思研究主题如何配置整合经验。关于获取数据的手段，研究之前是必要的书目研究，其次是实地观察和半结构化访谈。这些数据表明，在伊瓜苏市的公共场所出现中文写作主要体现在针对中国社区的商业机构和专门从事中国美食的餐馆。据证实，除了佛教寺庙外，观察中国文字的地方都在伊瓜苏市中心地区。关于一体化，有一些社会隔离的行为，与伊瓜苏当地社区的融合很少。根据获得的数据，提出了一些建议，以改善华人社区的融合，并缓解语言边界，例如在主要公共服务中插入中文基本信息以及葡萄牙语免费教育政策移民的语言。希望这项研究将有助于提高中国语言的知名度，并指出如何改善在伊瓜苏市的边界环境中讲中文的人的语言和文化边界。

**关键词：** 中文, 中国人, 融合, 伊瓜苏市, 语言政策.

---

<sup>2</sup>Escrita chinesa simplificada.

## **LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**

AR – Argentina

BR – Brasil

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos

CMFI - Câmara Municipal De Foz do Iguaçu

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPMM - Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes

CRAI - Centro de Referência e Acolhimento para Imigrantes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESF - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira

INDL - Inventário Nacional da Diversidade Linguística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MI – Ministério da Integração Nacional

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONG – Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PL - Projeto de Lei

PMFI – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

PY – Paraguai

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 FOZ DO IGUAÇU E A FRONTEIRA</b> .....	<b>20</b>
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SOCIOLINGUÍSTICO DA PESQUISA .....	20
1.2 BREVE HISTÓRIA DE FOZ DO IGUAÇU E A VINDA DE IMIGRANTES CHINESES .....	26
1.3 A COMUNIDADE LINGUÍSTICA DE LÍNGUAS CHINESES .....	31
1.4 A PLURALIDADE DE LÍNGUAS CHINESES .....	35
<b>2 PERCURSO TEÓRICO</b> .....	<b>43</b>
2.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA COMO CAMPO INTERDISCIPLINAR.....	43
2.2 DIREITOS LINGUÍSTICOS .....	46
2.3 SEGURANÇA/ INSEGURANÇA LINGUÍSTICA.....	52
2.4 INTEGRAÇÃO E DIREITOS DOS IMIGRANTES .....	54
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>63</b>
3.1 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO PERSPECTIVA DA PESQUISA.....	63
3.2 DELINEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....	65
<b>3.2.1 Observação e registro de imagens em campo</b> .....	<b>66</b>
<b>3.2.2 Levantamento linguístico e entrevistas</b> .....	<b>68</b>
3.3 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA .....	73
<b>4 OBSERVAÇÃO DA PRESENÇA DAS LÍNGUAS CHINESES EM FOZ DO IGUAÇU</b> .....	<b>76</b>
4.1 PRESENÇA VISUAL DA ESCRITA CHINESA .....	76
<b>4.1.1 Estabelecimentos Comerciais</b> .....	<b>77</b>
<b>4.1.2 Restaurantes chineses</b> .....	<b>81</b>
<b>4.1.3 Instituições religiosas e espaços de culto</b> .....	<b>82</b>
<b>4.1.4 Jornal com escrita chinesa</b> .....	<b>86</b>
<b>4.1.5 Instituições de ensino que ofertam ensino de mandarim em Foz do Iguaçu</b> .....	<b>87</b>
<b>4.1.6 Feirinha da JK</b> .....	<b>89</b>
<b>4.1.7 Decoração de fim de ano</b> .....	<b>92</b>
4.2 REPERTÓRIO LINGUÍSTICO, INTEGRAÇÃO, RESIDÊNCIA E DIREITOS DOS SUJEITOS NO CONTEXTO DE FRONTEIRA .....	94
<b>4.2.1 Os sujeitos e suas línguas</b> .....	<b>94</b>
<b>4.2.2 Os sujeitos e a integração com a comunidade</b> .....	<b>101</b>
<b>4.2.3 Os sujeitos e os locais de residência</b> .....	<b>106</b>
<b>4.2.4 Os sujeitos e a dinâmica da fronteira</b> .....	<b>108</b>
<b>4.2.5 Os sujeitos e os seus direitos</b> .....	<b>110</b>
4.3. A PRESENÇA DAS LÍNGUAS CHINESES E DOS CHINESES EM FOZ DO IGUAÇU: ENCAMINHAMENTOS DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS .....	114
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>120</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>133</b>

**APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....134**

**APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista.....135**

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida a partir de uma perspectiva interdisciplinar, realizada no âmbito do curso de pós-graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu.

A motivação que gerou a problemática desta pesquisa partiu de um interesse pessoal a respeito das línguas chinesas e dos falantes dessas línguas em Foz do Iguaçu, Paraná. Este interesse provém do fato desta pesquisadora ser filha de imigrantes chineses e residir em Foz do Iguaçu desde os primeiros meses de idade.

Embora tenha convivido durante quase toda a vida em meio à realidade multi/plurilíngue do município, que se situa em uma região onde há o contato de diferentes línguas, não possuía a consciência e a percepção do privilégio de ter a presença, tanto das línguas dos países vizinhos, como das línguas de imigração e também das turistas e viajantes que transitam pela cidade.

Ao participar, como ouvinte, em fevereiro de 2016, do evento **Minha Língua, Língua Materna: Colóquio pelo Dia Internacional da Língua Materna**, e das aulas das disciplinas deste programa de pós-graduação, em especial, a de **Pluralidade linguístico-cultural, interculturalidade e fronteiras**, sobreveio uma vontade instigante de pesquisar temas relacionados a direitos linguísticos, falantes de línguas minoritárias e ações de gestão dessas línguas.

A escolha de um problema de pesquisa conduz a indagações. Conforme Gil (2010, p. 34), “é claro que a preocupação em buscar respostas para indagações não é imune às influências e contradições sociais”, ou seja, a preocupação se vincula à comunidade, aos grupos com que o pesquisador se relaciona, bem como, recebe influências do seu meio cultural, social e econômico. Por isso, a escolha do problema desta pesquisa tem relação com as experiências pessoais desta pesquisadora, que por ser graduada em Direito e trabalhar no Judiciário, verificou a falta de estrutura existente para atender os imigrantes que possuem pouca ou nenhuma habilidade de se comunicar na língua portuguesa.

Inicialmente, pensou-se em pesquisar sobre o acesso à justiça pelos imigrantes residentes na cidade de Foz do Iguaçu. No entanto, devido à necessidade de delimitar o tema, e pelo fato desta pesquisadora ser descendente de chineses, optou-se por focar o estudo nos imigrantes chineses. Ocorre que, apurou-se um número reduzido de imigrantes chineses que informaram terem acionado o Judiciário. Assim, o projeto foi repensado, a ideia foi

amadurecida e construiu-se um novo olhar voltado à presença das línguas chinesas na cidade de Foz do Iguaçu e aos aspectos acerca da integração dos falantes das línguas chinesas com a comunidade local. Em síntese, foi esse o caminho percorrido para se chegar ao recorte dessa pesquisa.

De acordo com Cury (2010), a cidade de Foz do Iguaçu abriga aproximadamente 80 nacionalidades. Estima-se que 5 mil chineses vivem na fronteira, e calcula-se que 15% moram em Foz do Iguaçu e 85% em *Ciudad del Este* (CURY, 2010). Uma das estratégias de marketing para a promoção da cidade de Foz do Iguaçu é transmitir a imagem de um local receptivo que acolhe de forma harmônica distintas culturas, línguas e nacionalidades, dentre as quais as dos chineses.

Nesse sentido, Klauck e Szekut (2012) afirmam que a ideia de que essa diversidade populacional da cidade é algo positivo está quase que naturalizada e é amplamente divulgada, tanto por discursos oficiais, como os vinculados a instâncias da prefeitura municipal ou ao turismo, visto como uma riqueza deste espaço.

No entanto, verifica-se que não há planejamento linguístico claro nem aplicação de políticas públicas específicas para gerir a diversidade linguística presente no município a fim de promover a integração entre falantes de diferentes línguas. Essas políticas públicas<sup>3</sup> específicas sobre línguas podem ser chamadas aqui de políticas linguísticas, que estão relacionadas com planejamento linguístico (OLIVEIRA, 2013; 2016). Para Calvet (2002, p. 169), planejamento linguístico é o “conjunto de políticas oficiais implementadas pelos poderes executivos para definir os usos de uma ou mais línguas no território de um país”.

Ainda, segundo Calvet (2002), políticas linguísticas são intervenções sobre as línguas, mais frequentemente por parte de Estados, e podem se dar mediante leis, portarias e outros documentos orientadores e reguladores. A título de exemplo, insta mencionar as políticas linguísticas imigratórias adotadas em Portugal, na Austrália e no Canadá que contam com o apoio de tradutores e disponibilizam cursos gratuitos para o aprendizado da língua do país de acolhimento (SATALECKA, 2011). Portanto, planejamento linguístico é o percurso para a implementação das políticas linguísticas, sua concretização e a transformação em realidade.

---

<sup>3</sup> Para Oliveira (2013, p. 1), as políticas públicas de um país têm diferentes repercussões nos veículos que lhes conferem visibilidade. Há políticas públicas que o governo tem interesse em publicizar, porque são signos de competência, trabalho, articulação e, frequentemente, rendem votos ao governante. Há as políticas públicas que são mais ou menos secretas ou confidenciais, como é o caso de muitos aspectos da política externa ou da política militar. Há finalmente, um terceiro tipo de política, de pouca visibilidade, mas cuja invisibilidade não é derivada de uma intenção do Estado ou do governo. É o caso das políticas linguísticas.

O significativo número de chineses e descendentes residentes na região da tríplice fronteira formada pelo Brasil, Paraguai e Argentina, bem como, a verificação da falta de políticas e planejamento linguísticos explícitos e específicos para o acolhimento dos imigrantes, foram fatores que influenciaram para o direcionamento deste estudo. Ademais, a escassez de pesquisas sobre os falantes de línguas chinesas e a ausência de trabalhos acadêmicos que abordem esse assunto sob a ótica da Política Linguística, como um campo interdisciplinar, também contribuíram para a escolha do tema.

O aspecto da integração linguística é uma questão pertinente em contextos de grande diversidade, em especial, quando faz parte das discussões em torno da integração dos imigrantes na sociedade. Conforme Satalecka (2011, p. 30), “em muitos países, a presença de minorias étnicas traduziu-se no reconhecimento de que muitos dos migrantes são privados de acesso a serviços, aos quais têm direito a usufruir”, tão somente por não falarem a língua da instituição ou fornecedor do serviço.

Importante reiterar que a língua constitui um fator de extrema relevância na inserção dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Para que os imigrantes, falantes de línguas diferentes da língua oficial do país em que decidem residir, possam participar de formas mais efetivas das ações da sociedade, é preciso que tenham a possibilidade de desenvolver formas de comunicação. Para tanto, o aprendizado/aquisição da língua do país, que lhes é desconhecida, é um caminho necessário, pois, a língua é um componente essencial no processo de integração.

A princípio, a proposta da pesquisa limitava o estudo aos imigrantes chineses, porém, após conversas informais e em entrevistas, verificou-se que mesmo os que não são imigrantes, mas são falantes de língua(s) chinesa(s) podem ter comportamentos de isolamento e dificuldades de integração com a comunidade local. Portanto, conforme apresentado no capítulo referente à metodologia, os sujeitos da presente pesquisa são compostos em sua maioria por imigrantes chineses, mas não representa a totalidade<sup>4</sup>.

Desse modo, tendo delimitado o tema desta pesquisa, qual seja, o da **presença das línguas chinesas e integração de chineses em diversos espaços sociais de Foz do Iguaçu – PR**, a pesquisa partiu da seguinte pergunta norteadora: em que espaços sociais<sup>5</sup> de Foz do

---

<sup>4</sup> Estes dados serão detalhadamente apresentados na seção 3.3 no perfil dos sujeitos da pesquisa.

<sup>5</sup> Entende-se como espaços sociais os locais de acesso público em que ocorrem atividades e práticas sociais, onde as pessoas se relacionam e mantêm contatos.



Iguaçu o uso das línguas chinesas se faz presente e como ocorre (ou não) a integração dos sujeitos com a comunidade local?

A fim de responder ao questionamento, traçou-se como objetivo geral, investigar a presença de grupos chineses em Foz do Iguaçu - PR e suas relações com a sociedade local.

Como objetivos específicos, pretende-se descrever a presença das línguas chinesas em espaços sociais de Foz do Iguaçu; traçar o perfil sociolinguístico dos sujeitos da pesquisa; e analisar como ocorre ou não a integração dos grupos de chineses com os demais grupos locais. Essas perguntas auxiliam na construção de um panorama sobre essas línguas e essa comunidade, de modo a contribuir para ações futuras de política linguística.

Parte-se do pressuposto de que a presença de uma língua em dado espaço pode ser resultante de estratégias ou ações de gestão. Por sua vez, a ausência de uma língua em determinado espaço pode ser também o efeito de práticas com o propósito de silenciamento, apagamento e/ou deslocamento dessas línguas, ou seja, a produção da inexistência, da invisibilidade da língua ou das línguas nesse espaço (BERGER, 2015).

À vista disso, o estudo da presença das línguas chinesas em diversos espaços sociais da cidade de Foz do Iguaçu possibilitará analisar as práticas de gestão e políticas linguísticas atinentes à comunidade linguística de línguas chinesas. Assim, todo o texto foi construído de forma a percorrer e responder a problemática principal que conduziu toda a construção deste trabalho. Ainda, releva trazer o ensinamento de Calvet (2002, p. 121), de que “o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto linguístico” e de que a história de uma língua é a história de seus falantes. Assim, esta pesquisa se propõe por meio dos instrumentos de obtenção de dados, em especial, das entrevistas, estudar a presença das línguas chinesas de forma a contemplar a história desses falantes no cenário fronteiriço de Foz do Iguaçu.

Assim, esta pesquisa construirá conhecimentos para dar visibilidade às línguas chinesas na cidade de Foz do Iguaçu, seguindo a concepção de Altenhofen (2013, p. 96) de que se pretende não apenas “garantir voz”, como também “dar ouvidos” aos falantes de línguas chinesas em Foz do Iguaçu.

Realizada essa delimitação, buscaram-se investigações relacionadas ao tema, a fim de verificar os estudos já realizados por pesquisadores no Brasil, com o intuito de situar a contribuição do presente trabalho para um conjunto de pesquisas que conferem visibilidade aos imigrantes chineses no que tange à questão do uso das línguas e integração no Brasil. As

buscas foram realizadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no acervo digital e físico do sistema da Biblioteca da UNIOESTE.

Vilela e Lopes (2011) coletaram informações de dissertações de mestrado e de teses de doutorado do banco de teses da Capes e realizaram um balanço da produção acadêmica sobre migração internacional no Brasil. Os trabalhos analisados pertencem às áreas de Sociologia, Antropologia, Demografia, Ciência Política e Ciências Sociais. Os autores constataram que comparados aos japoneses, são poucos os estudos sobre coreanos e chineses.

A pesquisa de Santos (2006) teve como base um trabalho etnográfico realizado na Casa de Macau em São Paulo e buscou compreender a experiência de indivíduos emigrados da região de Macau, na China, para São Paulo do período de 1953 a 1977, bem como as dinâmicas identitárias desse grupo. Por meio de entrevistas, conversas e registro de histórias de vida, o pesquisador descreveu relatos de grupos e famílias de macaenses e discutiu como um pequeno grupo reage a mudanças tão profundas do seu entorno reinventando continuamente as tradições.

A tese de Ling (2007) estuda a adaptação dos imigrantes chineses na cidade de São Paulo, destacando a preocupação desses imigrantes de manterem vivas as tradições de origem. Inserida na área de antropologia, a pesquisa teve duas perguntas principais: qual o lugar e o papel do idoso nas comunidades de origem e nas novas e como o idoso chinês no Brasil lida com a nova situação e com a ambivalência de valores. Para responder a essas indagações foram utilizadas fontes bibliográficas e entrevistas, tendo como considerações finais, em síntese, que tanto o estrangeiro quanto o processo de velhice inseridos na sociedade, não são percebidos pelo tempo linear, mas se diluem no imaginário social.

Já a tese de Vêras (2008) analisa a imigração chinesa no Brasil e as transformações que ela promove na sociedade brasileira, objetivando compreender os fatores de expulsão desses migrantes da China e os de atração para o Brasil. Foram realizadas cinco entrevistas em profundidade com imigrantes chineses em São Paulo para refletir sobre a multiplicidade existente na diáspora. A pesquisa também contou com conversas informais, coleta de fotos, documentação, impressão de brasileiros e visitas a locais onde seria visível a influência chinesa na cidade de São Paulo e região.

Pinheiro-Machado (2009) estuda a produção e a circulação de bens chineses no circuito China-Paraguai-Brasil, e relata, em sua tese, a vinda de imigrantes chineses para a região da tríplice fronteira, a relação de Taiwan com o Paraguai e o comércio exercido pelos imigrantes chineses em *Ciudad del Este*.

A monografia de especialização de Martins (2010) objetivou investigar em narrativas e entrevistas, como ocorre a (in) visibilização da língua (gem) híbrida e provisória de 15 (quinze) alunos bilíngues em língua mandarim, pela perspectiva de professores, colegas de sala de aula e pelos próprios alunos bilíngues no contexto de uma escola privada da cidade de Foz do Iguaçu. O trabalho de Martins (2010) transcreve relatos interessantes que demonstram como os alunos chineses se relacionam e se comunicam em sala de aula. Comparando essa pesquisa com a que se pretende apresentar aqui, verifica-se que a presente pesquisa possui outro foco, distinto do ambiente escolar e visa abordar um viés que não foi abordado na monografia, mas releva mencioná-la por ter estudado alunos chineses em Foz do Iguaçu.

Chen (2010), no âmbito da História da Educação Brasileira, realizou um estudo com o objetivo de compreender aspectos referentes à imigração chinesa no Brasil, sua cultura e seu processo educacional a partir da realidade brasileira. A monografia apresenta elementos do processo de imigração do povo chinês quando de sua vinda para o Brasil e de alguns desafios inicialmente enfrentados e que, em muitos casos, ainda se repetem no contínuo processo de imigração China/Brasil. Em suma, o trabalho focaliza a situação desses imigrantes na cidade de Cascavel/PR, com um olhar voltado para as áreas de História e Educação.

A dissertação de Oliveira (2012a) abordou as vivências cotidianas de imigrantes residentes em Foz do Iguaçu com o objetivo de compreender melhor a cidade e imergir na alteridade narrada por essas pessoas e traçar contornos das relações interculturais ambientadas nos espaços de fronteira. Extraiu relatos de imigrantes argentinos, paraguaios, chilenos, libaneses e taiwaneses. Assim, embora tenha entrevistado taiwaneses, o referido trabalho não teve um olhar voltado especificamente para os imigrantes chineses, possuindo, assim, enfoques e objetivos distintos em comparação com a presente pesquisa.

Yin (2013) trata da imigração chinesa em São Paulo e analisa a língua portuguesa falada pelos imigrantes e focaliza os marcadores discursivos. Segundo o autor, para os imigrantes mais antigos, os principais problemas enfrentados foram relativos à dificuldade em aprender a língua portuguesa. Os resultados da pesquisa apontaram que os falantes com mais proficiência usam mais marcadores com a função de organizar, reformular ou articular o texto, e os com menos proficiência usam marcadores para checar a própria interação e para se certificarem que estão sendo compreendidos.

Diante deste cenário, verifica-se a ausência de estudos sobre falantes de línguas chinesas especificamente na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto*

*Iguazú*. A maioria dos trabalhos no Brasil sobre a imigração chinesa se dá no âmbito da cidade de São Paulo, onde há a concentração de imigrantes de várias outras nacionalidades.

Ainda, observa-se que as pesquisas existentes se preocupam com a integração dos imigrantes com a comunidade local, de uma forma geral, e esta dissertação possui o desafio de analisar a presença das línguas chinesas, sob uma ótica interdisciplinar com base no campo da Política Linguística no contexto de fronteira da cidade de Foz do Iguaçu.

No que se refere à organização do texto, o trabalho possui cinco capítulos. Primeiramente, preocupou-se com a caracterização do ambiente da pesquisa e sobre a vinda de imigrantes chineses para a região e para a cidade de Foz do Iguaçu. Na sequência, discorreu-se acerca do termo comunidade linguística e da pluralidade de línguas na China.

O segundo e o terceiro capítulos foram nomeados, respectivamente, Percurso teórico e Percurso metodológico. Nestes capítulos, aspectos conceituais e fundamentos teóricos da pesquisa foram apresentados, como a questão da Política Linguística, dos direitos linguísticos, da (in)segurança linguística e questões ligadas à integração e direitos dos imigrantes. Em seguida, foi explicitada a abordagem e os meios utilizados para a obtenção de dados. O uso do vocábulo **percurso** no título dos capítulos visa evidenciar a trajetória percorrida para a realização da pesquisa e as caminhadas necessárias, em vários percursos, para identificar e compreender a presença das línguas chinesas em Foz do Iguaçu. Insta ressaltar que o percurso teórico deste trabalho não está restrito ao segundo capítulo, pois a fundamentação teórica permeia outros capítulos ao longo de todo o texto. Assim, procurou-se entrelaçar as ideias e estabelecer diálogo entre os dados e os subsídios teóricos. Na sequência, o quarto capítulo refere-se à apresentação e interpretação dos dados gerados por meio dos diferentes procedimentos metodológicos. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Espera-se que esta pesquisa contribua para dar visibilidade às línguas chinesas, bem como possa servir de subsídio para futuras pesquisas elaborarem proposições e políticas linguísticas no sentido de construir pontes e amenizar fronteiras linguísticas e culturais entre os falantes das línguas chinesas e a comunidade local.

## 1 FOZ DO IGUAÇU E A FRONTEIRA

Neste capítulo será apresentada a contextualização do *locus* da pesquisa e esclarecimentos com relação às línguas chinesas. Inicia-se com a exposição das principais características sociolinguísticas do ambiente de estudo. Na sequência, há um breve relato sobre a vinda dos imigrantes chineses para a região, e nas últimas seções são descritas as questões relativas à pluralidade de línguas chinesas.

### 1.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SOCIOLINGUÍSTICO DA PESQUISA

Definimos ambiente linguístico, segundo Calvet (2002), como sendo a presença ou ausência das línguas sob a forma oral ou escrita na vida cotidiana. Para o sociolinguista, “o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto linguístico” (CALVET, 2002, p. 121). A cidade de Foz do Iguaçu, na fronteira, configura-se como o ambiente sociolinguístico desta pesquisa, em que línguas e sociedade são indissociáveis.

Com 263.915 habitantes, de acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2016, Foz do Iguaçu abriga 81 das 193 nacionalidades que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que as mais representativas são advindas do Paraguai, Argentina, Líbano e China (PMFI, 201-?).

A cidade Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Os países são separados pelos rios Paraná e Iguaçu. Ao norte, Itaipulândia é o município limítrofe, ao sul, *Puerto Iguazú* (Argentina), a leste o município de Santa Terezinha de Itaipu e a oeste, *Ciudad del Este* (Paraguai). As imagens a seguir visam ilustrar sua localização.

**Mapa 1:** Delimitação territorial de Foz do Iguaçu.



**Fonte:** Google Maps.

No mapa anterior não há a descrição do município de Itaipulândia, o qual se localiza na região norte da parte em destaque. Todavia, é possível visualizar a forma como a cidade de Foz do Iguaçu é delimitada e como os rios se tornam marcos de demarcação de território, ou seja, são fronteiras naturais entre os três países.

Nesse sentido, não há como falar do ambiente de investigação da pesquisa sem tecer considerações a respeito do termo **fronteira**. No dicionário, a palavra fronteira é definida como “limite que demarca um país e o separa de outro (s)” (HOUAISS, 2009, p. 932). Todavia, fronteira além de significar demarcação territorial que separa países, cidades, terras, também pode ser entendida como imposição de limites territoriais invisíveis (BERGER, 2015). Em outras palavras, fronteiras podem ser observadas entre indivíduos, podem ser abstratas, sociológicas, culturais, linguísticas, entre outros.

Independentemente se utilizado no sentido físico ou abstrato, a definição de fronteira se articula com os conceitos de território e territorialidade. Em consonância com a proposta deste trabalho, qual seja realizar um estudo interdisciplinar, as pesquisas sobre território e territorialidade podem ter enfoques em diversas áreas de conhecimento, conforme preceitua Haesbaert (2010, p. 37):

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); (...) a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2010, p. 37).

Pela ótica da Sociologia, a existência do território não depende apenas de delimitação de fronteiras fixas e físicas, visto que os limites são dados a partir das relações sociais e culturais que determinados grupos humanos mantêm com lugares que constituem seus territórios.

A fronteira, no sentido abstrato, pode ser vista como uma linha invisível, um espaço em que há uma mobilidade entre indivíduos que se relacionam e produzem transformações e influências nos territórios. Ou seja, em uma sociedade, inevitavelmente os sujeitos influenciam o meio, marcando territórios e traçando fronteiras visíveis e invisíveis nas

relações sociais. E essas fronteiras podem ser de cunho linguístico. Para Day (2013), fronteira linguística não configura um simples resultado ou um simples dado, mas uma produção determinada por uma socialização e um posicionamento de parte dos diferentes atores sociais nela envolvidos.

Nesse sentido, ao analisar os territórios linguísticos na e da escola no contexto de duas escolas na cidade fronteiriça de Ponta Porã, Berger (2016) constatou que alguns alunos de forma consciente demarcavam territórios por meio do uso de suas línguas maternas, distintas da língua portuguesa.

Especificamente sobre o ambiente da presente pesquisa, por pertencer a uma região de tríplice fronteira internacional (Brasil, Paraguai e Argentina), os grupos que compartilham essa região estão em contínua interação e contato, movem-se entre os limites dos países e vivenciam territorialidades linguísticas, por haver distintas línguas separadas por fronteiras simbólicas independente dos limites territoriais físicos.

Ao tratar de fronteira sociocultural entre os grupos étnicos, Barth (1997) afirma que as fronteiras étnicas são produzidas e reproduzidas pelos atores no decorrer das interações sociais e são manipuláveis pelos atores. Nesse viés, entende-se que os sujeitos desta pesquisa, os falantes de línguas chinesas em Foz do Iguaçu, são atores no sentido de gerirem as línguas e influenciarem o meio em que vivem, transpondo fronteiras linguísticas e culturais. Seguindo essa linha de raciocínio, a gestão sobre essas línguas pode abarcar ações que resultam em demarcações de fronteiras, motivo pelo qual se vislumbrou a pertinência de uma sintética incursão no vocábulo fronteira. No capítulo 4, deste trabalho, serão analisados os territórios linguísticos e eventuais fronteiras vivenciadas pela comunidade linguística de línguas chinesas em Foz do Iguaçu.

Insta esclarecer que, muito embora esta pesquisa tenha um olhar mais voltado para a cidade de Foz do Iguaçu, compreende-se que esse município faz parte de uma fronteira dinâmica e todas as suas complexidades e relações de interdependência devem ser levadas em consideração e merecem destaque.

Foz do Iguaçu é uma das 32 cidades-gêmeas brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI). No dia 20/07/2016, as cidades de Porto Mauá (RS) e Santo Antônio do Sudoeste (PR) foram as mais recentes cidades-gêmeas a serem identificadas. Essa classificação possibilita a formulação de políticas públicas específicas, e é o principal requisito observado pela Receita Federal do Brasil para a autorização de lojas francas em regiões de fronteiras. O Ministério da Integração Nacional conceitua cidades-gêmeas como

municípios situados na linha de fronteira, seja seca ou fluvial, integrada ou não por obras de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural. A definição só é válida para as cidades que tenham, individualmente, uma população superior a dois mil habitantes (MI, 2016).

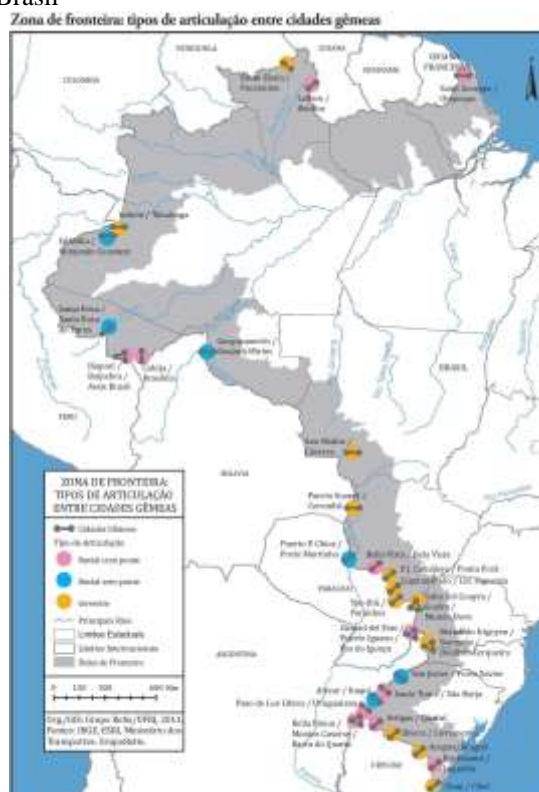
Na mesma linha, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira (IDESF) acrescenta que as cidades-gêmeas correspondem a adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, são cidades que contam com grande potencial econômico e cultural, bem como possuem intensa circulação de pessoas, mercadorias e capitais, acarretando em problemas ligados ao comércio ilegal de mercadoria entre os dois países, contrabando ou tráfico de drogas (IDESF, 2015).

O mapa a seguir foi elaborado em 2011, por isso, não consta todas as cidades-gêmeas atualmente reconhecidas pelo Ministério da Integração Nacional. Mas, é possível observar 29 cidades-gêmeas no mapa e os tipos de articulação entre elas, destas 29, 10 são fronteiras fluviais com ponte, 6 são fluviais sem ponte e 12 com fronteira terrestre. No caso das cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu, *Puerto Iguazú* e *Ciudad del Este*, o tipo de articulação é fluvial com ponte. A ponte da Fraternidade liga o Brasil com a Argentina e a ponte da Amizade, o Brasil e o Paraguai.

Apesar de *Puerto Iguazú* também ser cidade-gêmea de Foz do Iguaçu, para os fins da presente pesquisa, a análise da dinâmica de fronteira está centrada principalmente em Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, tendo em vista que a cidade paraguaia é a cidade-gêmea de maior influência no tocante à vinda de imigrantes chineses para a região. Assim, muito embora o ambiente da pesquisa seja a cidade de Foz do Iguaçu, em razão da localização dos sujeitos e da delimitação da área de observação em campo, não há como ignorar a importância de *Ciudad del Este* na compreensão da presença das línguas chinesas na cidade-gêmea brasileira.



**Mapa 2:** Cidades-gêmeas no Brasil



Grupo Retis, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mapa original base cartográfica com generalização; algumas fronteiras de território não estão representadas em detalhes. Chile, Espanha e Peru não estão cartograficamente representados, as unidades do território brasileiro não estão contadas.

**Fonte:** Grupo Retis/UFRJ, 2011.

De acordo com o IDESF (2015), o cotidiano de uma cidade de fronteira sempre estará à mercê das forças de compartilhamento, quer sejam de aspectos positivos quanto negativos. Esta interdependência surge de forma natural e espontânea, posto que as necessidades do ser humano não se limitam às fronteiras territoriais, motivo pelo qual os menos estruturados simplesmente buscarão apoio no que tiver de melhor, nos que oferecerem melhores possibilidades, condições e mais ampla oferta, seja em educação, saúde, cultura, diversão, comércio, segurança, trabalho, ou qualquer outra necessidade que possa ser facilmente solucionada, ainda que seja do outro lado. O comércio também é compartilhado, o transporte público, e praticamente todos os equipamentos e serviços, sendo em um primeiro momento de uso exclusivo dos residentes, passam a ser compartilhados diuturnamente entre as cidades gêmeas (IDESF, 2015).

Desse modo, uma cidade de fronteira como Foz do Iguaçu não existe por si só, sem a influência de sua gêmea *Ciudad del Este* e vice-versa. A vinda dos imigrantes chineses, especificamente para Foz do Iguaçu está diretamente relacionada à dinâmica do desenvolvimento econômico de *Ciudad del Este*, o que será abordado na seção seguinte.

Assim, observa-se que as cidades-gêmeas coexistem no mesmo espaço e os acontecimentos sociais e principalmente econômicos refletem diretamente na dinâmica uma da outra. Inúmeras pessoas que vivem em um país atravessam a fronteira todos os dias para trabalhar do outro lado, formal e também informalmente.

Nesse sentido, Cury (2010) verificou que diversos imigrantes residem em Foz do Iguaçu, por esta cidade apresentar melhor infraestrutura urbana, fazendo com que eles cruzem diariamente a fronteira para trabalhar no comércio paraguaio. Esse fato foi constatado por meio das informações obtidas com a realização das entrevistas realizadas para esta pesquisa e que serão aprofundadas adiante no Capítulo 4 deste trabalho.

À vista disso, verifica-se que a posição geográfica estratégica, aliada a um intenso comércio na fronteira atraiu a vinda de migrantes e imigrantes<sup>6</sup>, o que foi determinante para o processo de desenvolvimento econômico, não apenas do município paraguaio, mas também da cidade gêmea brasileira. Assim, historicamente, essa região de fronteira é caracterizada pelo contato entre diferentes grupos e suas línguas, o que faz com que o ambiente linguístico-cultural da cidade de Foz do Iguaçu seja marcado por uma grande diversidade de línguas e culturas.

No ambiente multilíngue da tríplice fronteira registra-se a coexistência das línguas oficiais dos países das cidades-gêmeas com diversas outras línguas. Assim, o português, LIBRAS, espanhol, castelhano e guarani coexistem com as línguas de imigrantes chineses, árabes, coreanos, alemães, entre outros, línguas indígenas e de turistas que visitam a região.

Apesar dos países estabelecerem em suas Constituições Federais e outros documentos normativos uma ou mais línguas oficiais nacionais, isso não significa que nos territórios nacionais sejam faladas somente as línguas oficiais. Em outras palavras, embora no Brasil a língua oficial nacional seja o português, na Argentina, o espanhol, e no Paraguai, o castelhano e o guarani, os três países são, na realidade multi/plurilíngues devido tanto à sua formação étnica quanto à circulação e contato constante com diferentes línguas na tríplice fronteira.

Haja vista que os países que compõem essa região de tríplice fronteira são multi/plurilíngues, insta tecer esclarecimentos com relação a esses termos. Conforme se verifica na literatura, não há um consenso na conceituação dos termos multi e plurilíngue.

---

<sup>6</sup> Definição trazida pela Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017: Artigo 1º, inciso II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil (BRASIL, 2017).

Partimos, desse modo, das definições explicitadas na Carta Europeia do Plurilinguismo. Consta no referido documento, que o vocábulo multilíngue consiste na coexistência de diferentes línguas em dada sociedade ou espaço, enquanto plurilíngue se refere à presença de falantes que usam diferentes línguas, e essas línguas fazem parte de seu repertório linguístico. Altenhofen (2013) segue na mesma direção. Sendo assim, plurilíngue dirige-se aos sujeitos falantes como indivíduos, já o termo multilíngue tem uma visão macro, possui o foco na sociedade ou espaço (OBSERVATÓRIO EUROPEU DO PLURILINGUISMO, 2005).

Pires-Santos (1999) afirma que Foz do Iguaçu apresenta uma situação sociolinguística atípica em relação às demais cidades e regiões do Brasil por suas peculiares características geográficas econômicas e sociais que propiciam uma concentração maior e mais variada de diferentes grupos étnicos. Entretanto, segundo Pires-Santos (1999, p 11) “se comparada a outros países, a situação linguística do município corresponde mais à regra que à exceção”. Isso acontece em razão de a pluralidade linguística, em geral, ser a regra na maioria dos países.

Em suma, a região da Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*) é uma região caracterizada, sobretudo, pela diversidade de comunidades linguísticas<sup>7</sup> das mais diversas línguas. Imigrantes de várias nacionalidades, dentre eles, chineses, árabes e coreanos convivem com brasileiros, argentinos, paraguaios e indígenas, dentre outros grupos.

## **1.2 BREVE HISTÓRIA DE FOZ DO IGUAÇU E A VINDA DE IMIGRANTES CHINESES**

O atual panorama de Foz do Iguaçu pode ser compreendido com uma breve contextualização histórica da ocupação dessa região de tríplice fronteira, pautada por marcos e fases de desenvolvimento social e econômico.

O povoamento do oeste do Paraná e do leste do Paraguai se deu num processo de formação contínuo de fronteira e está intimamente relacionada com os planos brasileiros de neutralização da influência argentina na bacia do Rio da Prata (LIMA, 2011).

Quando da chegada dos espanhóis, o principal grupo indígena da região era formado pelos guaranis, que vinham de um processo de expansão pela América do Sul, a partir da

---

<sup>7</sup> O termo **comunidade linguística** será abordado na seção 1.3.

Amazônia. O principal marco da presença europeia na região foi a chegada do desbravador espanhol Cabeza de Vaca, às Cataratas do Iguaçu, no ano de 1548 (BARCELOS, 2000).

A partir de 1881, a ocupação da região se caracterizou pela extração da erva-mate e pelo corte predatório da madeira nas grandes propriedades. Alguns anos depois, em 1889 foi fundada a colônia militar na fronteira, aonde viria a ser o município de Foz do Iguaçu, dando início à ocupação efetiva do local por brasileiros. Os militares eram responsáveis por distribuir terrenos a colonos interessados em ocupar as terras (GREGORY, 2002).

Dessa forma, o núcleo fundador do município de Foz do Iguaçu foi a Colônia Militar, instalada na margem direita do rio Paraná no encontro com o rio Iguaçu, rios estes considerados como fronteiras naturais entre o Brasil, Argentina e Paraguai. A formação da cidade constituiu-se, portanto, na consolidação de um limite político e social entre os três países. A sua formação foi uma iniciativa do governo brasileiro para retomar o controle do território nacional, até então dominado por argentinos e paraguaios. Conforme Souza (2009, p. 32), “nascida a partir de uma Colônia Militar, a cidade teve como função precípua consolidar os limites, fixar a fronteira e ampliar o domínio territorial brasileiro, na região oeste do país”.

Sobre as colônias militares, Silva (2014, p. 33) relata que “ao chegar à foz do Rio Iguaçu, os militares fizeram uma contagem da população local. Havia 212 paraguaios, 95 argentinos, 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis e 1 inglês”. Essa contagem ilustra que antes mesmo do surgimento do município, já era perceptível a diversidade de sujeitos de diferentes nacionalidades no território.

No dia 10 de junho de 1914 foi criado o Município de Vila Iguaçu, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. Quatro anos depois, em 1918, passou a se denominar Foz do Iguaçu. Após a criação do município, imigrantes europeus, na sua maioria alemães e italianos começaram a ocupar a região. A criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, o início da construção do Aeroporto Internacional em 1933 e inaugurado em 1970, bem como a conclusão da rodovia BR-277 em 1969 potencializaram o turismo para a economia local. Em 1974 iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento ligado à implantação da usina hidrelétrica de Itaipu (PMFI, 201-?).

A construção da hidrelétrica implicou a atração de correntes migratórias, que proporcionaram um crescimento demográfico significativo da população urbana da cidade que cresceu de 20.147 habitantes, na década de 1970, para 101.330 habitantes, na década de 1980, chegando a 186.486 habitantes, no início dos anos 1990 (SOUZA, 1998).

Oliveira (2012b, p. 51) aponta que Foz do Iguaçu é formada por brasileiros e estrangeiros de diversos lugares e descendências:

Os nativos conhecem o território e acompanharam o desenvolvimento histórico da cidade. Suas famílias são constituídas por gerações de indivíduos que nasceram e cresceram em Foz do Iguaçu. Esses iguaçuenses compõem o segundo maior número da população da cidade; em terceiro, estão os estrangeiros; e, os brasileiros de outras naturalidades, esses sim são a maioria a ocupar o primeiro lugar no *ranking* populacional.

Em síntese, Foz do Iguaçu atravessou quatro ciclos econômicos marcantes, sendo primeiramente o ciclo da extração da madeira e cultivo de erva-mate, que durou um século, de 1870 a 1970; o ciclo da Hidrelétrica de Itaipu, de 1970 a 1980; o ciclo de exportação e turismo de compras, de 1980 a 1995; e, por fim, o ciclo do comércio, turismo e eventos, que se iniciou em 1995 e ainda perdura (CARDIN, 2013).

Tendo em vista que esta pesquisa possui como foco os imigrantes chineses em Foz do Iguaçu, destaca-se aqui a inauguração da Ponte Internacional da Amizade em 1965, que liga o Brasil com o Paraguai, dando início ao intenso comércio de Foz do Iguaçu com a cidade de Puerto Presidente Stroessner (atual *Ciudad del Este*<sup>8</sup>). Por ser uma zona franca, *Ciudad del Este* atraiu investimentos estrangeiros, em especial de imigrantes de origem árabe e chinesa.

*Ciudad del Este* não possuía muitos habitantes até a década de 1960, quando, então, começou a crescer mais economicamente e demograficamente. Com o término da construção da Ponte Internacional da Amizade, houve a grande explosão econômica, criando-se um elo comercial entre Brasil e Paraguai (SOUZA, 2009).

Desde a construção da Ponte Internacional da Amizade e a chegada dos imigrantes na década de 1970, *Ciudad del Este* tornou-se rapidamente um dos maiores centros comerciais do mundo, “movimentando uma economia não regulamentada calculada entre vinte a quarenta milhões de dólares por dia, dependendo da época do ano”(PINHEIRO-MACHADO, 2009, p. 230).

Antes de tratar da vinda dos imigrantes chineses para a região de tríplice fronteira, oportuno relatar sobre a vinda desses imigrantes para o Brasil que teve relação com o fim da escravidão, no século XIX, quando os latifundiários brasileiros contrataram trabalhadores

---

<sup>8</sup> Foi fundada através de Decreto em 1957 com o nome Puerto Flor de Lis. Logo teve seu nome alterado para *Ciudad Presidente Stroessner*, em homenagem ao ditador Alfredo Stroessner. Após o golpe de estado que depôs o ditador, em 3 de fevereiro de 1989, o comando revolucionário utilizou o nome de *Ciudad del Este*. Posteriormente, através de plebiscito, os cidadãos elegeram e confirmaram o nome atual (CURY, 2010).

imigrantes chineses. Os cantoneses, que são os chineses da região de *Guangdong*, foram os primeiros a chegar ao Brasil. Dedicaram-se basicamente a atividades agrícolas, como o cultivo de chá, mineração, construção civil e outros trabalhos braçais (TEIXEIRA LEITE, 1995).

Em meados do século XX, o Brasil tornou-se um dos principais destinos da América Latina para os imigrantes chineses, em virtude do desenvolvimento econômico tanto da China como do Brasil e das cooperações internacionais entre os países. E no início do século XXI, as cooperações se intensificaram devido ao crescimento da economia dos países em desenvolvimento e em razão do impacto da crise nas economias centrais (ZHIWEI, 2012).

A vinda dos imigrantes chineses, especificamente para Foz do Iguazu está diretamente relacionada à dinâmica do desenvolvimento econômico de *Ciudad del Este*. Nesse sentido, Cury (2010) constatou que a presença de grupos, em sua maioria, de libaneses e chineses configura uma questão complexa de fixação de residência e de trabalho. O autor afirma que “muitos residem em Foz do Iguazu, por esta cidade apresentar melhor qualidade de vida e infraestrutura urbana, fato que faz com que eles cruzem diariamente a fronteira para trabalhar no comércio paraguaio” (CURY, 2010, p. 137).

Em seu artigo, Pinheiro-Machado (2009) conta como a diáspora chinesa chegou ao Paraguai. Neste trabalho, diáspora é entendida *lato-sensu*, significando a dispersão dos chineses mundo afora. A crescente emigração chinesa para todas as direções começou no século XIX em virtude da Guerra do Ópio<sup>9</sup>. Ao longo dos séculos, houve várias ondas de emigração direcionadas aos cinco continentes. Afirma ainda que, “as motivações para tanto são muitas, tais como trocas comerciais, ocupação de tropas chinesas nos países vizinhos, convulsões políticas e guerras, crise econômica, território invadido por estrangeiros” (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p. 223).

A vinda dos imigrantes chineses para a região da tríplice fronteira, precipuamente, se deu em virtude de interesses econômicos. O fluxo contemporâneo é representativo das novas manifestações da diáspora chinesa, a saber, aquelas que se deram entre os anos 70 e 80 em direção à América Latina ou aos chamados países novos. Nesse sentido, “o Paraguai é um dos países novos que configuram a diáspora chinesa, que abriga cerca de dez mil chineses,

---

<sup>9</sup> Conforme Duarte (2005), a guerra do ópio foi deflagrada após o governo da China proibir a importação de ópio em virtude do fumo excessivo dessa droga pelos chineses. A guerra foi entre Inglaterra e China, sendo esta última derrotada. Com a celebração do Tratado de Nanquin, Hong-Kong foi cedida à Inglaterra e alguns portos foram abertos ao comércio europeu e norte-americano.

número que, em tempos de prosperidade, já alcançou a faixa dos vinte mil” (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p. 224).

Pinheiro-Machado (2009) avalia que a sino-presença no Paraguai, no entanto, é completamente ignorada pelos estudos que procuram sistematizar a diáspora. Por isso, há uma grande falta de informação acerca da presença chinesa na América Latina. Segundo a autora, com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, alguns imigrantes chineses que estavam em São Paulo dirigiram-se para *Ciudad del Este*, mas a maioria veio direto da China.

Na década de 1970, em virtude de acordos comerciais e diplomáticos entre Taiwan e Paraguai, muitos taiwaneses se instalaram em *Ciudad del Este*. Isso se deve ao fato de o Paraguai ser um dos 26 países do mundo e o único da América do Sul que possui relação diplomática e reconhece a autonomia de Taiwan enquanto nação soberana<sup>10</sup>. Já os cantoneses, que são os chineses do estado de *Guangdong* começaram a vir apenas em 1980 (PINHEIRO-MACHADO, 2008).

O processo migratório também se deu em virtude da abertura econômica da China a partir de 1976. Na medida em que muitos chineses de fora de *Guangdong* encontraram uma forma de sobrevivência migrando internamente para a província, os próprios cantoneses foram impulsionados e estimulados a sair do país para abrir empreendimentos econômicos em outros países. Pinheiro-Machado (2008, p. 122) afirma que “a fabricação em massa do Delta e a mediação dos chineses do Paraguai fizeram com que camelôs do Brasil inteiro passassem a se caracterizar pela muamba paraguaia feita na China”. Assim, o avanço e o desenvolvimento da economia chinesa tiveram efeitos imediatos sobre o comércio brasileiro.

Além desses aspectos da economia chinesa, outro atrativo foi a política cambial implantada pelo governo brasileiro em 1994, conhecido como **Plano Real**, o qual gerou a valorização da moeda brasileira perante o dólar americano e impulsionou o turismo de compras na zona franca de *Ciudad del Este*. A elevada demanda de compradores atraiu investimentos de comerciantes chineses (ROSEIRA, 2009).

Formou-se, assim, uma comunidade de chineses em *Ciudad del Este*, a maioria de Taiwan e *Guangdong*, e alguns de *Beijing* e de Hong Kong. Silva (2014, p. 107) assevera que “a Zona Franca de *Ciudad del Este* talvez seja um dos espaços onde haja maior concentração de produtos chineses para venda fora da China”. Embora o Brasil tenha aumentado

---

<sup>10</sup> Apesar de Taiwan ter seu próprio exército, governo e presidente, emitir passaporte e participar de eventos internacionais como os Jogos Olímpicos e o mundial da FIFA, apenas 26 países reconhecem Taiwan como nação soberana.

importações diretamente da China, muitos produtos continuam entrando no país pela fronteira de Foz do Iguaçu.

Para entender esta realidade, Cury (2010, p. 140/141) elenca quatro pontos que determinam a dinâmica urbana de *Ciudad del Este*:

Primeiramente, os fluxos estabelecidos pela economia estão relacionados com a diferença dos preços (...) assim como a comodidade de obter melhor vantagem na aquisição de produtos, seja de subsistência, seja de artigos de luxo, das novidades expostas pelo mercado globalizado, o mercado de armas e drogas. A segunda característica perceptível é a que se dá entre a cooperação de grupos como de libaneses, palestinos, sírios, chineses e coreanos que dominam o mercado que vai desde os mais modernos *shopping centers* até as simples lojas, chegando ao aglomerado de barracas nas ruas até as mesitas. Os estabelecimentos comerciais em sua maioria são de imigrantes; os trabalhadores, assalariados, ou não, são em sua maioria paraguaios e brasileiros. A multidão que compõe esse espaço urbano vem a ser a terceira característica (...). As forças controladoras desse fluxo humano na fronteira são exercidas pela Polícia Federal do Brasil e pela Guarda Nacional do Paraguai (...). O trânsito pela manhã e à tarde sobre Ciudad del Este vem a ser o quarto elemento da observação. (...) sobre a quantidade de pessoas que atravessam a Ponte estima-se 20 mil pessoas.

Conforme já explanado, apesar do ambiente de pesquisa ser a cidade de Foz de Iguaçu, foi necessário explicar a dinâmica de *Ciudad del Este* para compreender o principal motivo da vinda de imigrantes chineses para a cidade paraguaia, e conseqüentemente, para a cidade-gêmea brasileira, formando uma comunidade linguística de língua chinesa em Foz do Iguaçu. A seção seguinte além de conceituar o termo comunidade linguística, também tratará especificamente da presença de chineses e de suas línguas no ambiente de pesquisa.

### **1.3 A COMUNIDADE LINGUÍSTICA DE LÍNGUAS CHINESAS**

Nesta seção serão apresentadas definições do termo comunidade linguística a fim de ser explicado o porquê da escolha do termo comunidade linguística para nos referirmos aos sujeitos desta pesquisa.

Comunidade linguística é um termo que aparece em textos relacionados à Sociolinguística, campo que estuda as línguas em sua relação com a sociedade e que se vincula à Política Linguística. Calvet (2002) afirma que a noção de comunidade linguística é quase tão antiga quanto à linguística, mas os linguistas deram-lhe conceitos dos mais diversos.



Para Spolsky (2016), comunidade linguística é composta por todos aqueles que falam uma variedade linguística específica. Essa definição está em conformidade com o entendimento de comunidade linguística contido no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos:

Esta Declaração entende por comunidade linguística toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. A denominação língua própria de um território refere-se ao idioma da comunidade historicamente estabelecida neste espaço (OLIVEIRA, 2003b, p. 13).

De acordo com a supramencionada Declaração, comunidade linguística configura uma sociedade que desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural entre seus membros. A definição trazida pela Declaração diverge do pensamento de Calvet (2002, p. 167) que conceitua comunidade linguística como sendo um “conjunto de seres humanos que compartilham o mesmo espaço geográfico-social e o uso de uma mesma língua ou variedade linguística”. Segundo o autor, uma mesma pessoa pode participar de duas ou mais comunidades linguísticas, desde que se compreendam pela mesma variedade linguística. Assim, uma comunidade seria estruturada e dividida em subgrupos, em função dos códigos linguísticos, e é nesse ponto a principal diferença em comparação à Declaração.

Não obstante o contido na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a definição trazida por Spolsky (2016), nesta pesquisa opta-se pelo termo comunidade linguística, mas sem a limitação de uma língua comum ou apenas uma variedade linguística específica. Nesse sentido, Bloomfield (1970, *apud* CALVET, 2002, p. 115), assevera que “os membros de uma comunidade linguística podem falar de um modo tão semelhante que cada qual pode compreender o outro ou podem se diferenciar a ponto de pessoas de regiões vizinhas chegarem a não se entender umas às outras”. Tal definição vai ao encontro do que se tem como comunidade linguística de línguas chinesas, tanto dentro da China, como entre os imigrantes que vivem fora da China, como é o caso dos imigrantes chineses que residem na cidade de Foz do Iguaçu. Conforme explicitado na seção seguinte, apesar de pertencerem a uma mesma nacionalidade, dependendo da região de origem, os chineses podem falar do mesmo modo ou podem se diferenciar a ponto de não se entenderem. Tal fato foi constatado com os dados obtidos com as entrevistas, em que se verificou que alguns sujeitos só falam em mandarim, enquanto outros, só falam em cantonês. Ou seja, ambas são línguas chinesas, mas

os falantes não se entendem entre eles por não ser propriamente a mesma língua, apesar de pertencerem a uma mesma comunidade linguística.

Na mesma linha, a definição de Bloomfield (1970, *apud* CALVET) concorda com a de Labov (1976, *apud* CALVET, 2002, p. 11), o qual considerava a comunidade linguística não como “um conjunto de falantes empregando as mesmas formas”, mas como “um grupo de falantes que têm em comum um conjunto de atitudes sociais para com a língua”. Ainda, para complementar, releva citar Ferguson (1974, *apud* BREMENKAMP, 2014), o qual afirma que em muitas comunidades linguísticas, as pessoas utilizam duas ou mais variantes de uma mesma língua em diferentes condições. Ou seja, uma comunidade linguística não se define pela presença exclusiva de uma só língua ou variedade linguística.

Nesse aspecto, impende mencionar a existência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) formada por nove Estados-membros: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (CPLP, 2017). Assim como ocorre com as línguas chinesas, na comunidade linguística de língua portuguesa também há variedades linguísticas. Embora a língua portuguesa seja falada nesses nove Estados-membros da CPLP, ela não é falada exatamente da mesma forma, pois há particularidades em cada um dos países em razão dos aspectos históricos e culturais que incidem sobre os usos da língua. Logo, embora façam parte de uma mesma comunidade linguística, em cada país há uma língua portuguesa diferente. Dentro de cada um desses países também é encontrada essa variedade, a ponto de afirmar que no Brasil são faladas várias línguas portuguesas. Nesse sentido, César e Cavalcanti (2007, p. 50) afirmam que há no Brasil uma “multiplicidade de usos linguísticos que se arrola sob a denominação de ‘língua portuguesa’, diversidade essa ainda muito pouco estudada”.

Feito esse paralelo, releva esclarecer que o termo comunidade linguística de línguas chinesas, neste trabalho, será utilizado para designar o grupo de pessoas falantes das línguas chinesas, independente da nacionalidade, se são nascidas na China ou no Brasil, o elemento em comum é a habilidade de se comunicar em uma ou mais línguas chinesas.

Além dos imigrantes chineses, a comunidade linguística chinesa também se faz presente na cidade de Foz do Iguaçu com a vinda de turistas chineses para a região. A vinda deles era inexpressiva nos anos 1980 e 1990, com menos de mil por ano, e começou a aumentar com o término das obras da usina de Itaipu. Em 1994, a usina hidrelétrica de Itaipu recebeu 1.210 chineses e o Parque Nacional do Iguaçu, 1.778 (PMFI, 201-?).

Em 2012, o Parque Nacional do Iguaçu recebeu 18.456 turistas chineses, enquanto que Itaipu atendeu 11.096 visitantes da China. Em 2013, os chineses representaram o nono país em número de visitantes em Foz do Iguaçu. E, no caso de Itaipu, só perdem para os argentinos. Segundo informações da PMFI, se fosse realizada uma pesquisa qualitativa naquela época, seria possível constatar que a maioria dos visitantes era formada por técnicos do governo chinês, que vinham absorver conhecimento em Itaipu para aplicar na construção da usina de Três Gargantas, iniciada em 1992 e concluída em 2012 (PMFI, 201-?).

Os números supramencionados dizem respeito aos chineses que estão presentes na cidade como turistas, apenas de passagem. No tocante aos chineses que são imigrantes, em virtude da constante mobilidade existente na fronteira, e da ausência de dados oficiais, há uma dificuldade em precisar o número exato de imigrantes chineses residentes na cidade de Foz do Iguaçu. No entanto, em 2010, a estimativa era de 5 mil chineses vivendo na fronteira (CURY, 2010).

Assim, não há como ignorar a presença de chineses e descendentes de chineses na cidade, bem como de suas línguas, que pode ser percebida em diferentes espaços sociais do município, por exemplo, em razão da existência de um templo budista com uma área de 2,5 mil metros quadrados, o qual também é um atrativo turístico (PMFI, 201-?). Percebe-se, ainda, na economia da cidade, pelos estabelecimentos comerciais de donos chineses; na gastronomia e entretenimento, pelos restaurantes de comida chinesa de donos chineses; na educação, pelas escolas que oferecem aula de chinês; e no cenário político, com a eleição do vereador chinês Pedro Hsu em 2004<sup>11</sup>. Isso vem demonstrando que a presença dos chineses deixa marcas nas diferentes esferas da sociedade iguaçuense.

#### **1.4 A PLURALIDADE DE LÍNGUAS CHINESAS**

---

<sup>11</sup> De acordo com a CMFI (2017), Pedro Hsu é o nome parlamentar, sendo que o nome nos documentos civis é Hsu Min Kan, nascido na China, é comerciante e reside em Foz do Iguaçu desde 1992. Foi eleito com 2.549 votos e foi eleito vice-presidente da Mesa Diretora para mandato de 2007/2008, também foi presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e, ainda, suplente da Comissão de Turismo, Cultura, Indústria, Comércio, Assuntos Fronteiriços e Segurança Pública.

Para entender a questão das línguas chinesas em Foz do Iguaçu, é pertinente tecer algumas considerações históricas, pois a compreensão da pluralidade linguística da China perpassa pelo entendimento da sua formação como Estado-Nação.

A China é formada por uma superfície vasta e densamente povoada. A escrita chinesa tem mais de 3000 (três mil) anos de história e é uma das mais antigas de que se tem conhecimento. Ao unificar a China em 221 a.C., o primeiro imperador da China, Qin Shihuang, instituiu um sistema de escrita uniformizado, os denominados caracteres chineses. Além deste sistema, outros métodos antigos de escrita ainda sobrevivem na China moderna (DONG, *et al*, 2004). Calvet (2007) descreve algumas políticas linguísticas adotadas na escrita chinesa:

Em 1919, durante o movimento de 4 de Maio, os estudantes e os intelectuais conclamaram os escritores a substituir a forma escrita clássica do chinês, o *wen yan* (considerado como símbolo da ordem antiga), pelo *bai hua* (mais próximo da língua falada, mais familiar). Oralmente, sobrepondo-se às línguas locais, a língua utilizada na administração do Estado continuava a se difundir. Tratava-se sempre do *guan hua* (“língua dos funcionários” ou língua dos mandarins”), conhecida no Ocidente pelo nome de mandarim (palavra criada sobre o verbo português *mandar*). O movimento de 4 de Maio, naturalmente em favor do *bai hua* no que concerne à língua escrita, reclamava também a emergência de uma língua de unificação, o *guo yu* (“língua nacional”). Foi depois da revolução comunista de 1949 que se instalou o problema da normalização dessa língua de unificação, doravante chamada *pu tong hua* (“língua comum”), que foi definida em 1956. (...) A partir daí, a forma dessa língua sofre diversas intervenções, principalmente no domínio da escrita. A partir de 1955, o governo socialista publicou uma lista de 515 caracteres e 57 partículas simplificadas, a fim de facilitar, através da redução do número de traços, a aprendizagem da escrita CALVET, 2007, p. 89).

Assim, a escrita chinesa atual apresenta-se sob duas formas principais, os caracteres simplificados e os caracteres tradicionais. Os caracteres simplificados foram introduzidos depois da fundação da República Popular da China em 1949 para promover a alfabetização, e os caracteres tradicionais, ainda são usados em Hong Kong, Taiwan e várias comunidades chinesas no estrangeiro, como a comunidade de imigrantes chineses residentes em *Ciudad del Este* no Paraguai. Em 1958, criou-se um sistema de latinização da língua, o *pin yin*, com uma função de auxiliar na aprendizagem dos caracteres e servir ao ensino do chinês como língua estrangeira (CALVET, 2007).

Mesmo que o sistema de escrita utilizado em todo o país seja um só, a língua chinesa falada varia consideravelmente de região para região, cada qual com suas próprias

línguas e modos de pronúncia. Nesse sentido, ainda que utilizem o mesmo sistema de escrita, eles não pronunciam os caracteres da mesma maneira, ou seja, segundo Calvet (2007, p. 88), “os chineses não se compreendem entre si de um canto a outro do país, quando falam a sua língua materna”.

Por isso, muito embora pertençam a um mesmo país, é comum os próprios chineses não se entenderem entre si, por serem de regiões diferentes. Tal circunstância não deve ser vista como um problema, afinal, entendemos que a diversidade linguística deve ser valorizada e não erradicada. Pois, conforme ensina o geógrafo Raffestin (1993, p. 97), a língua é “um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população”. Nesse sentido, a perda de uma língua é a perda de uma identidade e a perda de diversidade linguística também se traduz por uma perda de autonomia da população. Ainda, para Raffestin (1993, p. 118) “é nisso que residem as inquietações que se podem ter diante uma língua única”.

Politicamente, a China era um império, todavia, veio a constituir-se como uma república popular por meio de processos de organização estatal particulares, muito diferentes daqueles característicos da formação dos Estados-Nação que ocorreram no modelo colonial europeu (SILVEIRA, *et al*, 2016). No modelo colonial europeu a língua e a cultura eram propagadas para as colônias, como ocorreu com o Brasil quando era colônia de Portugal, de modo que a língua portuguesa era imposta pelo império português, processo este que não foi adotado pelas autoridades chinesas.

O imperialismo chinês ocorreu por meio de processos de dominação comercial, em que na medida em que territórios e povos eram anexados ao Império, lhes era permitido que mantivessem suas línguas e suas culturas, sendo as mesmas agregadas em troca do pagamento de tributos ao imperador. A política imperialista chinesa não objetivava impor a sua língua e a sua cultura a outros povos, mas sim, ampliar os mercados chineses, econômica e politicamente de forma liberalista (SILVEIRA, *et al*, 2016).

Assim, por causa da permissão do imperador chinês para que os povos dominados mantivessem as suas línguas e culturas, a China se tornou um imenso império com povos que falavam línguas distintas, o que resultou em fronteiras linguísticas e culturais entre os povos.

Importa esclarecer que, neste trabalho, optou-se por não utilizar o termo dialeto, com base nos ensinamentos de Calvet (2002), por entender que é um termo que inferioriza, desvaloriza e não reconhece como língua, por isso, utiliza-se a expressão línguas chinesas em contraposição ao termo dialeto.

Desse modo, apesar das fortes tradições e culturas, a China não é uma nação homogênea e uniforme do ponto de vista linguístico. De acordo com Bezerra (1987), há 55 minorias étnicas, com línguas próprias, costumes e tradições diferenciadas entre si. Essas minorias somam perto de 67 milhões de habitantes e têm uma organização de vida econômica, social e política quase completamente independente. Além das línguas minoritárias, existe um vasto conjunto composto por oito línguas diferentes, as do grupo han: a língua do Norte, o wu, o xian, o gan, o min do Norte, o min do Sul, o yuê e o hakka, elas mesmas divididas em mais de 600 línguas locais. Isso significa que o país está longe de ser linguisticamente unificado. A maior parte da população tem sua origem no grupo han, que foi obtendo hegemonia sobre os demais grupos e tornando-se a base sólida da nação chinesa.

Raffestin (1993) afirma que interessa ao Estado, assim como a todo poder com componente informacional, impor a ideia de uma única língua de comunicação, porque isso simplifica as relações. Nesse aspecto, Bourdieu (2008, p. 34), pondera que “seria um tanto ingênuo atribuir a política de unificação linguística apenas às necessidades técnicas de comunicação entre as diferentes partes do território”. Segundo o sociólogo, a imposição da língua legítima contra as outras línguas faz parte de estratégias políticas, ou seja, não se trata apenas de facilitar a comunicação, mas de fazer reconhecer um novo discurso de autoridade. À vista disso, com o intuito de promover a homogeneização linguística, o governo chinês instituiu oficialmente o mandarim, baseado na língua falada no norte, do povo han, como a língua vernácula da China.

O mandarim vernáculo, conhecido e pronunciado em chinês como *putonghua*, que - traduzido seria língua comum -, foi definido como a língua moderna comum do povo chinês em 1956 e se baseia na pronúncia da língua falada na capital Beijing, e adota o léxico do Norte e a sintaxe da literatura em baihua (CALVET, 2007).

Impende mencionar que, segundo Raffestin (1993), privilegiar uma língua é uma forma de impor um modelo de representação única e, com isso, toda homogeneização nesse nível propicia a concentração e a centralização da informação e, por conseguinte, reforça as possibilidades de controle e de dominação. No caso em análise, trata-se de uma forma de controle do governo chinês sobre o povo.

A decisão do governo chinês de instituir o mandarim como língua vernácula oficial do país é um exemplo claro de política linguística, em que houve tanto um planejamento de *corpus* como de *status*, visto que alterou aspectos referentes à gramática, léxico, ortografia e

norma da língua (sua forma), bem como ao prestígio, ao valor, ao peso da língua no território chinês (seu *status*).

Apesar da linguagem não poder ser o objeto de apropriação privada é um instrumento de poder da mesma forma que qualquer outro, pode ser manipulada. Considerando que a língua é um modo de agir, entende-se que ela pode ser manipulada com mais ou menos eficácia, quanto mais eficácia, mais controle sobre o outro, pois a língua é um instrumento de ação social (RAFFESTIN, 1993).

Abrem-se parênteses, nesse sentido, a título de curiosidade, o termo **mandarim** nasceu das relações comerciais entre portugueses e chineses no início do século XVII. Os portugueses foram os primeiros parceiros comerciais e aportavam nas cidades chinesas em busca de produtos, como chá e seda, tratavam dos negócios com funcionários determinados pelo governo imperial da China. Os seus subordinados eram proibidos de entrar em contato com os forasteiros, e assim, o comércio era apenas feito com os chineses que **mandavam**. Por isso, no Ocidente, por volta de 1589, a língua utilizada por estes funcionários ficou conhecido como **mandarim** (CHAN, 2013).

Retomando a discussão, de acordo com o banco de dados do *Ethnologue*<sup>12</sup>, o número de línguas individuais listados na China somam 299 e todas são línguas vivas, ou seja, existem falantes dessas línguas. Destas 299 línguas, 275 são indígenas (línguas de comunidades aborígenes) e 24 não-indígenas. Além disso, 14 são institucionais, 23 estão em desenvolvimento, 104 são vigorosas, 126 estão em apuros e 32 estão morrendo, em processo de desaparecimento.

De acordo com Makoni e Pennycook (2006, *apud* SILVEIRA, *et al*, 2016), as línguas são invenções humanas, e o senso comum costuma tratar a língua chinesa como uma língua única, hegemônica, referindo-se, na verdade, a toda uma família linguística pertencente ao tronco sino-tibetano, a qual envolve algumas línguas, tais como o mandarim, o cantonês, o taiwanês, o chinês simplificado, o chinês tradicional, o *pinyin*, o hakka, entre outras. Segundo Calvet (2007, p. 87), “a ideia de que se fala o ‘chinês’ na China é singularmente redutora”. Nessa linha, extrai-se que o termo língua chinesa é uma nomenclatura homogeneizante que apaga as línguas minoritárias, como por exemplo, as supramencionadas.

---

<sup>12</sup>O banco de dados *Ethnologue* é produzido e mantido pelo SIL (*Summer Institute of Linguistics*), entidade missionária norte-americana e possui informações e estatísticas acerca de línguas faladas em quase todos os países do mundo.

Sob a orientação do projeto chinês de expansão internacional, a língua chinesa é assumida pela comunidade internacional como capital simbólico<sup>13</sup> no sentido de Bourdieu (2008), ou seja, a língua é vista como um capital das autoridades que possuem o poder de persuadir os dominados. Nesse sentido, Raffestin (1993) afirma que é possível uma opressão por meio da língua, que surge cada vez que uma língua diferente da materna é imposta a um grupo. Isso ocorre em virtude das diferenças de poder na sociedade, que facilitam a persuasão por parte das pessoas e instituições possuidoras, de tal valor simbólico de reconhecimento e prestígio social de grande valor, bem como, cumpre papel relevante na realização do poderio chinês.

A língua chinesa, representada como única, apaga a diversidade linguística chinesa, no intuito de conduzir o projeto estatal de nacionalismo hegemônico, tal como é comumente feito em nações ocidentais. Esse nacionalismo reforça uma ideia interna na República Popular da China, uma vez ser o mandarim de Pequim a principal língua de instrução no país. Externamente, facilita a penetração mundial do país, favorecendo as políticas mercantis internacionais (SILVEIRA, *et al*, 2016).

Apesar dos dados oficiais apontarem mais de 1 bilhão de falantes da língua chinesa (SILVEIRA, *et al*, 2016), cumpre esclarecer que esses dados tem o mandarim como língua de referência da representação da língua chinesa. Todavia, o mandarim não é falado por todos os chineses, pois existem centenas de outras línguas faladas pelos chineses como língua materna. Em duas das três maiores cidades da China Continental, Shangai e Cantão (*Guangzhou*), o mandarim não é uma língua aceita por todos, como ocorre fora da China Continental também, em Hong e Macau, nesses lugares a língua predominante falada é o cantonês. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação da República Popular da China em 2007, publicada no Diário Digital (2007), apenas 53,06% dos chineses podem se comunicar efetivamente em mandarim em sua modalidade oral, sem entrar no mérito da escrita.

Calvet (2007) aponta que as pessoas de Pequim, capital da China, falam sem dificuldades o mandarim, mas os pequinenses representam menos de 1% da população. O restante da população han prefere utilizar suas próprias línguas e deixa transparecer nessa utilização fortes sentimentos identitários. Assim, observa-se que a política de difusão de uma

---

<sup>13</sup> O termo capital simbólico designa as diferenças de poder que há na sociedade. E os detentores do poder podem persuadir os demais, por terem mais conhecimento, prestígio e reconhecimento. O capital simbólico atribui autoridade aos que possuem o poder.



língua nacional na China esbarra em muitas dificuldades e a principal dificuldade da China reside no fato de se tratar de um país de grande extensão territorial.

Desse modo, conforme se apresentará adiante, durante as entrevistas com os sujeitos da presente pesquisa se questionou se eles falavam mais de uma língua chinesa, a fim de demonstrar que na cidade de Foz do Iguaçu há a presença de diversas línguas chinesas por ter imigrantes chineses, residentes em Foz do Iguaçu, advindos de localidades distintas na China.

Acerca da atual divisão política e administrativa, na China, as unidades administrativas são de quatro tipos: províncias, cidades/municípios, regiões autônomas e regiões administrativas especiais, totalizando 33 unidades administrativas. Somente algumas cidades com características peculiares podem ter o status de “cidades-município”. São apenas quatro: Shanghai (centro financeiro), Pequim (capital), *Chongqing* (símbolo do desenvolvimento do oeste) e *Tianjin* (porto e a proteção de Pequim). As cinco regiões autônomas, por sua vez, correspondem a 45% do território chinês, são elas: Mongólia Interior, Tibet, *Xinjiang*, *Ningxia* e *Gungxi* (DIAS, 2012).

Na figura abaixo é possível observar a divisão e os limites territoriais da China:

**Mapa 3:** Divisão política da China



**Fonte:** Batista (2009).

Com relação às regiões administrativas especiais, são somente duas, Hong Kong e Macau. Essas regiões possuem liberdades de legislaturas multipartidárias, seus próprios sistemas legislativos, monetários e forças policiais e línguas próprias. São territórios aduaneiros separados, estabelecem suas políticas de imigração, seu sistema educacional, esporte, serviço de postagem, além de substancial independência para conduzir relações

exteriores. Elas podem firmar acordos com outros países sobre isenção de vistos, extradição e acordos de tributação, extradição e podem participar de eventos esportivos com delegações separadas e emitir seus próprios passaportes (DIAS, 2012).

Quanto às províncias, propriamente ditas, que equivalem aos estados brasileiros são 22 províncias no continente, constituindo 54% do território chinês, mais a ilha de Taiwan, considerada pela República Popular da China a sua província número 23. Taiwan é uma província peculiar. A guerra civil chinesa encerrada em 1950 resultou na criação de duas Chinas. Uma, a República Popular da China, com a segunda maior economia do mundo, comandada pelo Partido Comunista. A outra, a República da China, chamada de Taiwan e conhecida também como Ilha Formosa, onde o líder do Partido Nacionalista Chinês, *Chiang Kai-shek* e seus aliados se refugiaram após a derrota para as tropas comandadas por Mao Tse Tung em 1949 (CABRITA, 2015).

Para a República Popular da China, Taiwan é uma província rebelde. Taiwan, por outro lado, com mais de 23 milhões de habitantes<sup>14</sup> se considera um país autônomo. Em 1970, Taiwan se destacou no cenário econômico mundial, formou com a Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura, o bloco dos tigres asiáticos. Os taiwaneses conquistaram padrões de vida bem próximos aos dos países desenvolvidos, contrastando com a dura realidade vivida pela população da China continental (REIS, 2015).

Entre 1949 e 1971, o lugar da China nas Nações Unidas foi ocupado pelo governo de Taipé e não pelo de Pequim. Em 1971 foi substituída pela República Popular da China na ONU e, em 1979, os Estados Unidos transferiram a sua embaixada de Taipé (capital de Taiwan) para Pequim (capital da China Popular), devido ao restabelecimento de relações diplomáticas com o país socialista. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos anularam o Tratado da Defesa que mantinha com a ilha e desativaram a sua base militar (REIS, 2015).

Apenas o Vaticano e 21 Estados-membros da ONU têm relações diplomáticas plenas com Taiwan. São países como o Burkina-Faso, São Tomé e Príncipe, Palau, as ilhas Marshall, Tuvalu ou Kiribati. Nem Portugal nem nenhum país europeu reconhecem a soberania de Taiwan (REIS, 2015).

Paraguai é o único país da América do Sul a reconhecer oficialmente Taiwan ao invés da República Popular da China. As relações entre Taiwan e Paraguai já duram mais de 50 anos, em especial no campo comercial. Em *Ciudad del Este* (Paraguai) há um consulado

---

<sup>14</sup> Estimativa para 2016.

de Taiwan. Em uma entrevista concedida aos acadêmicos da Unila em 2014, o cônsul taiwanês Chang informou que existem mais de 5 mil taiwaneses no Paraguai e 80% destes vivem na fronteira trinacional, trabalhando no comércio, principalmente de eletroeletrônicos e no setor de autopeças (UNILA, 2014).

Portanto, entender as relações políticas e diplomáticas de Taiwan com o Paraguai auxilia não apenas na compreensão sobre a vinda dos imigrantes chineses para a região, como já foi explicitado no item sobre a história de Foz do Iguaçu, mas também, ajuda a visualizar a existência da autonomia de algumas províncias chinesas, que além de Taiwan, também pode ser citado Hong Kong e Macau, que possuem políticas linguísticas próprias, independente da língua nacional oficial falada em Pequim, qual seja o mandarim.

Além da pluralidade linguística existente dentro da China, os chineses que optaram por migrar para Foz do Iguaçu, possuem contato com outras línguas, como o português, espanhol, castelhano e o guarani, devido à proximidade e permeabilidade das fronteiras com os países vizinhos. Além dessas, outras línguas, como o inglês (por ser a língua usada em muitas trocas comerciais internacionais), é igualmente uma língua com a qual essa comunidade tem contato nessa região de turismo e comércio internacional. Desse modo, verifica-se que é inevitável a gestão de línguas por esses imigrantes para atividades como integração à comunidade local e acesso aos serviços públicos.

## 2 PERCURSO TEÓRICO

Muito embora este capítulo seja intitulado percurso teórico, insta lembrar que a fundamentação teórica desta pesquisa está presente em todo o texto, não se restringindo apenas a este capítulo. Para proceder à discussão, apresentam-se fundamentos acerca do campo da Política Linguística, direitos linguísticos, segurança e insegurança linguística, integração e direito dos imigrantes.

### 2.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA COMO CAMPO INTERDISCIPLINAR

O termo Política Linguística foi concebido a partir de um evento organizado por William Bright na Universidade da Califórnia, em 1964, onde estiveram presentes estudiosos como Haugem, Labov, Gumperz, Hymes e Ferguson (cf. CALVET, 2007; BIANCO, 2004; MANLEY, 2008, *apud* SEVERO, 2013). Foi a partir desse evento que se iniciou a utilização do termo Política Linguística como campo acadêmico e o fomento aos debates acerca desse campo do saber que, em síntese, estuda sob múltiplos olhares as decisões sobre as línguas na sociedade.

Como um campo de estudo, a Política Linguística é relativamente recente em comparação com outras áreas dos estudos da linguagem. Por isso, não há terminologia consensual no campo. Há autores, por exemplo, que optam pelos termos Engenharia Linguística e/ou Tratamento Linguístico. Kaplan e Baldauf Jr. (1997, *apud* RIBEIRO DA SILVA, 2013) explicam que essa falta de definição terminológica pode estar relacionada ao fato de se tratar de um campo de estudo de investigação interdisciplinar.

Nesse sentido, Berger (2016) afirma que como área do saber, a Política Linguística consiste em um campo necessariamente interdisciplinar, haja vista sua “natureza multifacetada e a interface com uma gama de saberes constituídos em diferentes áreas do conhecimento” (BERGER, 2016, p. 65).

Nesta pesquisa, Política Linguística será grafado com as letras iniciais maiúsculas para designar o termo como área de estudo, e com as letras iniciais minúsculas (política linguística) para se referir a diversas ações, deliberações e decisões acerca das línguas. Conforme conceito apresentado por Calvet (2002, p. 145) “chamaremos política linguística um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social”. Para o autor, as políticas linguísticas são intervenções sobre a língua e sobre as línguas, e mais frequentemente por parte de Estados. Ainda, segundo o sociolinguística, em um campo tão

importante referente às relações entre língua e vida social, só o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas. Essas intervenções sobre as línguas podem ser a respeito de qual língua o Estado funcionará e se relacionará com os cidadãos, em que língua a educação e os serviços públicos em geral serão oferecidos, e se as outras línguas serão desautorizadas, reconhecidas ou incentivadas.

Complementando o conceito de Calvet (2002), Garcez e Schulz (2016) asseveram que onde há grupos de pessoas, há decisões, tácitas ou explícitas, sobre como proceder, sobre o que é aceitável ou não, e essas escolhas podem ser chamadas de políticas. Ainda, trazem a definição de Cooper (1989, *apud* GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 2) de políticas linguísticas como: “esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos”. Os referidos autores explicam que esses esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que diz respeito a usos de linguagem podem se dar mediante leis e portarias, e também podem ser vistos de modos mais sutis no meio familiar, nos círculos de amizade, em locais de trabalho, em empresas e em escolas. Nesse sentido, o conceito de políticas linguísticas não se referem exclusivamente a ações estatais, já que incluem outros agentes que decidem e deliberam sobre as línguas na sociedade.

Conforme será apresentado na seção 4.2.1, uma das perguntas constantes no roteiro de entrevista, aplicado aos sujeitos da pesquisa, foi em que língua se comunicam no cotidiano, a fim de analisar as relações que estabelecem com as línguas e o uso das línguas por esses falantes. A escolha de qual língua ou quais línguas são utilizadas no ambiente familiar, no local de trabalho e demais espaços públicos e privados configuram formas de gestão de línguas e, por isso, do interesse da Política Linguística. Essas ações são realizadas por variados gestores da língua, ou seja, não somente pelo Estado como gestor, mas também por todos que usam e intervêm de alguma forma em seus usos na sociedade (SPOLSKY, 2009; BERGER, 2015). Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que para ser um gestor da língua não necessita estar vinculado ao Estado ou ser uma autoridade de uma instituição governamental ou privada, como prefeito de uma cidade, diretor de uma escola. A gestão de uma língua pode ser realizada por qualquer pessoa que utiliza a língua e realiza ações e escolhas sobre ela, por isso, os entrevistados dessa pesquisa são denominados de **sujeitos**, no sentido de gerirem a(s) língua(s) e praticarem ações sobre as línguas que influenciam o meio em que vivem.

Nesse sentido, Spolsky (2009) ilustra que se uma pessoa é bilíngue ou plurilíngue, ela tem que escolher qual língua usar. E mesmo para falantes de apenas uma língua, há escolhas de dialetos e estilos. Essa afirmação vai ao encontro da realidade dos sujeitos desta pesquisa, que inevitavelmente necessitam escolher qual língua usar em diferentes circunstâncias. E além da questão do aprendizado da língua portuguesa, há escolhas no tocante a estilos e línguas chinesas de origem. Assim, quando os falantes realizam escolhas sobre línguas, eles estão desempenhando formas de gestão das línguas, administrando qual língua falar, onde e quando e como.

Outro ponto que merece destaque é o estudo da paisagem linguística, o qual pode ter um enfoque interdisciplinar e encontra vários trabalhos relacionados ao campo da Política Linguística. De acordo com Gorter (2006), embora as pessoas não prestem muita atenção à paisagem linguística ao redor, as línguas estão ao redor delas e estão dispostas na forma textual. Ainda, segundo o autor, o conceito de paisagem linguística tem sido usado de várias maneiras diferentes e também pode ser chamada de paisagem urbana linguística (*linguistic cityscape*). Nessa linha, Pires-Santos, et al (2016, p. 1261) afirma que “o espaço público é uma área relativamente nova de atenção na política linguística; a maioria das pesquisas sobre o uso da linguagem tende a concentrar-se principalmente nos falantes e não em seus ambientes”.

Em síntese, paisagem linguística se refere à presença ou ausência da(s) língua(s) em espaços públicos. Corresponde à língua escrita utilizada em fachadas de estabelecimentos comerciais, anúncios, letreiros, placas de ruas, placas de edifícios públicos e outros textos escritos no espaço público de um território, cidade ou região. A presença das línguas de forma escrita nos espaços públicos pode evidenciar a vitalidade das línguas e confirmar a existência do multilinguismo da sociedade e delimitar fronteiras territoriais de determinada comunidade linguística (PIRES-SANTOS, et al, 2016).

A importância de se compreender a paisagem linguística reside no fato dessas paisagens refletirem não apenas políticas linguísticas, mas também, poderem informar sobre a situação sociolinguística de um dado espaço, evidenciar padrões de uso das línguas ou, ainda, demonstrar traços de atitudes linguísticas e das crenças e valores atribuídos às línguas. Com isso, verifica-se que as línguas utilizadas nos espaços públicos de visibilidade na sua forma escrita são politicamente e culturalmente orientadas (BERGER; ELSENBACH, 2017).

Shohamy (2006) assinala a importância de se reconhecer a linguagem no espaço público como uma das formas que afeta, manipula e impõe políticas linguísticas, já que pode

transformar ideologias em práticas. A autora problematiza que a presença ou ausência de línguas específicas, de forma consciente ou inconsciente, intencional ou não intencional, transmite mensagens e relaciona-se com a posição que determinada língua possui na sociedade. Em Foz do Iguaçu, ambiente da presente pesquisa, há um multilinguismo revelado na paisagem linguística, e no capítulo 4 deste trabalho será pormenorizada a análise feita dos textos escritos na língua chinesa encontrados nos espaços públicos da cidade de Foz do Iguaçu e registrados por meio de captação fotográfica.

Desse modo, a existência de letreiros de estabelecimentos comerciais e fachadas de lojas e supermercados com a escrita chinesa decorrem, na compreensão que se tem neste trabalho, de políticas linguísticas, ou seja, refletem decisões intencionais em torno do uso de uma língua diferente da língua oficial do país onde o comércio se localiza.

Portanto, políticas linguísticas partem de escolhas e dizem respeito às distintas decisões acerca das línguas, bem como às determinações e regras que norteiam a ação sobre as línguas. Cabe, nesse sentido, explicitar que o conceito de língua adotado nesta pesquisa está em conformidade com a perspectiva de César e Cavalcanti (2007), os quais metaforizam como caleidoscópio, por ser multifacetada e em constante dinamismo. Ou seja, a língua não é estática, mas sim, dinâmica, viva e passível de gestão. Nesse viés, o estudo da presença das línguas chinesas em diversos espaços sociais da cidade de Foz do Iguaçu permitirá verificar as estratégias e ações de gestão e analisar aspectos peculiares da comunidade linguística de línguas chinesas no município iguaçuense.

Conforme afirmado na seção anterior, a regra é que os países sejam multilíngues e os indivíduos plurilíngues. Nesse sentido, é imprescindível proporcionar aos falantes medidas que assegurem seus direitos linguísticos. As políticas linguísticas estão diretamente relacionadas aos direitos linguísticos, pois os direitos linguísticos podem ser reconhecidos por meio de decisões do Estado consubstanciadas em políticas linguísticas. Assim, feitas as considerações sobre políticas linguísticas, a seção seguinte tratará do tema direitos linguísticos.

## **2.2 DIREITOS LINGUÍSTICOS**

A língua faz parte do patrimônio cultural de um povo e, nesta acepção, não se confunde com a língua oficial de uma nação, pois esta nem sempre é a língua materna de todos que a compõem.

Oliveira (2009) aponta que há no mundo cerca de 6.800 línguas e tão somente no Brasil são faladas mais de 200 línguas por cerca de um milhão de cidadãos brasileiros que não têm o português como língua materna. De acordo com o IBGE, o Censo de 2010 catalogou 274 línguas indígenas faladas no Brasil. Além das línguas indígenas, há ainda línguas de imigração em pleno uso e desenvolvimento no território brasileiro, como é o caso das línguas chinesas, objeto de estudo desta pesquisa.

Apesar dessa diversidade de línguas, a Constituição Federal brasileira reconhece apenas às comunidades indígenas o direito às suas línguas, não contemplando os demais grupos de falantes, os quais residem no Brasil, e que não possuem a língua portuguesa como língua materna. Nos artigos 210 e 231, a Constituição Federal concede ao índio o direito à sua terra, à sua cultura e à sua língua. No parágrafo 2º do artigo 210 preceitua que o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e ressalvado os processos próprios de aprendizagem, como o ensino de Língua Brasileira de Sinais.

As políticas adotadas, antes da promulgação da Constituição Federal vigente caracterizavam-se pela imposição da língua portuguesa e proibição das demais línguas faladas no Brasil. Ao realizar um estudo crítico sobre as diferentes decisões e ações de política linguística no Brasil desde o período colonial, Thomaz (2005) relata que durante o período colonial houve a implantação da língua portuguesa como um ato de força, proibindo-se as línguas indígenas e, posteriormente as línguas dos escravos vindos do continente africano. Com isso, o fim do Brasil Colônia foi marcado por ações proibitivas aos índios que eram impedidos de falarem suas línguas e pela separação criteriosa dos grupos étnicos africanos com a intenção de impossibilitar a comunicação.

A vinda de imigrantes ao Brasil iniciou-se no período imperial com o programa de imigração com alemães. Com o fim da escravidão, aumentou-se o fluxo migratório de europeus para suprirem a falta de mão de obra principalmente nas plantações de café. Na década de 1850, muitos imigrantes se instalaram no centro e no sul do país para trabalharem sob o regime de contratos de parceria. Após 1850, os contratos de parceria continuaram existindo, todavia, o governo brasileiro passou a priorizar o sistema de pequena propriedade. Esse novo modelo caracterizava-se pelo fato de os imigrantes passarem a ser proprietários de terras que poderiam cultivar para si mesmos. Os imigrantes eram encaminhados pelo governo brasileiro para regiões interioranas, e esse isolamento, acrescido da completa ausência de escolas públicas, criou condições para a manutenção da língua étnica dos grupos de



imigrantes (THOMAZ, 2005). Assim, com a vinda dos imigrantes, outras línguas foram sendo somadas à diversidade linguística existente no país.

Com o fim do período imperial foi proclamada a República. O governo de Getúlio Vargas via nos indígenas um valor simbólico como nativos, mas objetivava sua assimilação cultural. Para isso, vigorou-se uma assimilação linguística-cultural forçada, com planos de integração do índio à sociedade brasileira. Nesse viés, para o governo, a questão dos índios já tinha sido resolvida, entretanto, ainda havia a questão dos imigrantes. Desse modo, a fim de estabelecer uma identidade/unidade cultural e como efeito das complexidades políticas da época, as línguas de imigração foram proibidas, impondo-se a língua portuguesa a todos os estrangeiros residentes no Brasil (THOMAZ, 2005).

Para Oliveira (2008), a política linguística do Estado brasileiro caracterizou-se pela redução do número de línguas, em um processo de substituição das línguas existentes pela língua portuguesa. A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 houve uma mudança de orientação, por parte do Estado brasileiro, reconhecendo a existência dos direitos linguísticos e da diversidade linguística como patrimônio cultural. Como exemplo, releva citar o Decreto n. 7.387/2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pela sociedade brasileira.

A Constituição Federal vigente tão somente reconheceu os direitos linguísticos dos indígenas dentro de suas terras, o que era insuficiente para garantir a presença das línguas indígenas no Brasil, por isso, decidiu-se cooficializar línguas em nível municipal. Cooficializar uma língua significa que o município passa a ter mais de uma língua oficial, e que seus cidadãos podem construir suas vidas em duas ou mais línguas, com a língua oficial da União, o português, mas também a língua cooficial da comunidade (OLIVEIRA, 2013).

Em 11 de dezembro de 2002, o município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, foi o pioneiro na aprovação de lei de cooficialização de língua, e reconheceu as línguas indígenas nheengatu, tukano e baniwa como línguas oficiais por meio da Lei n. 145/2002. Depois disso, outros municípios, de diversos estados, como Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, também tiveram a iniciativa de, por meio das leis municipais, oficializarem línguas faladas naquela localidade, tais quais o alemão, pomerano, talian, hunsrückisch, entre outros. Isso porque, não são apenas as línguas indígenas que podem seguir o caminho da cooficialização, mas também as línguas de imigração.

Como as línguas de imigração carecem de qualquer legislação para seu reconhecimento no âmbito federal e estadual, é ainda maior o impacto e a utilidade de uma política linguística municipal clara e propositiva como as leis de cooficialização de línguas. O procedimento de cooficialização de línguas está de acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988. Oliveira (2015) ensina que o artigo 13 da Constituição Federal, o qual preceitua que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, não é violado no caso da oficialização de línguas na esfera municipal, visto que não coloca em ameaça o status do português como língua oficial da União. Assim, a língua portuguesa continuaria a ser a única língua oficial da União, mas não a única nos municípios, isto é, não há a substituição do caráter de oficialidade da língua portuguesa por outra língua.

Oliveira (2013, p. 7) aponta que “por esta tendência, criam-se condições jurídicas para a garantia dos direitos linguísticos ancorando estes direitos a certos territórios”. Afinal, as línguas constituem-se como componentes fundamentais da cultura imaterial de diferentes grupos e, portanto, é de suma importância proporcionar aos falantes das diversas línguas condições de mantê-las e desenvolvê-las. É nesse sentido que esta pesquisa visa dar visibilidade às línguas chinesas faladas na cidade de Foz do Iguaçu, pois, línguas pouco conhecidas e inviabilizadas tendem a ser desvalorizadas e desprestigiadas pela sociedade em geral.

Ainda, destaca-se que a língua é elemento fundamental da diversidade cultural, e além de ser um bem cultural, configura-se um elemento de identidade e caracterização de um povo. Assim, mesmo que muitos imigrantes chineses optem pela naturalização brasileira, o fato de continuarem falando a língua chinesa expressa pertencimento ao grupo de chineses. Nessa linha, Ribeiro da Silva (2013) afirma, a partir de Shohamy (2006), que:

A língua é utilizada para expressar pertencimento a um determinado grupo (“nós/eles”), para demonstrar inclusão ou exclusão, para determinar lealdade ou patriotismo, para indicar o status econômico (“tenho/não tenho”) e para a classificação de pessoas e de identidades individuais. Além disso, a língua é utilizada como uma forma de controle, ao se impor o uso de uma língua de determinados modos (correto, autêntico, *native-like*, gramatical, etc.) ou mesmo ao se controlar o direito de utilizá-la (SHOHAMY, 2006, p. XV, *apud* RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 14).

Desse modo, a língua remete à ideia de pertencimento e de reconhecimento do falante a determinado grupo. Soares (2008) afirma que não há como falar em direitos culturais linguísticos sem considerar o acolhimento, pelo ordenamento jurídico, o reconhecimento do

direito da comunidade de se expressar na língua que afirma sua identidade cultural. Assim, a fim de reconhecer os direitos linguísticos, foi proclamada, em 6 de junho de 1996, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, tendo por base, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, Oliveira (2004) afirma que:

Visa introduzir de forma mais sistemática, na comunidade de linguistas e daqueles que atuam junto das populações falantes de línguas minoritárias, o conceito de direito linguístico, com as importantes implicações que daí decorrem. Visa, sobretudo, tornar-se um instrumento importante na mão daqueles que lutam contra qualquer tipo de discriminação linguística, especialmente os falantes das outras várias línguas brasileiras que não a oficial e hegemônica, o português (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos ampara as comunidades e os grupos linguísticos, prevendo o direito ao pleno uso de suas línguas. Conforme Ruiz (1984), essa vertente é uma orientação de língua enquanto direito.

Focando-se na língua como direito, Macías (1978, *apud* RUIZ, 1984) sugere dois tipos de direitos linguísticos: o direito de não ser discriminado com base na língua e o direito de usar a sua língua nas atividades da vida comunitária. Tal assertiva vai ao encontro da perspectiva de Hamel (2003) e Oliveira (2004), de visualizar os direitos linguísticos tanto na ótica dos direitos individuais como coletivos em compasso com o disposto na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

Os defensores dos direitos das minorias linguísticas iniciaram um processo de discussão para chegar a um conjunto de definições básicas e a uma série de condições mínimas para que as minorias possam exercer esses direitos. E dividiram o conceito de direitos linguísticos no contexto individual e coletivo, da comunidade (HAMEL, 2003).

No âmbito individual eles significam o direito de cada pessoa a “identificar-se de maneira positiva com sua língua materna, e que esta identificação seja respeitada pelos demais”, definição esta trazida por Phillipson, Skutnabb-Kangas e Rannut (1994, *apud* HAMEL, 2003, p. 51). Isso implica, como direitos fundamentais, o direito de cada indivíduo a aprender e desenvolver, com liberdade e segurança, sua própria língua materna, bem como, receber educação pública por meio dela, além de poder usá-la em contextos oficiais

socialmente relevantes, e a aprender pelo menos uma das línguas oficiais do seu país de residência.

No âmbito das comunidades linguísticas, por sua vez, os direitos linguísticos, na concepção de Phillipson, Skutnabb-Kangas e Rannut (1994, *apud* HAMEL, 2003, p. 51), compreendem como “o direito coletivo de manter sua identidade e alteridade etnolinguísticas”. Ou seja, cada comunidade tem o direito de estabelecer e manter escolas e outras instituições educativas, controlar o currículo e ensinar nas suas próprias línguas, manter a autonomia para administrar assuntos internos a cada grupo e contar com os meios financeiros para realizar essas atividades.

A mencionada Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, no ponto 5 do artigo 1º, considera grupo linguístico toda a coletividade humana que partilhe uma mesma língua e esteja radicada no espaço territorial de outra comunidade linguística, mas não possua antecedentes históricos equivalentes, como é o caso dos imigrantes. E dispõe que nos casos em que diferentes comunidades e grupos linguísticos coabitem num mesmo território, o exercício dos direitos formulados na Declaração deve reger-se pelo respeito entre todos e dentro das máximas garantias democráticas. Ainda, no tocante aos imigrantes, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos no ponto 2 do artigo 1º prevê o direito deles estabelecerem em termos de progressão ou continuidade as suas línguas (OLIVEIRA, 2003b). Assim, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, os imigrantes chineses na cidade de Foz do Iguaçu possuem não apenas o direito linguístico de falarem as suas línguas de origem, mas também de transmiti-las entre seus pares a fim de dar continuidade às suas línguas entre as futuras gerações.

Dentre os direitos previstos na Declaração, releva elencar: o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome; o direito ao ensino da própria língua para desenvolver e manter a própria cultura; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas. Os direitos das pessoas e dos grupos linguísticos não devem representar qualquer obstáculo à sua inter-relação e à integração na comunidade linguística de acolhimento, nem qualquer limitação dos direitos desta comunidade ou dos seus membros ao pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial (OLIVEIRA, 2003b). Essas disposições são bastante gerais e objetivam abarcar uma grande diversidade de situações, entretanto, devem ser

complementadas com disposições específicas para cada caso como parte integral das legislações linguísticas.

Hamel (2003) ensina que os direitos linguísticos fazem parte dos direitos humanos fundamentais, inseridos no direito fundamental à cultura, abrangendo tanto individuais como coletivos, e se sustentam nos princípios universais da dignidade dos humanos e da igualdade formal de todas as línguas. Pensamento este que se coaduna com o de outros autores, como Lopes (2001), Souza (2013) e Soares (2008), os quais defendem que os direitos linguísticos estão inseridos, implicitamente, no direito à cultura e suas manifestações, assegurado na Constituição Federal do Brasil nos artigos 210 e 215.

A importância de elevar os direitos linguísticos ao status de direito fundamental se dá pelo fato dos direitos fundamentais serem instrumentos de proteção dos cidadãos frente às possíveis violações que o Estado possa cometer.

Isso posto, o reconhecimento da existência dos direitos linguísticos pode ser visto como uma conquista, ainda que esta conquista tenha que avançar e transpor barreiras e fronteiras linguísticas, calcadas em discriminação e preconceitos, o que ocasiona insegurança aos falantes, como é o caso das línguas chinesas faladas na cidade de Foz do Iguaçu.

### **2.3 SEGURANÇA/ INSEGURANÇA LINGUÍSTICA**

Leconte (1998, *apud* SEIFFERT, 2009) realizou um estudo sociolinguístico com crianças falantes de línguas africanas na França, e desse estudo elaborou uma definição de insegurança linguística que é adotada neste trabalho: “Eu entendo por insegurança linguística as situações nas quais os locutores consideram seu modo de falar como pouco valorizado e estão à frente de um outro modelo mais prestigiado mas que eles não praticam” (LECONTE, 1998, p.192, *apud* SEIFFERT, 2009, p. 65).

A língua é um elemento essencial para a existência humana já que por meio dela são estabelecidas as relações sociais. E por ser um dos componentes imprescindíveis na vida em sociedade, a língua torna-se um mecanismo de poder. De acordo com Bagno (1999, p. 133), as línguas são poderosos instrumentos de “ocultação da verdade, de manipulação do outro, de controle, de intimidação, de opressão, de emudecimento”, exercendo, desse modo, o poder sobre os demais.

Tal afirmação está em consonância com o pensamento de Bourdieu (2008, p. 34), segundo o qual “a imposição da língua legítima contra os idiomas e os dialetos faz parte das

estratégias políticas destinadas a assegurar a eternização das conquistas da Revolução pela produção e reprodução do homem novo”. E esse exercício de poder sobre o outro pode gerar o fenômeno da insegurança linguística. O sentimento de insegurança é comumente observado entre falantes de línguas minoritárias, como as línguas de imigração no Brasil. Isso porque, a falta de visibilidade das comunidades linguísticas minoritárias ocasiona conflitos e discriminação, que podem ser amenizados com a proposição de políticas linguísticas que assegurem a sobrevivência e o efetivo uso das línguas minoritárias que coexistem com as línguas oficiais. Exemplo de ação, nesse sentido, é a política de cooficialização de línguas no Brasil, que visa, dentre diferentes demandas, assegurar o uso dessas línguas e reduzir manifestações de preconceito em razão do uso de línguas diferentes da oficial nacional.

A insegurança linguística também pode ser evidenciada quando os indivíduos são submetidos a uma violência invisível e coerções, em um esforço desesperado para alcançar a correção, consciente ou inconscientemente, os aspectos estigmatizados de sua pronúncia, de seu léxico, sintaxe, ou então, na confusão que os faz “ficarem sem ação”, tornando-os incapazes de “encontrar suas palavras”, como se ficassem de repente expropriados de sua própria língua (BOURDIEU, 2008, p. 39).

É nesse sentido que não apenas os falantes de línguas minoritárias, como as línguas de imigração são passíveis de insegurança linguística. No contexto do Brasil, pode ocorrer de um falante nativo da língua portuguesa, se sentir inseguro para falar a própria língua materna, por não falar, por exemplo, a norma padrão culta da língua. Isso acontece em razão da forma prestigiada da língua aparecer como “um ideal de língua a dominar, diante da crença de que seja possível estabelecer o contato mais simétrico com o outro que se coloca nesses espaços de poder” (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007, p. 58).

Assim, o termo insegurança linguística é empregado quando o próprio falante sente que seu modo de falar é pouco valorizado em relação a algum outro modelo que conheça, o qual ele não possui fluência e tampouco confiança.

Em contrapartida, a segurança linguística, para Calvet (2002, p.72), existe quando o falante de uma determinada língua não se sente questionado a respeito de seu modo de falar, quando considera “sua norma a norma”. Além da insegurança linguística com relação ao uso da língua, há também situações de insegurança quanto ao nome da língua, como é o caso de diversas línguas chinesas.

## 2.4 INTEGRAÇÃO E DIREITOS DOS IMIGRANTES

Tendo em vista que alguns dos sujeitos da pesquisa são imigrantes chineses e um dos objetivos específicos deste estudo é analisar como ocorre ou não a integração dos grupos de chineses com os demais grupos locais, releva tecer algumas considerações sobre os direitos dos imigrantes e o termo integração.

No dicionário Ferreira (2010), o vocábulo integrar significa adaptar, tornar-se parte de um conjunto ou de um grupo; adaptação, incorporação de um indivíduo ou grupo externo numa comunidade, num meio.

Por integração, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos no artigo 4º entende como uma socialização adicional destas pessoas de forma a poderem conservar as suas características culturais de origem, ao mesmo tempo que compartilham com a sociedade que as acolhe as referências, os valores e os comportamentos que permitirão um funcionamento social global, sem maiores dificuldades que as experimentadas pelos membros da sociedade de acolhimento. Ainda, a Declaração considera que as pessoas que se deslocam e fixam residência no território de uma comunidade linguística diferente da sua têm o direito e o dever de manter com ela uma relação de integração (OLIVEIRA, 2003b).

Em relação ao processo de integração dos imigrantes na sociedade brasileira, são verificados alguns obstáculos, que em conjunto ou isolados acabam se tornando empecilhos para os imigrantes não se inserirem na sociedade brasileira ou viverem excluídos do convívio social.

Silva (2016) aponta três principais obstáculos de integração dos imigrantes, a questão da discriminação racial e xenofobia, o acolhimento e a língua. No tocante à discriminação racial e xenofobia, o Ministério da Justiça (2015) lançou uma campanha em outubro de 2015 para combater o preconceito e a intolerância contra imigrantes e refugiados no Brasil. A campanha teve como slogan: **Brasil - A imigração está no nosso sangue**. A campanha teve como objetivo esclarecer a identidade cultural do povo brasileiro, a identidade imigratória, relembrando os vários fluxos migratórios que ocorreram no passado e, assim, enfatizar que a população brasileira possui uma identidade imigratória, em suma, de que todos são imigrantes.

Esse ato do Ministério da Justiça demonstra o interesse do Estado na questão da inserção social dos imigrantes na sociedade brasileira, com intuito de rememorar a todos que praticam atos de exclusão e rejeição ao imigrante e esqueceram que a história do Brasil é

marcada pela imigração, e conseqüentemente cada cidadão brasileiro também tem raízes e marcas de imigrantes. Ocorre que essa campanha foi motivo de várias críticas por parte da sociedade civil, pois quando o Ministério da Justiça nivela todos os fluxos migratórios, inclusive a imigração forçada dos escravos africanos como imigrantes, ele comete um erro histórico; o tráfico negreiro não pode ser considerado um fluxo migratório, eles eram considerados mão de obra, fruto da colonização e da exploração do capitalismo europeu (SILVA, 2016).

Embora haja previsão na Lei (artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal Brasileiro) para quem pratica crime de injúria referente à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, quando se trata de discriminação decorrente do preconceito linguístico, a legislação brasileira é omissa, mesmo sendo uma discriminação concreta, ela é invisibilizada e por isso, pouco debatida, inexistindo interesse político para legislar sobre essa temática.

Nesse sentido, outro obstáculo para promover a inserção social plena dos imigrantes, no Brasil, é o aprendizado da língua portuguesa. O quesito língua reflete diretamente no processo de socialização e na inserção social. Silva (2016) relata que para grande parte dos imigrantes uma das maiores dificuldades enfrentadas é aprender a nova língua.

O aprendizado da língua é fundamental para que os migrantes consigam desenvolver relações sociais, incorporar a cultura brasileira e tornar possível a ascensão profissional. Porquanto, “quando o idioma é aprendido, estreitam-se os laços com a sociedade, o que ajuda na definição de uma nova identidade que é incorporada ao longo dos anos em que vão assimilando a nova cultura” (SILVA, 2016, p. 110).

Tollefson (1991, *apud* RIBEIRO DA SILVA, 2013) relata uma pesquisa patrocinada pelo governo norte-americano na década de 1970 como parte do programa de acolhimento de refugiados e imigrantes. Essa pesquisa identificou dois principais tipos de motivação no aprendizado da língua de acolhimento: a instrumental e a integrativa. A motivação instrumental refere-se à constatação, pelo migrante, de que seu bem-estar econômico e social passa pela aquisição da língua e dos padrões culturais de sua nova comunidade. A motivação integrativa, por outro lado, diz respeito ao desenvolvimento de um sentido de pertencimento ao novo grupo. Em outras palavras, propõe que um migrante está motivado a aprender a língua de sua nova comunidade quando visa, por exemplo, conseguir um bom emprego ou um título acadêmico. A motivação integrativa mobiliza o migrante a aprender a nova língua o

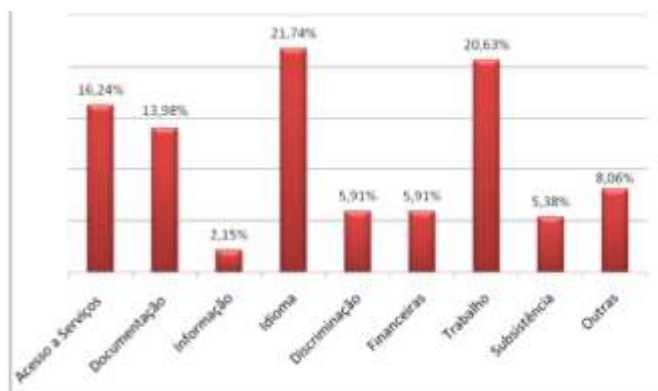


mais eficientemente possível na medida em que ele deseja se integrar à comunidade que o acolheu. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade.

A pesquisa parte do pressuposto de que a motivação é algo inerente ao sujeito, por isso, segundo a pesquisa, o sucesso ou o fracasso na aprendizagem da nova língua é avaliado como sendo de responsabilidade do migrante. Se aprender rápido e eficientemente a nova língua, ele está motivado, caso contrário, estaria desmotivado. Para Tollefson (1991, *apud* RIBEIRO DA SILVA, 2013), a proposição dessas duas modalidades de motivação é redutora, pois as análises que focalizam a vontade individual são falhas por não considerarem as variáveis sociais envolvidas no processo de aprendizagem, uma vez que a possibilidade de fracasso ou sucesso varia de um aluno para outro em decorrência de diferenças sociais, econômicas, étnicas, entre outros motivos, e não somente em consequência do esforço individual.

Sobre este tema, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>15</sup> realizou uma pesquisa, em parceria com o Ministério da Justiça, no ano de 2015 revelou que a principal dificuldade enfrentada pelos imigrantes é a língua, e essa questão antecede até mesmo a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.

**Gráfico 1:** Principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no Brasil.



**Fonte:** IPEA/Ministério da Justiça, 2015, p.138.

<sup>15</sup> Pesquisa IPEA/MJ: Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil O objeto da pesquisa é a sistematização de informações, coletadas em nível nacional, acerca dos obstáculos ao acesso aos serviços públicos e direitos no Brasil por parte dos migrantes estrangeiros (deslocados ambientais, imigrantes econômicos, imigrantes provenientes de fluxos migratórios mistos, imigrantes por questões humanitárias, refugiados e solicitantes de refúgio), e apátridas como forma de subsidiar, institucional, estrutural e normativamente, o aperfeiçoamento das políticas públicas direcionadas a esses grupos. (IPEA, 2015, p.19).

Ainda, de acordo com o Ministério da Justiça (2015), alguns estados vêm enfrentando dificuldade na prestação de serviços básicos como: escola, saúde, assistência social em geral nos órgãos públicos, devido às barreiras linguísticas.

Sobre a dificuldade de prestação de serviços públicos básicos, Silva (2016) menciona que a Prefeitura de Contagem na região metropolitana de Belo Horizonte, é um exemplo positivo, pois tem realizado algumas ações para suprir a questão da língua, ofertando curso de língua portuguesa para os imigrantes e curso de francês para os docentes das escolas públicas em que haja algum imigrante, em especial, haitiano matriculado. Além disso, outros esforços vêm sendo realizados para sanar essas dificuldades dos imigrantes, tal como a oferta de curso de português nas universidades públicas e privadas.

Assim, como a Prefeitura de Contagem/MG, o governo do estado do Paraná divulgou no dia 27 de novembro de 2017 no *site* da Secretaria da Educação do Paraná um projeto que visa capacitar professores para dar aulas de português para estrangeiros, tanto para crianças como adultos, nas escolas estaduais. O Paraná é o terceiro estado com maior número de trabalhadores imigrantes do país, o primeiro é o estado de São Paulo, e o segundo, Santa Catarina. De acordo com a notícia veiculada pelo *site* da Secretaria da Educação do Paraná, a demanda pelo aprendizado do português para estrangeiros cresceu consideravelmente, pois, desde 2010, o número de imigrantes no Estado aumentou 277%.

Segundo informação constante no *site*, o projeto prevê a capacitação de 90 professores dos 32 Núcleos Regionais e da Secretaria da Educação. O curso, que vai capacitar professores de português a ensinar o idioma para estrangeiros, será ministrado em duas etapas, em abril e maio do ano de 2018. Ainda, consta na notícia que o Paraná foi o primeiro estado do Brasil a criar em 2015 um conselho estadual específico para a situação dos migrantes, chamado de Conselho Estadual de Migrantes, Refugiados e Apatriados (CERMA).

Apesar dessas iniciativas governamentais supramencionadas, são as ONGs e instituições religiosas que vêm trabalhando de forma mais efetiva e concreta para romper com o impedimento da língua. Além da língua e da discriminação já mencionadas, outra barreira a ser vencida é o acolhimento. O fluxo de imigrantes para o território brasileiro gerou uma demanda de criação de infraestrutura para acolhimento desses imigrantes.

No âmbito da realidade brasileira, várias leis e alterações na legislação já foram feitas e são realizadas para acolherem legalmente os imigrantes. Desde a implementação da República em 1889 foram apresentados projetos políticos que produziram o discurso de um

espírito nacional, no sentido de formular e reproduzir uma representação de nação, a fim de se criar um sentimento de pertencimento da população ao Brasil (PAYER, 1999).

As medidas administrativas com relação às línguas foram realizadas através de uma política linguística específica de silenciamento por meio de uma proibição explícita da prática de língua dos imigrantes, principalmente no exercício dessa língua na escola e na imprensa. Para isso, foram criadas leis para regulamentar as práticas dos falantes (SCHUMM, 2012).

Na era Vargas, que perdurou de 1930 a 1945, configurou-se um “discurso que difundia uma homogeneidade nacional, o qual ia de encontro com a diversidade linguística representada pelos imigrantes, tomada como uma ameaça” (SCHUMM, 2012, p. 7).

Exemplo disso é o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de imigrantes, em que dispõe:

Art. 8º Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena:

a) evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região;

Art. 11. Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar (BRASIL, 1939).

A campanha de nacionalização implementada durante o Estado Novo (1937-1945), promoveu políticas sobre as línguas por parte do poder estatal e suscitou diversas manifestações de xenofobia entre a população. Isso demonstra a íntima relação entre imigração no Brasil e políticas linguísticas, temas em destaque nesta pesquisa.

O primeiro ato de nacionalização, no Estado Novo, atingiu o sistema de ensino em língua de imigração. A nova legislação obrigou as escolas de imigrantes a modificarem seus currículos e dispensarem os professores que se recusavam a aderir à nacionalização, e as instituições de ensino que não conseguiram, ou não quiseram cumprir a lei foram fechadas. A partir de 1939, a assimilação tornou-se impositiva. Assim, progressivamente, desapareceram as publicações em língua de imigração, foi proibido o uso de línguas de imigração em público, inclusive nas atividades religiosas (SEYFERTH, 1997). Insta esclarecer que na época do regime de Vargas era utilizado o termo estrangeiro ao invés de imigrante, tendo uma conotação de distanciamento, estranhamento com relação ao outro, o que aumentava a sensação de discriminação.

Nesta perspectiva, o direito do imigrante no Brasil sempre sofreu descaso, até os dias atuais. A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, com alterações pela Lei nº 6.964/81, foi a lei que norteou as migrações no Brasil até o ano de 2017.

Embora a Lei nº 6.815/80 seja considerada retrógrada, impende destacar o seu artigo 95, o qual estipulava: “o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis” (BRASIL, 1980). Desse modo, em que pese à omissão da Lei nº 6.815/80, ou seja, apesar de não ter expressamente na lei o direito ao imigrante de acessar aos serviços públicos, esse direito era embasado juridicamente no artigo 95 supratranscrito, a fim de garantir o direito ao imigrante de usufruir os serviços públicos oferecidos no Brasil.

A Lei nº 6.815/80 foi criada durante a ditadura militar e apresenta traços da visão discriminatória que vigorava naquela época de que o imigrante é uma ameaça à segurança nacional. Por essa razão, em 04 de agosto de 2015 foi apresentado o Projeto de Lei n. 2516/2015 de autoria do senador licenciado e atual ministro das relações exteriores, Aloysio Nunes, que passa a tratar o tema sob a perspectiva dos direitos humanos. O projeto visou garantir ao imigrante condição de igualdade com os nacionais, pautando-se na liberdade, na propriedade, no acesso aos serviços públicos de saúde e educação e na previdência social, entre outras inovações.

Antes desse projeto, sobre estrangeiros e imigrantes, outros já tramitaram na tentativa de alterar e revogar a Lei nº 6.815/80, como o PL 3354/2015, PL 5655/2009 e PL 206/2011, os quais foram arquivados e pensados ao Projeto de Lei nº 2516/2015.

O tema acerca da imigração encontra-se tão em voga que, durante a elaboração desta pesquisa, o Projeto de Lei nº 2516/2015 foi sancionado pelo Presidente da República em exercício, Michel Temer, e transformado na Lei Ordinária nº 13.445/2017, revogando-se a Lei de 1980 que tratava sobre o assunto.

A nova lei de migração de 2017 possui 125 artigos ao todo e entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial que ocorreu no dia 25 de maio de 2017.

O presidente da República em exercício, Michel Temer, vetou 18 trechos do texto da lei. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizerem o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independente da situação migratória anterior.

De acordo com a justificativa para o veto, o dispositivo concederia anistia indiscriminada a todos os imigrantes, retirando a autoridade do Brasil de selecionar como será o acolhimento dos estrangeiros. Ademais, não há como definir a data exata da entrada do imigrante no país.

No tocante ao tema desta pesquisa, destacam-se os artigos 3º e 4º da nova lei de migração, os quais dispõem sobre o acesso a serviços públicos e inclusão social:

**Art. 3º** A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

**Art. 4º** Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

O artigo 3º, inciso X, enuncia que a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas está inserida nos princípios e diretrizes da política migratória brasileira. E como exemplo de políticas públicas para a inclusão social, podem-se citar políticas linguísticas com o intuito de diminuir as barreiras linguísticas de imigrantes não falantes da língua portuguesa.

Ainda, observa-se do dispositivo legal acima transcrito que é expressamente assegurado ao imigrante o acesso a serviços públicos, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. Assim, a previsão do inciso IX do artigo 4º é clara no sentido de que não importa se o imigrante se encontra em situação regular no Brasil ou o qual seja seu país de origem, não pode ser vedado o acesso a serviços públicos, e nos incisos IX e X do referido artigo 4º especifica-se o acesso à justiça e o direito à educação pública.

Nessa perspectiva de direito e acesso à educação pública, Satalecka (2011) assevera que é de suma importância que entre os muitos problemas e dificuldades que os imigrantes encontram ao chegar a um novo país, não sintam que existem obstáculos para os seus filhos. Ao poder enviá-los para a escola, os imigrantes sentem que o país oferece condições para que

os seus filhos façam parte da sociedade. E, assim, mesmo que os próprios pais demorem a integrar-se, vão estar mais confiantes quanto ao objetivo de garantir uma vida melhor para a sua família.

Para efeito da cidadania, a questão da nacionalidade é uma categoria esgotada quando defrontada com os princípios fundamentais do ser humano, tais como a liberdade; a igualdade e a dignidade. Por isto, “não cabe mais pensar a cidadania como exercício de direitos e de autonomia, a partir de categorias tradicionais de pertencimento do cidadão a um determinado território” (BENETTI, 2012, p. 50).

O Estado não pode ser mais concebido como o fundamento dos direitos, deve ser condição necessária para a realização destes, devendo os cidadãos exigir dos órgãos estatais a eficácia das normas jurídicas. Nesse sentido, “os direitos fundamentais universalmente reconhecidos sustentam, hoje, a cidadania e não mais pelo fato de possuir a nacionalidade de um determinado Estado” (BENETTI, 2012, p. 50). Ou seja, os imigrantes chineses, residentes em Foz do Iguaçu, mesmo não possuindo a nacionalidade brasileira, possuem o direito de acessar os serviços públicos.

Insta salientar que além do aspecto de elaboração e regulamentação de leis que autorizam a permanência dos imigrantes em solo brasileiro, cabe ao Estado implementar instrumentos capazes de promover, na prática, o acolhimento, a inserção e integração dos imigrantes na sociedade.

Entre as cidades pesquisadas por Silva (2016), entre elas São Paulo –SP, Brasília, Chapecó - SC, Criciúma - SC, Caxias do Sul – RS, apenas São Paulo apresenta uma infraestrutura pública voltada para o acolhimento dos imigrantes internacionais. O Centro de Referência e Acolhimento para Imigrantes (CRAI), conhecida como Casa de Passagem, criada no ano de 2014 pela Prefeitura Municipal de São Paulo, oferece 110 vagas para os imigrantes permanecerem por um período máximo de 180 dias. Após o término do prazo, o imigrante deve deixar o local.

O governo paulista foi precursor no ato de criar instituições para acolher os imigrantes, outras cidades como Belo Horizonte, Brasília, Criciúma, Caxias do Sul e Foz do Iguaçu, que é a cidade escolhida para ser o ambiente da presente pesquisa, não possuem um serviço exclusivo para os imigrantes e refugiados.

Para muitos governantes, os imigrantes que não possuem um local para se abrigarem até se estabelecerem no país ou na cidade devem buscar os albergues públicos, porém esses locais são ocupados pelos moradores em situação de rua, que possuem um perfil e um

histórico muito diferenciado do imigrante internacional ou do refugiado que acaba de ingressar no Brasil, pois boa parte dos imigrantes nunca vivenciou uma situação de rua e por isso não se adaptam nesses locais (SILVA, 2016).

Como o poder público, de modo geral, não acolhe os imigrantes e os refugiados, fica a cargo da sociedade civil, de instituições religiosas, ONGs e associações de imigrantes fazer o papel de anfitriões e acolherem esses indivíduos. No Brasil a maior referência em acolhimento de imigrantes são os Scalabrinianos, uma ordem/irmandade da Igreja Católica. A obra de maior expressão dos Scalabrinianos é a Missão Paz, que fica na cidade de São Paulo, que não se restringe em apenas acolher, mas oferecer outros serviços como ensino da língua portuguesa, regularização dos imigrantes, encaminhamento e mediações no emprego e ainda possui um centro permanente de estudos migratórios (SILVA, 2016).

O Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM) é o eixo legal, onde os imigrantes são atendidos por advogados e profissionais que vão regularizar a situação e depois promover encontros entre empregador e o imigrante, para tramitações de emprego. A Missão Paz é sustentada pela Igreja Católica e por doações de fiéis e de interessados.

Esses locais supramencionados são exemplos de formas de integração dos imigrantes no Brasil, e entende-se que podem servir de referência para Foz do Iguaçu se tornar uma cidade mais acolhedora. Todavia, importante salientar que este trabalho pretende identificar e analisar as barreiras linguísticas na integração dos imigrantes chineses à comunidade local, e não possui o foco de verificar a existência de aparato estatal ou de iniciativa privada para o acolhimento desse grupo específico de imigrantes.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Realizada a caracterização e a contextualização do ambiente de pesquisa, este capítulo compreende a fundamentação metodológica, onde será explicitada a perspectiva interdisciplinar adotada, os delineamentos da pesquisa e a justificativas para escolha dos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo. Ainda, neste capítulo serão detalhados os meios de obtenção dos dados e o perfil dos sujeitos da pesquisa.

#### **3.1 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO PERSPECTIVA DA PESQUISA**

A presente pesquisa possui um caráter interdisciplinar, não apenas por estar inserida no programa de mestrado interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteiras, mas, principalmente, pelo fato de que uma pesquisa com essa temática necessita da abertura de novos campos do saber para estabelecer trocas, diálogos com outras ciências e extrair o conhecimento de cada área. Não se produz conhecimento científico com ciências enclausuradas apenas nas suas próprias áreas (MACARINGUE, 2014). Assim, para se evitar conclusões com pouca profundidade, toda ciência deve transpor as fronteiras das outras ciências.

Por isso, hodiernamente, a pesquisa interdisciplinar está deixando de ser uma opção para ser um imperativo, em face da globalização que provocou os deslocamentos dos campos do saber e fez com que a pesquisa interdisciplinar se tornasse imprescindível, pois, permite diálogos entre as disciplinas e possibilita conectá-las ao objeto de estudo, razão pela qual se optou, nesta pesquisa, pelo modelo interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é uma ideia que apresenta uma multiplicidade de facetas, de modo que práticas muito distintas podem ser aplicadas. Representa uma riqueza que se pode aproveitar, contanto que as condições, nas quais se operam as escolhas sejam claramente discutidas e os objetivos explicitados (RAYNAUT; ZANONI, 2011).

Em outras palavras, a interdisciplinaridade permite diálogos entre distintas áreas do saber, a fim de construir pontes de convergência entre os domínios da ciência, flexibilizar a pesquisa e alcançar o conhecimento almejado. Nesse passo, Olga Pombo acrescenta:

Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto



da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo (POMBO, 2005, p. 13).

Pombo (2008) afirma que com uma aproximação interdisciplinar é possível atingir camadas mais profundas da realidade cognoscível. Para a autora, “uma aproximação interdisciplinar não é uma aproximação que deva ser pensada unicamente do lado do sujeito, daquele que faz a ciência. É algo que tem a ver com o próprio objeto de investigação e com a sua complexidade” (POMBO, 2008, p. 23). A pesquisadora também defende que a interdisciplinaridade exige uma convergência de pontos de vista e se distingue da transdisciplinaridade<sup>16</sup> e da pluridisciplinaridade/multidisciplinaridade<sup>17</sup>.

Quanto aos tipos de práticas interdisciplinares, Reynaut e Zononi (2011) distinguem três tipos, o primeiro é denominado interdisciplinaridade de serviço, o segundo, interdisciplinaridade baseada no trabalho em equipe e, por último, a interdisciplinaridade conceitual.

A interdisciplinaridade de serviço ocorre quando uma disciplina desempenha o papel de líder e solicita competências de outras especialidades, que possuem a capacidade de responder a questões pontuais dela provindas ou de ultrapassar obstáculos técnicos ante os quais ela se imobiliza (RAYNAUT; ZANONI, 2011).

Quanto à interdisciplinaridade baseada em um trabalho em equipe não hierarquizada, ela reúne várias disciplinas em torno do objetivo comum, visando responder a uma questão surgida pela demanda social. Já a conceitual, trata de questões teóricas e epistemológicas surgidas do próprio movimento de reflexão científica e visa forjar conceitos e reexaminar em profundidade os processos de produção do saber com uma reflexão filosófica e ética (RAYNAUT; ZANONI, 2011).

No caso do presente trabalho, este se insere no tipo de prática interdisciplinar chamada interdisciplinaridade de serviço, de acordo com as definições acima apresentadas, tendo como disciplina líder/campo base a Política Linguística.

---

<sup>16</sup>Transdisciplinaridade: remete para qualquer coisa da ordem da fusão unificadora, solução final que, conforme as circunstâncias concretas e o campo específico de aplicação, pode ser desejável ou não (POMBO, 2008).

<sup>17</sup>Pluridisciplinaridade/multidisciplinaridade: supõe o pôr em conjunto, o estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de pontos de vista (POMBO, 2008).

### 3.2 DELINEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Quanto à classificação da pesquisa no que se refere à sua finalidade, Selltiz (1987) separa três grupos: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que verificam hipóteses causais, este último, Gil (2009) chama de pesquisas explicativas. A presente pesquisa classifica-se como descritiva, pois, objetiva compreender e descrever a presença da(s) língua(s) chinesas em diversos espaços sociais em Foz do Iguaçu e de que forma a comunidade linguística se integra (ou não) a comunidade local.

Esta pesquisa também se classifica como descritiva por visar o estudo das características da comunidade linguística de falantes das línguas chinesas em Foz do Iguaçu, levantar as opiniões, relatos e comportamentos com relação à (s) língua (s) e descrever as línguas que fazem parte do repertório linguístico dessa comunidade linguística.

Para Gil (2009), a classificação das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é importante para o estabelecimento do marco teórico. Todavia, para “analisar os fatos do ponto de vista empírico e para confrontar a visão teórica com os dados da realidade” (GIL, 2009, p. 43), é necessário traçar um modelo operativo, que seria o delineamento da pesquisa.

Ao se delinear uma pesquisa é considerado o ambiente em que são obtidos os dados, as informações, e as formas de controle das variáveis envolvidas. Para Gil, (1989, p. 70) o delineamento refere-se ao “planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados”. Para a identificação de um delineamento, o mais importante é o procedimento adotado para a coleta de dados. Nesse aspecto, Gil (1989, p. 71) ensina que “podem ser definidos dois principais grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de ‘papel’ e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas”. Como exemplo do primeiro grupo, pode-se mencionar a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. E no segundo estão a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post-facto*, o levantamento, estudo de campo e o estudo de caso.

Quanto aos métodos de geração de dados, Mason (2002) afirma que todas as etapas de pesquisa que envolvam idas a campo, entrevistas e observações não se configuram como coleta de dados e sim como geração de registros. Segundo a autora, o termo geração de dados é mais preciso do que coleta de dados, haja vista que a maioria das perspectivas qualitativas rejeita a ideia de que um pesquisador pode ser um coletor de informações completamente

neutro com relação ao mundo social<sup>18</sup>. Assim, não se pode dizer que o pesquisador esteja simplesmente coletando os dados, como se sua presença não fosse percebida, mas sim, está gerando registros daquilo que observa.

Ou seja, as técnicas de pesquisa não podem ser utilizadas como meras receitas prontas ou instrumentos neutros, mas como meios de obtenção de informação. Afinal, todo pesquisador tem sua crença que influirá em seu trabalho de pesquisa. E isso deve ser levado em consideração no momento da aplicação dos métodos de geração de dados para que se tenha a plena consciência de que tanto o pesquisador, como o pesquisado, são sujeitos de um processo de desenvolvimento, justificando-se, assim, o uso do termo sujeitos aos entrevistados da pesquisa. Ademais, parte-se do pressuposto que os chineses e descendentes que participaram da pesquisa são sujeitos, no sentido de praticarem ações e gerirem a(s) sua(s) língua(s).

Sendo assim, com relação aos meios de obtenção de dados, a pesquisa foi precedida de necessária pesquisa bibliográfica e estudo de campo com observação, registro de imagens e realização de entrevistas. A pesquisa bibliográfica consistiu na busca de subsídios teóricos em livros nacionais e estrangeiros, artigos em revistas, produções acadêmicas como dissertações de mestrado e teses de doutorado e legislação pátria.

Sobre o estudo de campo, Gil (2009, p. 53) aponta que “tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana”. Ainda, segundo o autor, as pesquisas que optam pelo estudo de campo, em sua essência, são desenvolvidas por meio da observação direta, entrevistas e captura de imagens para explicar e interpretar o que ocorre no grupo. À vista disso, optou-se pelo estudo de campo para estudar a comunidade linguística de falantes das línguas chinesas em Foz do Iguaçu, por meio de captura de imagens, observação e entrevistas. Acerca da observação e das entrevistas, estas serão detalhadamente explicitadas a seguir.

### **3.2.1 Observação e registro de imagens em campo**

A observação constitui elemento fundamental em todas as fases da pesquisa. Em relação a outras técnicas, Gil (1989) apresenta como principal vantagem o fato da observação

---

<sup>18</sup> *I think it is more accurate to speak of generating data than collecting data, precisely because most qualitative perspectives would reject the idea that a researcher can be a completely neutral collector of information about the social world* (MASON, 2002, p. 52).

perceber diretamente os acontecimentos, sem qualquer intermediação, logo, a subjetividade que permeia todo o processo de investigação social tende a ser reduzida. O autor classifica a observação em simples, participante e sistemática.

Seiffert (2014, p.112) acrescenta que a observação é um dos “eixos fundamentais de qualquer pesquisa de cunho social, é ela ao mesmo tempo método de geração de informações e subsídio para toda a execução de uma pesquisa, inclusive e principalmente para a formulação de metodologia do trabalho”.

Nesta pesquisa utilizou-se da observação simples e participante. Observação simples entende-se como “aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem” (GIL, 1989, p. 105). Apesar dessa observação ser informal, vai além da simples constatação dos fatos, pois exige um controle e prévio estabelecimento do que observar e, por conseguinte, uma análise e interpretação. Desse modo, definiu-se como escopo observar os letreiros de estabelecimentos comerciais, vitrines de lojas, fachadas de restaurantes de comida chinesa e placas indicativas com a escrita chinesa, consoante os procedimentos adotados em estudos sobre paisagens linguísticas (SHOHAMY, 2006; GORTER, 2006; BERGER; ELSENBACH, 2017). Além disso, buscou-se observar o uso das línguas chinesas por essa comunidade linguística em espaços públicos.

Já a observação participante, segundo Gil (1989), consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, de certa forma, o papel de um membro do grupo. Para o autor, a observação participante pode ser natural ou artificial. Natural é quando o pesquisador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga; e a artificial, é quando aquele não faz parte do grupo, e se integra com o objetivo de realizar uma investigação e, por isso, depara-se com mais problemas do que na observação natural.

Tendo em vista que esta pesquisadora é filha de imigrantes chineses e é falante das línguas mandarim e cantonês, foi possível realizar a observação participante natural. Com a inserção desta pesquisadora na comunidade linguística de línguas chinesas de Foz do Iguaçu, foi utilizada a observação participante natural para perceber o uso das línguas chinesas não apenas em espaços públicos, como foi feita com a observação simples, mas também se pode atentar ao uso das línguas chinesas em ambientes familiares, em jantares em restaurantes, em espaços privados e mais reservados à comunidade linguísticos como em alguns espaços de entrada restrita no templo budista.

Portanto, nesta pesquisa houve tanto a observação simples como a participante. Em suma, foram observados a presença da escrita chinesa nos espaços visuais públicos, os usos das línguas chinesas pelos falantes em diversos locais de concentração e agregação da comunidade linguística de línguas chinesas. O período da observação compreende os meses de julho a dezembro de 2017, e a observação se deu principalmente na região central da cidade. Ressalta-se que o procedimento da observação neste trabalho não foi utilizado de forma isolada, ou seja, foi um meio de obtenção de dados aliado a outros métodos como as entrevistas, registro de imagens e diário de campo.

### **3.2.2 Levantamento linguístico e entrevistas**

Para alcançar o objetivo de conhecer o perfil sociolinguístico da comunidade linguística de línguas chinesas em Foz do Iguaçu e verificar quais são as línguas que fazem parte do repertório linguístico dos sujeitos participantes fez-se necessário um levantamento linguístico.

Conforme mencionado, dado o caráter interdisciplinar das pesquisas no campo da Política Linguística, há diversos métodos e instrumentos de investigação quando se trata desse campo de estudo. Seiffert (2014) em sua tese analisou quatro tipos de instrumentos político-linguísticos, o censo, o diagnóstico, o inventário e o observatório. Neste trabalho foi utilizado o método de pesquisa consistente no diagnóstico sociolinguístico (SEIFFERT, 2014) com a realização de entrevistas.

Seiffert (2014) afirma que “dentre os levantamentos linguísticos discutidos nesta tese, são os diagnósticos sociolinguísticos que possibilitam a construção de panoramas mais complexos e qualificados de situações envolvendo línguas em contato” (SEIFFERT, 2014, p. 111). Assim, haja vista os objetivos deste trabalho, bem como a impossibilidade de ter acesso à totalidade da população, a realização do levantamento linguístico por meio do diagnóstico sociolinguístico é o caminho mais viável e adequado.

Os métodos e o planejamento dos diagnósticos variam de acordo com a problemática de cada pesquisa. Seiffert (2014) aponta que os questionários e as entrevistas são os instrumentos de pesquisa usualmente utilizados em diagnósticos sociolinguísticos. Nesta investigação, optou-se pela realização de entrevistas e não de questionários, haja vista que, enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de

informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões (SELLTIZ, 1987).

Ademais, comparado ao questionário, a entrevista apresenta vantagens como a não exigência que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever. E como os sujeitos da pesquisa são falantes de línguas chinesas, alguns não sabiam ler e escrever em português ou sabiam, mas tinham dificuldade na compreensão de perguntas na língua portuguesa. Assim, embora o roteiro da entrevista<sup>19</sup> seja em português, e as transcrições das entrevistas também tenham sido em português, duas entrevistas foram realizadas em mandarim. Releva esclarecer que as traduções foram realizadas de forma livre pela pesquisadora, que não possui o conhecimento suficiente da escrita chinesa para transcrever em mandarim. Assim, diferentemente das entrevistas que foram realizadas em português em que houve a transcrição de acordo com a pronúncia falada pelos sujeitos da pesquisa, nas entrevistas em mandarim não há a reprodução do que foi falado. Ao invés disso, nas transcrições foram usadas as palavras da pesquisadora após tradução livre, conforme indicação que se verifica abaixo de cada um dos excertos.

Ainda quanto às vantagens das entrevistas, outra delas é o fato de que ela possibilita a obtenção de maior número de respostas. Ainda, oferece flexibilidade muito maior, pois o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista. Além disso, a entrevista possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas (GIL, 2010).

No que se refere ao nível de estruturação das entrevistas, Gil (2010) as classifica como: informais, focalizadas, formalizadas e por pautas. A entrevista por pautas foi escolhida para ser aplicada nesta pesquisa por apresentar a estruturação de acordo com os pontos de interesse do entrevistador. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas pré-determinadas.

A entrevista por pautas também é chamada de entrevista semiestruturada (SELLTIZ, 1987). Os questionamentos nesse tipo de entrevista são mais profundos, levando ambos a um relacionamento recíproco de confiabilidade. As perguntas seguem uma formulação flexível, e a sequência e os pormenores ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente (ROSA; ARNOLDI, 2008).

---

<sup>19</sup> O roteiro de entrevista encontra-se no **Apêndice B** desta dissertação

Gil (2010) também assinala que as entrevistas por pautas são recomendadas, sobretudo, nas ocasiões em que os entrevistados não se sintam à vontade para responder às indagações formuladas com maior rigidez. Portanto, para se alcançar os resultados almejados, preferiu-se a entrevista por pautas por permitir investigar as questões em consideração e deixar que os entrevistados exponham as suas ideias livremente, propiciando espaço para opiniões mais subjetivas, favoráveis e críticas, bem como sugestões.

Desta maneira, recolhendo os testemunhos diretamente das pessoas envolvidas, pode-se não apenas diagnosticar o seu repertório linguístico, como também conhecer as principais barreiras/fronteiras enfrentadas para integrar-se à comunidade local de Foz do Iguaçu. Para Richardson (2010, p. 99) os fundamentos da entrevista estão “na convicção de que as pessoas envolvidas em um fenômeno têm pontos de vista ou opiniões que só podem ser descobertas por meio da pesquisa qualitativa”. Segundo o autor, o que importa é a qualidade das informações e não o número de entrevistados que compartilha a informação.

Há de se concordar com o autor, no sentido de que em uma pesquisa não é a quantidade de pessoas que irão prestar informações que tem importância, mas, sim, o significado que os sujeitos têm em relação ao que se procura para a pesquisa. Para esta pesquisa, foram entrevistadas 20 pessoas, detalhadas na seção seguinte na caracterização dos sujeitos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas de forma pessoal e individual e todos os entrevistados foram esclarecidos com relação à pesquisa, bem como assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do (TCLE)<sup>20</sup>, conforme procedimentos éticos necessários adotados para fins dessa pesquisa.

Richardson (2010) afirma que a escolha de um local adequado de pesquisa e a familiaridade do pesquisador com os membros do grupo são aspectos fundamentais da pesquisa. À vista disso, o local das entrevistas variou de acordo com cada sujeito da pesquisa. Algumas foram previamente agendadas e realizadas nas residências dos sujeitos, duas entrevistas foram na residência da pesquisadora, por opção dos entrevistados, e outras em locais públicos, sempre visando deixá-los mais confortáveis e à vontade, e para que eventuais constrangimentos fossem amenizados e evitados.

As entrevistas iniciaram no mês de julho logo após a aprovação pelo Comitê de Ética<sup>21</sup> para a coleta de dados e terminaram no mês de agosto. Quanto à formulação das

---

<sup>20</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se no **Apêndice A** desta dissertação.

<sup>21</sup> Parecer n. 2.162.798 emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa em 07/07/2017.

perguntas do roteiro da entrevista teve-se o cuidado de evitar fazer perguntas que dirijam a resposta do entrevistado. Se fosse utilizado apenas o questionário, por exemplo, não seria possível acrescentar perguntas ou substituir. Já com a entrevista, há mais flexibilidade, de acordo com as respostas dadas, pode-se realizar questionamentos pertinentes que não constam no roteiro para obter dados que não foram previstos inicialmente na elaboração das perguntas do roteiro.

Ainda, quanto à metodologia para a geração dos dados, teve-se como base o procedimento metodológico adotado por Seiffert (2009) de construir uma rede de contatos e relações. Dessa forma, formando-se uma rede de relações dos falantes das línguas chinesas em Foz do Iguaçu, foi possível verificar diversas marcas dessas línguas na cidade, como ambientes de encontro entre falantes e as principais situações em que as línguas chinesas são utilizadas. Essa rede é essencial à formulação das políticas linguísticas que visem auxiliar a integração dessa comunidade linguística e diminuir as barreiras em razão da língua. A fim de estruturar essa rede, cada falante de língua chinesa que foi entrevistado indicou mais duas pessoas para também participarem da entrevista. Essa rede de contatos da pesquisadora iniciou com pessoas próximas. Como os pais da pesquisadora são imigrantes chineses, buscaram-se, primeiramente, pessoas da vizinhança e arredores. Após, foram entrevistadas quatro pessoas que não foram indicadas, e com as quais a pesquisadora não possuía prévio contato. Esses sujeitos foram abordados em dois locais que servem de ponto de encontro da comunidade linguística de línguas chinesas. Essa rede também é composta por dois sujeitos que não foram indicados por nenhum dos entrevistados, mas que foram recomendados pela professora orientadora, em sua rede de contatos.

Desta maneira, esperava-se percorrer vários bairros (até mesmo aqueles que não são apontados como tipicamente possuidores de falantes de línguas chinesas), diferentes classes sociais e faixas etárias de sujeitos. A rede formada propiciará pensar ações de integração dessa comunidade linguística com a comunidade linguística da língua oficial local, por meio de ações que objetivem proporcionar maior acesso a informações a essa comunidade linguística específica.

Apesar de seguir a metodologia explicitada, a escolha dos entrevistados não foi feita de forma aleatória, pois dentre as pessoas indicadas, foram selecionadas algumas, de acordo com o domínio ocupado, faixa etária, local de nascimento, etc., a fim de contemplar uma maior diversidade de informações. Domínio, neste contexto, é entendido como um espaço social, como o lar ou a família, escola, vizinhança, igreja, local de trabalho, ou governo. Para



Spolsky (2016) cada um desses domínios tem suas próprias políticas, e é distinguido por três características: participantes, localização e tópico. Os participantes são caracterizados por seus papéis e relações sociais; localização se refere à posição/função do participante no contexto do domínio; e tópico relaciona-se com a interação linguística entre os participantes. Aplicando essa teoria para a presente pesquisa, buscou-se realizar entrevistas em vários domínios, com distintos participantes, ou seja, foram entrevistados professores, donas de casa, comerciantes, estudantes, aposentados, guia de turismo, entre outros.

Tendo em vista a delimitação de tempo a qual uma dissertação de mestrado está atrelada e considerando os recursos disponíveis, não havia a viabilidade e nem a pretensão de entrevistar a totalidade de falantes de línguas chinesas em Foz do Iguaçu. Por isso, foram analisadas 20 entrevistas, com a escolha dos sujeitos seguindo os critérios acima indicados.

O número de entrevistas também se justifica em virtude da resistência por parte dos falantes das línguas chinesas de participarem da pesquisa. Registrou-se 11 pessoas que se recusaram a conceder a entrevista, mesmo após ter sido esclarecido a finalidade e do que se trata a pesquisa. Percebeu-se muita desconfiança por parte das pessoas, sobre esse aspecto, releva citar dois excertos das entrevistas, em que explicam as possíveis causas para as recusas na participação da pesquisa:

**Ewu:** As pessoas realmente elas não conseguem ter essa confiança, essa mesma entrevista se você for fazer em Taiwan ou na China, a pessoa ia aceitar na maior vontade. Uma pessoa estudante querendo fazer entrevista, ninguém iria ter uma ressalva nisso, mas por causa que você é imigrante, você é muito visada de certa forma, de um país que é tão violento, a pessoa não consegue ter tanta confiança, de tomar aqui como a sua terra natal, então a pessoa sempre tem ressalvas e não gosta de ter suas informações compartilhadas. (...) Por exemplo, você sabe que tem que contratar profissional pra ajudar você, a por exemplo, comprar uma casa, meu pai me falou, a gente compra uma casa com uma imobiliária grande aqui de Foz e aí tem pessoas que passam problemas porque a imobiliária é falida, ou não é justa ou não é honesta. Tá, então vamos comprar casa com o pessoal da comunidade, que fala em chinês e que também é da comunidade, e aí essa pessoa também passa a perna no pessoal da comunidade, daí foge com o dinheiro, não dá a casa para a pessoa, então você não consegue nem confiar na pessoa da sua comunidade não consegue confiar em brasileiros, então são casos e casos que acontecem dentro da comunidade que vão fazendo com que a gente acaba tendo muita desconfiança, é por causa dessas coisas que vai acrescentando, e como é uma comunidade de um número de pessoas menor, então tudo que acontece de certa forma é ampliada, amplificada (Ewu, entrevista realizada em 23/07/2017).

**Kuen:** Não importa o tempo em que vamos viver aqui, sempre seremos imigrantes, e isso dá um pouco de medo, receio (Kuen, entrevista realizada em 26/07/2017).

Insta salientar que, neste trabalho, as entrevistas realizadas na língua portuguesa foram transcritas conforme a pronúncia, a concordância verbal e nominal, e a estrutura das frases construídas pelos sujeitos da pesquisa, respeitando a variedade<sup>22</sup> linguística dos entrevistados.

Com relação às perguntas das entrevistas, para identificar o repertório linguístico foi questionado a cada sujeito que línguas ele fala, lê, escreve e compreende (compreensão oral), e quais as línguas utilizadas em seu cotidiano. Também houve questionamentos para saber se buscam alguma forma de integração com a comunidade de Foz do Iguaçu.

Em suma, com as entrevistas, pôde-se obter a informação de quais línguas são faladas pelos entrevistados, constatando a existência da pluralidade de línguas chinesas faladas em Foz do Iguaçu. Ainda, foi possível depreender como é realizada a gestão dessas línguas pelos sujeitos da pesquisa, a fim de analisar como é realizada a integração dessa comunidade linguística com a comunidade linguística da língua oficial local. Na seção seguinte é traçado o perfil dos sujeitos da pesquisa.

### **3.3 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Nesta seção serão apresentadas informações que foram obtidas por meio das entrevistas e permitem compreender o perfil dos sujeitos da pesquisa. Com relação ao conhecimento linguístico declarado pelos sujeitos durante a entrevista, este assunto será exposto na seção da análise dos dados, por ser um dos objetivos da pesquisa conhecer o repertório linguístico dos sujeitos da pesquisa.

Dentre os 20 (vinte) entrevistados, 8 (oito) são homens e 12 (doze) são mulheres. Com relação à faixa etária, varia de 17 (dezessete) a 84 (oitenta e quatro) anos, dos 20 (vinte) sujeitos, 9 (nove) possuem de 17 (dezessete) a 50 (cinquenta) anos e 11 (onze) sujeitos contam com 51 (cinquenta e um) a 84 (oitenta e quatro) anos.

Conforme mencionado na introdução, inicialmente a maioria dos entrevistados são imigrantes chineses, apenas 3 (três) sujeitos da pesquisa são filhos de imigrantes chineses e nascidos no Brasil. Assim, no que tange ao local de nascimento, os sujeitos da pesquisa

---

<sup>22</sup>Segundo Calvet (2002, p. 170) variedade é “sistema de expressão linguística que pode ser identificado pelo cruzamento de variáveis linguísticas (fonéticas, morfológicas, sintáticas etc.) e de variáveis sociais (idade, sexo, região de origem, grau de escolarização etc.)”.

declararam sete cidades diferentes, 3 (três) sujeitos nasceram em Foz do Iguaçu, 3 (três) em Hong Kong, 1 (um) em Taichung, 1 (um) em Nanxi , 5 (cinco) em Taipei, 6 (seis) em Cantão, 1 Um) em Pequim.

A opção por nomear os entrevistados visa facilitar a visualização dos dados e auxiliar na construção de uma visão mais próxima de quem são os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, Garcez (2002, p. 92) afirma que “a indicação dessa prática está pautada por um princípio de privilegiar, acima de tudo, a perspectiva êmica, interna, dos participantes na interpretação dos dados”. Para o autor, a identificação dos participantes por nome minimiza a imposição de categorias identitárias a eles. Ainda, releva destacar que em consonância com os procedimentos éticos em pesquisa, a identificação dos sujeitos entrevistados foi preservada e mantida em sigilo, razão pela qual, justifica-se a utilização de nomes fictícios no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Nomes fictícios e características dos sujeitos da pesquisa.

Sujeitos da Pesquisa	Sexo	Idade	Local de Nascimento	Local de Residência	Quando chegou a Foz	Quando chegou ao Brasil	Profissão/Atividade exercida
<b>Ayi</b>	Masc.	33	<i>Guangzhou</i>	Foz/Centro	Mai/2017	Mai/2017	Comerciante
<b>Bion</b>	Masc.	70	Taiwan	Foz/Centro	2004	1974	Acupunturista
<b>Chan</b>	Fem.	17	Foz do Iguaçu	<i>Ciudad del Este</i> <sup>23</sup>	-	-	Estudante
<b>Dang</b>	Masc.	57	Taipei	Foz/Centro	1985	1985	Aposentado
<b>Ewu</b>	Fem.	35	Taipei	Foz/Centro	1992	1987	Voluntária no Templo Budista
<b>Fábio</b>	Masc.	28	São Paulo	Foz/Centro	1989	-	Estudante
<b>Grun</b>	Fem.	36	Taipei	Foz/Vila Maracanã	1985	1985	Voluntária no Templo Budista
<b>Hsu</b>	Fem.	63	Hong Kong	Foz/Centro	1986	1959	Do lar
<b>Iliu</b>	Masc.	64	<i>Guangzhou</i>	Foz/Centro	1986	1980	Aposentado
<b>Jade</b>	Fem.	29	Santos	Foz/Centro	1992	-	Arquiteta
<b>Kuen</b>	Fem.	47	Pequim	Foz/Centro	2009	1997	Professora
<b>Lee</b>	Fem.	47	<i>Guangzhou</i>	Foz/Centro	2013	1994	Guia de turismo
<b>Mei</b>	Fem.	21	<i>Nanxi</i>	Foz/Vila Yolanda	1998	1998	Estudante
<b>Ning</b>	Masc.	59	Hong Kong	Foz/Jardim América	1990	1979	Feirante
<b>Oyuen</b>	Fem.	76	Taichung	Foz/Vila Maracanã	2002	2002	Professora
<b>Ping</b>	Fem.	57	<i>Guangzhou</i>	Foz/Jd. Polo Centro	1994	1965	Atendente em <i>Ciudad del Este</i>
<b>Quang</b>	Fem.	63	Taipei	Foz/Jd. das Nações	1985	1985	Do lar
<b>Rong</b>	Masc.	84	<i>Guangzhou</i>	Foz/Centro	1986	1954	Aposentado
<b>Shun</b>	Fem.	81	<i>Guangzhou</i>	Foz/Centro	1986	1954	Aposentado
<b>Tian</b>	Masc.	67	Hong Kong	Foz/Centro	1984	1958	Aposentado

**Fonte:** Entrevistas.

<sup>23</sup> Somente uma entrevistada não reside na cidade de Foz do Iguaçu.

## **4 OBSERVAÇÃO DA PRESENÇA DAS LÍNGUAS CHINESAS EM FOZ DO IGUAÇU**

Este capítulo trata da apresentação, análise e discussão dos dados da pesquisa. Serão detalhadas as observações em campo realizadas no ambiente sociolinguístico da pesquisa a fim de analisar a presença das línguas chinesas no município de Foz do Iguaçu.

A observação se deu principalmente na região central da cidade, bem como em locais de aglomeração e convívio de falantes de línguas chinesas. Todas as fotografias desta seção foram tiradas pela pesquisadora nesse período e demonstram a presença visual da escrita das línguas chinesas nos espaços visuais públicos. Foram fotografados diversos sinais, dentre os quais as fachadas de estabelecimentos comerciais, vitrines, placas e letreiros.

Neste capítulo também será tratado sobre o repertório linguístico, integração, residência e direitos dos sujeitos no contexto de fronteira. E a última seção consiste na apresentação de encaminhamentos de políticas linguísticas.

### **4.1 PRESENÇA VISUAL DA ESCRITA CHINESA**

Ao percorrer Foz do Iguaçu e observar atentamente a paisagem linguística da cidade foi possível verificar e registrar com captação fotográfica a presença das línguas chinesas na forma escrita em placas informativas no comércio na região central da cidade e a presença da escrita chinesa no templo budista.

De acordo com Berger e Elsenbach (2017, p. 437/438) toda paisagem é uma “composição em que um conjunto de formas ou coisas coexistem, justapõem-se em determinado enquadramento e se associam de maneira única, em um jogo de posições”. Ainda, segundo as autoras, especificamente no que se refere à paisagem linguística, a composição é formada por línguas dispostas de modo singular em determinada localidade. E em ambientes multi e plurilíngues, a presença ou a ausência de determinadas línguas nos espaços públicos de visibilidade decorrem de práticas de gestão de línguas. Ainda, a presença das línguas pode ser entendida com uma forma de resistência, em especial, nos casos em que há ausência de políticas linguísticas claras e explícitas, como é o caso do ambiente de pesquisa.

Ainda, impende destacar que, de acordo com Gorter (2006), o significado da paisagem linguística é estendido para incluir uma descrição da história das línguas, e diferentes conhecimentos acerca das línguas e dos falantes. Desse modo, com a observação e verificação da existência de línguas chinesas no espaço visual público da cidade, auxiliará na compreensão da presença da comunidade linguística de línguas chinesas em Foz do Iguaçu.

Assim, considerando que a análise da presença de línguas no espaço urbano público proporciona uma compreensão acerca das políticas linguísticas adotadas e sinalizam a exposição e existência de comunidades linguísticas em determinado espaço social, procedeu-se o registro de imagens da escrita chinesa nos espaços visuais públicos de Foz do Iguaçu.

As fotografias selecionadas para esta pesquisa tiveram o escopo de demonstrar a presença visual da escrita das línguas chinesas nos espaços públicos, com fotografias de fachadas dos estabelecimentos comerciais, placas, vitrines e letreiros. Além da apresentação visual, investigou-se a presença das línguas nas instituições de ensino onde o mandarim é lecionado, e na circulação da escrita chinesa por meio da imprensa, com a publicação de jornal. Insta esclarecer que os ideogramas da escrita chinesa atualmente possuem duas formas, a escrita tradicional e a simplificada. Em Hong Kong, Macau e Taiwan utiliza-se a escrita tradicional e na China Continental, a escrita simplificada, conforme mencionada na seção 1.4 onde se tratou da pluralidade de línguas na China. Verificou-se nas imagens registradas em Foz do Iguaçu a preponderância da escrita tradicional, que pode ser explicada pela significativa presença de taiwaneses residentes na região.

#### **4.1.1 Estabelecimentos Comerciais**

Notou-se que a língua chinesa na sua forma escrita é encontrada principalmente em estabelecimentos comerciais, com uma função informativa e também representativa, em virtude de efeitos da globalização e significados locais, como forma de estratégia de mercado e para atrair o público alvo.

A foto a seguir é de uma casa de chá (tradução da escrita em inglês na placa) localizada no centro da cidade que vende variedades de produtos feitos com chá e sagu, muito popular em Taiwan, os ideogramas são da escrita tradicional.

**Figura 1:** Placa da loja *Bubble Fresh*



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

A próxima figura é da fachada de um supermercado que pertence a uma rede importante na região. O estabelecimento se localiza no centro da cidade, onde se observa, além da língua portuguesa, a escrita em inglês, alemão, espanhol, chinês e árabe. Independente de qual tenha sido a intenção do estabelecimento, a fachada com essa diversidade de línguas atrai consumidores por simbolizar um local acolhedor e receptivo de várias nacionalidades. Além disso, releva destacar, em especial, a escolha das línguas chinesa e árabe, as quais são as línguas das nacionalidades mais representativas na cidade, segundo os dados da PMFI, [201-?].

**Figura 2:** Fachada de um supermercado.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

As três fotografias a seguir são de uma loja, de pedras preciosas, localizada ao lado do Restaurante China, no bairro da Vila Yolanda. A primeira foto à esquerda é a fachada lateral da loja. Destaca-se que os nomes das pedras preciosas estão apresentados unicamente na escrita chinesa logo abaixo do desenho das pedras, demonstrando-se, assim, de maneira clara e explícita o público alvo consumidor que se pretende atingir.

**Figuras 3, 4 e 5:** Loja de pedras preciosas.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

A segunda foto acima, do meio, é a entrada, observa-se que o letreiro da fachada frontal do estabelecimento é o único local onde há a escrita na língua portuguesa. A terceira foto, à direita, são as letras em destaque embaixo da placa escrita **Diamante Azul**, tanto um lado, como o outro estão escritos os mesmos dizeres em inglês *Precious Stones* em cima e a tradução em chinês embaixo que significa pedras preciosas.

A imagem seguinte é de um açougue localizado no centro da cidade, e merece destaque em razão da política linguística adotada. Por meio de conversas informais com os responsáveis pelo estabelecimento comercial, extraiu-se que além de optarem pelo uso da escrita nas línguas chinesa e portuguesa, também adotaram a enumeração com algarismos arábicos como forma de facilitar a comunicação de eventualmente um chinês que não saiba falar em português ser atendido por um funcionário que só sabe falar em português, tal estratégia facilita a comunicação e é uma maneira de aumentar os lucros, atraindo para o comércio os consumidores que não sabem nem falar nem ler em português. Ainda, destaca-se que muitos dos produtos vendidos não são encontrados nos supermercados ou nos demais açougues da cidade, por serem partes que não são costumeiramente consumidas por brasileiros em geral, como bexiga e testículo bovino.

**Figura 6:** Placa fixada na parede de um açougue.

1 猪肚 - estômago de porco	18 猪肺 - Pulmão
2 猪肠 - tripa de porco	19 蹄旁 - Joelho
3 猪膀胱 - bexiga	20 绞肉 - Carne moída
4 猪脑 - miolo	21 猪肝 - Gostosa
5 牛鞭 - 60 talha (pae)	22 猪排骨肉 - Costela de porco
6 猪肝 - fígado	23 五花肉 - Barriga
7 猪心 - coração	24 猪脊骨肉 - Passarinha
8 猪肾 - rim	25 雞脚 - Pe de frango
9 猪舌 - língua	26 裡肌肉帶骨 - Lombo com osso
10 猪腰 - tripa da vida	27 裡肌肉 - Lombo
11 牛筋 - garrão	28 小裡肌肉 - Filet mignon
12 猪肚 - Pe	29 骨喉 - osso
13 猪尾 - rabo	30 牛腱 - Salsi
14 猪耳 - orelha	
15 猪頸肉 - copa	
16 猪丸 - testículo	
17 猪肉 - carneiro	

**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

A fotografia a seguir é a vitrine de uma loja de vestuário feminino localizada no centro da cidade. Os ideogramas da escrita tradicional chinesa, em destaque, na imagem à direita (特売) pronunciam-se /tè mái/, segundo o alfabeto fonético *pin yin*, e significa **promoções** na língua portuguesa.



**Figuras 7 e 8:** Vitrine de uma loja.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Da mesma forma que a fachada do supermercado da foto anterior, além do caráter informativo, anúncios em várias línguas têm o intuito de chamar a atenção do consumidor, uma forma de atração de clientela. Independentemente da nacionalidade dos administradores desses estabelecimentos comerciais, sejam eles chineses, brasileiros, etc., eles são gestores da língua. E pode-se afirmar que esses gestores reconhecem não apenas a existência da língua chinesa, mas a circulação, o poder e o alcance da escrita chinesa, razão pela qual decidiram inseri-la em suas vitrines e fachadas, locais de visualização pública, tornando-se parte da paisagem linguística de Foz do Iguaçu.

Os proprietários de estabelecimentos comerciais que imprimem suas escolhas linguísticas na paisagem linguística da cidade são gestores de línguas (BERGER; ELSENBACH, 2017). E essas escolhas decorrem de uma variedade de fatores, como os valores atribuídos às línguas, atitudes linguísticas, pertencimento a uma determinada identidade linguística, dentre outros. Desse modo, o fortalecimento das condições de visibilidade de determinada língua em relação a outras, pode ser reflexo das formas como são dispostas nos espaços de visibilidade, pelos seus gestores.

Por fim, a fotografia a seguir foi tirada da fachada de uma academia situada no centro da cidade. Os ideogramas são da escrita japonesa, mas são os mesmo da escrita chinesa tradicional (柔道), em mandarim, pronuncia-se / *Róudào*/, segundo o alfabeto fonético *pin yin*, e possui o significado de “judô” e transmite uma imagem de autenticidade do que está sendo divulgado.

**Figuras 9 e 10:** Placa fixada no muro de uma academia.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Verifica-se que na cidade de Foz do Iguaçu é possível observar a presença da escrita chinesa nas fachadas dos estabelecimentos comerciais, em especial, no centro, onde provavelmente reside a maioria dos chineses. Além da escrita chinesa, há também a presença da escrita japonesa que se assemelha muito à escrita chinesa e em alguns casos são os mesmos ideogramas como a última fotografia colacionada. A fotografia à direita são os ideogramas ampliados para melhor visualização. A seguir foram selecionados três restaurantes especializados em culinária oriental e que são reconhecidos pela comunidade linguística chinesa como pontos de encontros e reuniões.

#### 4.1.2 Restaurantes chineses

Os restaurantes de culinária chinesa são procurados pelos chineses e descendentes de chineses não apenas por causa da comida que é servida, mas também por serem pontos de encontros dessa comunidade linguística. De acordo com os sujeitos da pesquisa, os dois principais estabelecimentos que são usados como espaços de reunião são o Restaurante China e o Hokila.

O Restaurante China está localizado no bairro Vila Yolanda, na avenida que dá acesso ao aeroporto e às Cataratas do Iguaçu.

**Figuras 11 e 12:** À esquerda, entrada do Restaurante China, à direita ampliação da escrita chinesa.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Além do Restaurante China, há também o restaurante Hokila (fotos a seguir) que está localizado no centro, em uma das principais avenidas da cidade.

**Figuras 13, 14 e 15:** Fotos da fachada do Restaurante Hokila.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Na terceira imagem superior, na extrema direita, verifica-se a ausência da língua portuguesa. Há apenas a língua inglesa e chinesa. O fato de não haver tradução demonstra o público específico que se pretende alcançar com o anúncio. Ainda, apesar de conter imagens, estas por si só não especificam claramente do que se tratam os produtos, principalmente para aqueles que desconhecem ou que não estão familiarizadas com produtos alimentícios chineses.

**Figuras 16, 17 e 18:** Entrada do restaurante Cheiro Verde.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

As três fotografias acima são do restaurante Cheiro verde, dos três restaurantes mencionados, este é o único vegetariano, o que atrai muitos chineses budistas que, tradicionalmente, são vegetarianos. A foto à esquerda é a entrada, a do meio e à direita são os ideogramas chineses ampliados da fachada, e dos papéis fixados no vidro da porta. A figura 17 com os sinais 心悅 é a ampliação da escrita que consta na fachada superior ao lado do nome do restaurante escrito na língua portuguesa, e possui o significado de **prazer** e pronuncia-se /xīn yuè/ de acordo com o sistema de romanização chamado *pinyin*. Na cidade de Foz do Iguaçu há outros restaurantes de culinária oriental, porém, estes três são conhecidos pela comida tipicamente chinesa, e os donos dos três estabelecimentos são chineses.

### 4.1.3 Instituições religiosas e espaços de culto

No roteiro da entrevista não há a formulação de pergunta acerca da religião dos sujeitos da pesquisa, todavia, no decorrer das conversas os próprios sujeitos indicaram essas duas igrejas como sendo um espaço agregador da comunidade linguística. Dessa maneira, averiguou-se a existência de duas igrejas evangélicas, pouco conhecidas, por terem a fachada discreta e seletivo público. Destaca-se que a língua falada durante os cultos é apenas o mandarim. Por causa desse aspecto, quase a totalidade dos frequentadores são de Taiwan, pois, vale lembrar que o mandarim além de ser a língua oficial, também é a língua mais falada em Taiwan (REIS, 2015). O fato de terem instituições religiosas como pontos de agregação, pode explicar a razão de muitos sujeitos da pesquisa terem afirmado que os taiwaneses aqui em Foz do Iguaçu são mais unidos, em comparação aos cantoneses, por exemplo. Tendo em vista essas afirmações durante as entrevistas, foi perguntado sobre a questão de integração entre os próprios chineses, se há união entre eles, no sentido de serem solidários um com outro e se reunirem com frequência. Acerca dessa questão, insta transcrever dois excertos das entrevistas:

**Pesquisadora:** Você acha que a comunidade (de chineses) aqui de Foz é unida?

**Tian:** Não é unida, se sair um eles procuram outro.

**Pesquisadora:** Então você acha que os taiwaneses aqui em Foz são mais unidos que os (interrompida por Tian).

**Tian:** Mais unidos que os de Hong Kong, que os cantoneses. Cantonês tem pouco (Tian, entrevista realizada em 02/08/2017).

**Pesquisadora:** Você acha que os chineses aqui em Foz são unidos?

**Rong:** Não, só conheço só mais os parentes e da época de São Paulo. Não sei se você reparou, aqui os cantoneses, principalmente em Foz do Iguaçu não tem união, não sei se você reparou, os taiwaneses, tem até associação, enquanto que os cantoneses não tem. Um quer furar os olhos do outro (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

Tanto o entrevistado Tian, como Rong são cantoneses, ou seja, falam em cantonês. Tian nasceu em Hong Kong<sup>24</sup> e Rong em Guangzhou<sup>25</sup>, e ambos expressaram a sensação de desunião entre os cantoneses. Segundo Tian, uma das justificativas da união entre os taiwaneses é o fato de ter mais taiwaneses do que cantoneses em Foz do Iguaçu. Já Rong, criticou o comportamento egocêntrico e competitivo dos cantoneses.

<sup>24</sup> Hong Kong é uma ilha e é uma das cidades administrativas especiais da República Popular da China.

<sup>25</sup> Guangzhou é uma cidade localizada na parte continental da República Popular da China, capital e maior cidade da província de Cantão.

**Figuras 19, 20 e 21:** Entrada de uma igreja.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

A foto do lado esquerdo é a entrada da igreja, e foi fotografada nesse ângulo com o intuito de demonstrar que o aspecto externo da construção não aparenta ou não demonstra indícios de que o local é utilizado como sede de uma instituição religiosa. Da fotografia à esquerda pode-se observar que é a entrada de um edifício residencial.

A foto da direita é a porta de vidro com a escrita na língua chinesa, lê-se de cima para baixo: 基督徒生命教會, traduzindo em português significa **Igreja de Vida Cristã**. Merece destaque o fato de não haver tradução na porta da igreja, o que indica uma forma de excluir aqueles que não sabem ler a escrita chinesa e indica que é um local para os chineses, o que demonstra uma forma de territorialização, de demarcar espaço e estabelecer fronteiras invisíveis nas relações sociais, limites que não são físicos nem geográficos, são fronteiras de cunho linguístico (DAY, 2013). Sobre esse aspecto, releva citar Berger (2015):

Territórios linguísticos são também demarcados no campo das relações, independente de fronteiras geográficas, pois a língua é um fenômeno social no qual/pelo qual se manifestam as relações de poder, as tensões sociais, as identidades individuais e coletivas, questões que transcendem fronteiras meramente geográficas (BERGER, 2015, p. 183).

Ainda, no canto direito superior da foto à direita, é possível observar que neste mesmo local é realizado atendimento de acupuntura, nota-se que a placa está totalmente escrita na língua portuguesa, em contraposição aos ideogramas do lado. Dentro outros fatores, muito provavelmente, tal escolha objetivou alcançar um público maior, visto que foi escrito na língua oficial do país.

A igreja está localizada no centro da cidade, próximo ao Terminal de Transporte Urbano, o pastor é taiwanês e participou da pesquisa. O culto é realizado na língua mandarim e de acordo com a informação fornecida por Tian, apenas ele é cantonês, e não fala mandarim, todos os demais frequentadores são de Taiwan, conforme a transcrição a seguir:

**Pesquisadora:** E você sabe se tem alguma associação chinesa aqui em Foz? De taiwanês?

**Tian:** Não que eu saiba não. Ah tem sim.

**Pesquisadora:** Qual?

**Tian:** A igreja do Dr. Bion<sup>26</sup>.

**Pesquisadora:** E nessa igreja vai mais gente de Hong Kong também ou (interrompida pelo Tian)

**Tian:** Taiwanês. Só taiwanês. De Hong Kong só eu (Tian, entrevista realizada em 02/08/2017).

A foto a seguir é uma igreja chinesa evangélica localizada no bairro Polo Centro. Assim como a igreja anterior, ela também possui a parte externa descaracterizada, ou fora dos padrões de fachada de igrejas tradicionais. Tal característica pressupõe-se que a intenção de não chamar a atenção do público, ter pouca visibilidade, para que apenas uma parcela seleta de membros possa participar.

**Figuras 22 e 23:** À esquerda é parte externa da igreja e à direita é a imagem ampliada para visualizar o nome da igreja.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

A fotografia superior à direita foi aproximada e ampliada para visualizar o nome da igreja, onde é possível ver na vertical a escrita na língua chinesa e na horizontal, a tradução na língua portuguesa. De origem taiwanesa, a esposa do pastor (já falecido) que fundou essa igreja foi umas das entrevistadas. Destaca-se do relato dela que um dos motivos da vinda para Foz do Iguaçu foi o trabalho missionário, o que difere da maioria dos imigrantes chineses que vieram para a região em busca de trabalho, principalmente, no comércio de *Ciudad del Este*.

<sup>26</sup> Não foi transcrito o nome para manter o sigilo da identidade do entrevistado.



A foto a seguir é da entrada do Templo Budista de Foz do Iguaçu, localizado no bairro Jardim Califórnia. A escrita chinesa se lê da direita para a esquerda: “寺天承西巴”, assim, os dois primeiros ideogramas (西巴) significam “Brasil”, o último ideograma (寺) tem o significado de “templo”, e os ideogramas do meio (天承) são o nome do templo. A tradução para a língua portuguesa dos cinco ideogramas, segundo o Google tradutor é: Brasil Cheng Tiansi. Cheng Tiansi não possui tradução em português porque se refere ao nome do templo.

**Figura 24:** Entrada do Templo Budista de Foz do Iguaçu.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Após a cerimônia religiosa é servido um almoço vegetariano, com a comida à base de soja, apenas para os que estavam presentes na cerimônia e para os voluntários e auxiliares do Templo. Assim, além de ser um ponto turístico para visitantes brasileiros e de outras partes do mundo, é um importante espaço de reunião da comunidade linguística de falantes da língua chinesa que praticam o budismo, ou que simpatizam e se interessam pelo budismo.

**Figuras 25 e 26:** Muro perto da entrada do Templo Budista.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Observa-se que no mesmo muro há a presença da escrita chinesa, portuguesa e espanhola, o que demonstra a diversidade de línguas no Templo Budista de Foz do Iguaçu.

#### 4.1.4 Jornal com escrita chinesa

Ao investigar as escolas/cursos que ofereciam aula de mandarim, conforme será tratado adiante, a pesquisadora conseguiu entrar em contato com uma professora, que além de lecionar, também é representante do Jornal Chinês em Foz e Paraguai e Supervisora do Site do Jornal Chinês em Foz e Paraguai conforme o cartão de visita abaixo (fotografia à esquerda).

**Figuras 27 e 28:** À esquerda, cartão de visita, à direita exemplar de um jornal de julho/2017.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

**Figuras 29 e 30:** Exemplar de um jornal de julho/2017.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

**Figura 31:** Restaurante Hokila, local de armazenamento dos jornais.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Um dos locais onde o jornal é distribuído gratuitamente em Foz do Iguaçu é o restaurante Hokila. Na fotografia anterior é possível observar onde é armazenado, logo na entrada do estabelecimento.



A circulação de um veículo de comunicação totalmente com a escrita chinesa no formato de jornal e, sem custo, pode ser vista como uma forma de integração entre os chineses residentes na região. Nesse sentido é a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que no artigo 4º dispõe que a integração é entendida como uma socialização adicional das pessoas de forma a poderem conservar as suas características culturais de origem, ao mesmo tempo que compartilham com a sociedade que as acolhe as referências, os valores e os comportamentos que permitirão um funcionamento social global, sem maiores dificuldades que as experimentadas pelos membros da sociedade de acolhimento (OLIVEIRA, 2003b).

Desse modo, a distribuição do jornal é uma maneira da comunidade chinesa de Foz do Iguaçu conservar as suas características culturais de origem, como a manutenção e a prática da leitura da escrita chinesa. A próxima análise se pautará na apresentação das escolas que oferecem aula de mandarim em Foz do Iguaçu.

#### **4.1.5 Instituições de ensino que ofertam ensino de mandarim em Foz do Iguaçu**

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos prevê o direito ao ensino da própria língua para desenvolver e manter a própria cultura. Além do ensino da língua dentro de casa, no ambiente familiar, também se mostra válido o ensino em instituição de ensino, haja vista que conforme dados obtidos com as entrevistas, por diversas razões, algumas famílias de imigrantes chineses optam por falar, dentro de casa, a língua oficial do país de acolhimento. Ainda, há o fato de que com o atual estilo de vida, muitos pais trabalham e acabam não tendo tempo de ensinar a própria língua aos filhos, principalmente na forma escrita. Assim, verificou-se a importância de realizar um levantamento para conhecer as instituições de ensino que oferecem aulas de línguas chinesas na cidade de Foz do Iguaçu.

Após entrar em contato com instituições privadas de ensino que costumam receber alunos falantes de línguas chinesas (Anglo Americano, Monjolo, Dinâmica, Caesp, São José e Bertoni), foi informado que não há o ensino de línguas chinesas na grade curricular e nem extracurricular. Foi verificado que em Foz do Iguaçu há duas instituições de ensino privadas que oferecem turmas regulares de ensino do mandarim, a Wizard e o Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), ambas em suas unidades no centro da cidade.

Na escola de idiomas Wizard, as aulas começaram a ser ofertadas por volta de 2009, segundo informações obtidas junto à secretaria. Já na UDC, desde 2014 há aulas de

mandarim, em virtude do convênio da UDC com o Centro Cultural Confúcio da Ásia em São Paulo, que disponibiliza a professora e, em contrapartida, a universidade cede o local.

Segundo informação fornecida pela professora de mandarim, na escola de idiomas Wizard, o curso é direcionado para maiores de 15 anos. Não há turmas para crianças devido à metodologia adotada pelo curso, e o material didático é para adultos. Quanto ao perfil dos alunos, a maioria dos alunos é de origem brasileira, mas há também árabes que trabalham no Paraguai e possuem relações comerciais com a China. Há também alunos que trabalham como guia de turismo, e os que são casados com chinês ou com chinesa. Atualmente, dentre os alunos matriculados não há filhos de chineses. Com relação à procura pelas aulas de mandarim, segundo a professora do curso, há uma grande procura, pois o método da Wizard é rápido, são aulas práticas, na primeira aula já se ensina a falar.

No tocante às aulas ministradas na UDC, atualmente há 30 alunos e quatro turmas. O perfil desses alunos é bem diversificado, têm brasileiros que trabalham com turismo na cidade, tem um aluno que é descendente de chinês, tem duas alunas chinesas que não falam em mandarim, apenas em cantonês, tem um aluno que reside em *Puerto Iguazu* na Argentina. De acordo com a professora, mais de 100 pessoas já estudaram no curso desde 2014. A faixa etária em média dos alunos é de 40 a 50 anos, mas crianças a partir dos nove anos podem começar as aulas de mandarim.

Tanto na Wizard como na UDC, leciona-se a escrita chinesa simplificada e o mandarim é ensinado pelo sistema de romanização chamado *pinyin*, que é a utilização do alfabeto latino para escrever a fonética do mandarim. Todavia, há uma professora de Taiwan que leciona aulas particulares na sua residência em Foz do Iguaçu e ensina a escrita chinesa tradicional e o mandarim pelo sistema *zhùyīn*, conhecido também como *Bopomofo*, o qual utiliza caracteres próprios e não utiliza o alfabeto latino para escrever os fonemas do mandarim. Conforme explicitado na seção 1.3 a escrita tradicional é ensinada e utilizada em Taiwan, Hong Kong, Macau e a escrita simplificada na China Continental.

É fato que a dimensão universal alcançada pela China, motivada por razões de foro econômico e comercial, despertou o interesse do mundo para a aprendizagem do mandarim. Além de ser visto como uma língua para uso comercial, o mandarim também pode ser visto como capital simbólico<sup>27</sup> no sentido de Bourdieu (2008), ou seja, a língua é vista como um

---

<sup>27</sup> O termo capital simbólico designa as diferenças de poder que há na sociedade. E os detentores do poder podem persuadir os demais, por terem mais conhecimento, prestígio e reconhecimento. O capital simbólico atribui autoridade aos que possuem o poder.

capital das autoridades que possuem o poder de persuadir e influenciar. Assim, sob a orientação do projeto chinês de expansão internacional, a língua chinesa é assumida pela comunidade internacional como uma língua em ascensão, e seu aprendizado remete à ideia de oportunidade de crescimento econômico e aumento de lucros.

Dessa maneira, depreendem-se com as informações obtidas, que devido aos efeitos da globalização, muitos dos alunos que procuram aprender mandarim são pessoas que trabalham no setor de turismo na região de tríplice fronteira, ou que possui relações comerciais, negócios com chineses. Há também uma significativa parcela que busca intercâmbio cultural, que possui interesse pela língua e pela cultura chinesa em razão de matrimônio, amizades ou simplesmente curiosidade.

Assim, independente dos mais variados objetivos, a busca pelo aprendizado do mandarim demonstra uma forma de integração com os chineses. Observou-se que não são somente os filhos de chineses que estudam mandarim, mas outros membros da comunidade, e mesmo que seja para fins comerciais, o aprendizado da língua mandarim não apenas facilita a comunicação para as relações negociais como também gera integração com os chineses. Ainda, verifica-se que essa demanda é suprida pelas mencionadas escolas que oferecem aulas regulares de mandarim haja vista o número de turmas e de alunos.

#### **4.1.6 Feirinha da JK**

A Feira Livre das Nações, mais conhecida como Feirinha da JK, é realizada todos os domingos pela manhã, no centro, em uma das principais avenidas da cidade, mais precisamente, na terceira pista da Avenida Juscelino Kubitschek, por isso, a feira é conhecida como a Feirinha da JK. É um local de grande circulação de chineses e descendentes, tornou-se um ponto de encontro de pessoas de todas as idades, em suma, uma opção de passeio em família. A Feirinha da JK foi um dos espaços sociais em que ocorreram as entrevistas em virtude dos feirantes imigrantes chineses fazerem parte da rede de contatos da pesquisadora, bem como ser um espaço propício de observação de comportamentos linguísticos face a diversidade de frequentadores do local.

**Figuras 32, 33 e 34:** Barraca de feirante nascido em Hong Kong.



Fonte: Arquivo de visita ao campo (2017).

As fotografias superiores são banners fixados por um feirante imigrante chinês que veio de Hong Kong, e que vende uma variedade de produtos alimentícios, como rolinho primavera, chás, bolos. Observa-se que nas placas o uso das línguas portuguesa, chinesa e inglesa.

As fotografias a seguir são de feirantes de Taiwan. Destaca-se que a primeira placa escrita Tortinhas de TAIWAN pode ser entendida como uma forma de demarcação de territórios entre os feirantes de Taiwan e de Hong Kong. Ainda, pode ser interpretado como uma maneira de assumir e mostrar publicamente a origem deles. Conforme exposto na seção 1.4 deste trabalho, as línguas faladas em Taiwan e em Hong Kong são diferentes. A maioria da população de Taiwan fala em mandarim, em contrapartida, em Hong Kong a maioria fala em cantonês. Assim, demonstrar de que região da China os feirantes vieram, também é uma forma de informar a língua falada por eles, e conforme Calvet (2007), esse comportamento transparece fortes sentimentos identitários.

**Figuras 35, 36 e 37:** Placas de uma feirante de Taiwan.



Fonte: Arquivo de visita ao campo (2018).

A primeira fotografia a seguir à esquerda é a estrutura de um feirante de Hong Kong que foi um dos entrevistados desta pesquisa. O Sr. Ning vende produtos que são tipicamente consumidos no café da manhã de Hong Kong, o chamado */dim sum/* (pronúncia em cantonês). A segunda e a terceira fotografias (figuras 39 e 40) são alguns dos produtos vendidos. Além do público em geral, esse tipo de comida atrai especialmente os chineses, pois nos restaurantes dificilmente é encontrado, por não abrirem no período da manhã, apenas abrirem nos horários das refeições do almoço e do jantar.

**Figuras 38, 39 e 40:** Carro com produtos tradicionalmente de Hong Kong.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

O idioma é sempre uma barreira importante para os chineses, no entanto, não quer dizer que os chineses não interajam com os brasileiros. Pelo contrário, como a maior parte realiza trabalhos ligados ao comércio, inevitavelmente necessitam se comunicar com clientes na língua portuguesa, mesmo que não falem fluentemente a língua do país de acolhimento (BI, 2013).

Portanto, a Feirinha da JK além de ter se tornado um espaço agregador entre os chineses, também configura um espaço de interação dos chineses com brasileiros, turistas, e demais frequentadores do local que possuem curiosidade e se simpatizam com a culinária chinesa.

#### **4.1.7 Decoração de fim de ano**

A fim de seguir o cronograma estabelecido, as fotografias desta pesquisa foram tiradas nos meses de julho e agosto de 2017, com exceção das imagens desta seção 4.1.7 que foram registradas no mês de dezembro de 2017, em vias de conclusão deste trabalho. Insta mencionar que a maioria dos sinais analisados nesta pesquisa (imagens das seções anteriores), consistiu de sinais não oficiais, cujos gestores são proprietários/administradores de estabelecimentos comerciais que imprimem suas escolhas linguísticas na paisagem linguística. Assim, as fotografias a seguir merecem destaque por viabilizarem a análise da

disposição da escrita chinesa como parte de uma ação do gestor público do município de Foz do Iguaçu.

**Figura 41:** Placas de decoração em via pública.



**Fonte:** Arquivo de visita ao campo (2017).

Por meio da fotografia anterior à esquerda é possível observar a posição em que as placas foram fixadas, além dos sinais da língua chinesa, também há placas na língua portuguesa, inglesa, espanhola, árabe, coreana, entre outras. Já a imagem à direita é a placa ampliada para visualizar melhor os sinais 节庆愉快, os quais foram grafados com a escrita chinesa na forma simplificada, e traduzidos em português significa **Boas Festas** e pronuncia-se /jiéqìng yúkuài/, de acordo com o *pinyin*<sup>28</sup>.

As placas das fotografias precedentes foram fixadas na Avenida das Cataratas, avenida que dá acesso ao aeroporto e às Cataratas do Iguaçu, um dos principais pontos turísticos da cidade, motivo pelo qual, é uma via pública de elevado fluxo de veículos e de grande visibilidade tanto para os moradores, como para os turistas que visitam a cidade.

Embora não tenha sido possível acessar os agentes da administração pública para perquirir acerca do objetivo/intenção dos responsáveis pela elaboração da disposição desses sinais na paisagem linguística da cidade, pode-se realizar algumas considerações a respeito.

De acordo com Berger e Elsenbach (2017) um aspecto que deve ser considerado é o das duas funções centrais dos sinais, a primeira é de comunicar (produzir e fazer circular mensagens no campo de uma comunidade linguística por meio de informações, instruções ou formas de persuasão); e a segunda, é expressar uma função simbólica (declarar pertencimento ou demarcar um território).

Portanto, a decisão dos gestores públicos de colocar placas em várias línguas em um espaço público de grande visibilidade, como parte da decoração de fim de ano da cidade, pode ter a função de comunicar, ou seja, para as pessoas que desconhecem a língua portuguesa entenderem a mensagem de Boas Festas na sua própria língua, seja ela a língua chinesa,

<sup>28</sup> Sistema de romanização caracterizado pela utilização do alfabeto latino para escrever a fonética do mandarim.

inglesa, árabe, coreana, etc. Ainda, expressa uma função simbólica, pois ao inserir na paisagem linguística da cidade diversas línguas, demonstra a pluralidade de línguas existente na fronteira e transmite uma sensação de cidade acolhedora de comunidades linguísticas distintas.

## **4.2 REPERTÓRIO LINGUÍSTICO, INTEGRAÇÃO, RESIDÊNCIA E DIREITOS DOS SUJEITOS NO CONTEXTO DE FRONTEIRA**

Nesta seção serão explicitados e interpretados os dados obtidos por meio das entrevistas, de modo a apresentar as línguas que fazem parte do repertório linguístico dos sujeitos da pesquisa, bem como elementos acerca da integração da comunidade chinesa com a comunidade local e demais aspectos relativos aos sujeitos da pesquisa no contexto de fronteira. Esta seção dialoga com a questão dos direitos linguísticos, integração dos chineses com a comunidade local, territorialidade e a dinâmica na fronteira.

### **4.2.1 Os sujeitos e suas línguas**

Conforme proposto no roteiro de entrevista, foram indagadas aos sujeitos da pesquisa as seguintes perguntas:

- a) Que línguas você fala, compreende, escreve e lê?
- b) No seu cotidiano, em que línguas você se comunica?

Esses questionamentos tiveram a finalidade de identificar as línguas que fazem parte do repertório linguístico dos sujeitos da pesquisa com o objetivo de verificar a pluralidade de línguas chinesas existentes em Foz do Iguaçu. Primeiramente, releva mencionar que todos os sujeitos da pesquisa afirmaram falar mais de uma língua, logo, são bi/plurilíngues. Segundo a definição da Carta Europeia do Plurilinguismo, o termo plurilíngue se refere à presença de falantes que usam diferentes línguas, e essas línguas fazem parte de seu repertório linguístico. Assim, plurilíngue dirige-se aos sujeitos falantes como indivíduos (OBSERVATÓRIO EUROPEU DO PLURILINGUISTICO, 2005). De acordo com as declarações prestadas nas entrevistas, 18 (dezoito) sujeitos falam português, 14 (catorze) mandarim, 10 (dez) espanhol, 11 (onze) cantonês, 8 (oito) taiwanês, 8 (oito) inglês, 2 (dois) guarani e 3 (três) relataram falar outras línguas além das mencionadas. Tem-se uma visão melhor detalhada no quadro a seguir:

**Quadro 2:** Os sujeitos e as suas línguas.

<b>Sujeitos da Pesquisa</b>	<b>Línguas</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de permanência no Brasil</b>
<b>Ayi</b>	Mandarim, cantonês e inglês.	33	3 meses <sup>29</sup> no Brasil
<b>Bion</b>	Português, mandarim, espanhol, cantonês, taiwanês, inglês, guarani e outros.	70	43 anos no Brasil
<b>Chan</b>	Mandarim e espanhol.	17	Nascida no Brasil.
<b>Dang</b>	Português, mandarim, espanhol, taiwanês e guarani.	57	32 anos no Brasil
<b>Ewu</b>	Português, mandarim, espanhol, taiwanês e inglês.	35	30 anos no Brasil
<b>Fábio</b>	Português, mandarim, espanhol, taiwanês e inglês	28	Nascido no Brasil.
<b>Grun</b>	Português, mandarim, espanhol, taiwanês e inglês.	36	32 anos no Brasil
<b>Hsu</b>	Português, cantonês e inglês.	63	58 anos no Brasil
<b>Iiau</b>	Português, mandarim, cantonês e inglês.	64	37 anos no Brasil
<b>Jade</b>	Português, cantonês, espanhol e inglês.	29	Nascida no Brasil.
<b>Kuen</b>	Português, mandarim, espanhol e inglês.	47	20 anos no Brasil
<b>Lee</b>	Português, mandarim, cantonês e <i>hakka</i> .	47	23 anos no Brasil
<b>Mei</b>	Português, mandarim e taiwanês.	21	19 anos no Brasil
<b>Ning</b>	Português, mandarim, cantonês, inglês e <i>senrói</i>	59	38 anos no Brasil
<b>Oyuen</b>	Português, mandarim e taiwanês.	76	15 anos no Brasil
<b>Ping</b>	Português, cantonês e espanhol.	57	52 anos no Brasil
<b>Quang</b>	Português, mandarim e taiwanês	63	32 anos no Brasil
<b>Rong</b>	Português e cantonês.	84	63 anos no Brasil
<b>Shun</b>	Português e cantonês.	81	63 anos no Brasil
<b>Tian</b>	Português e cantonês.	67	59 anos no Brasil

**Fonte:** Entrevistas.

Pela apresentação do quadro, importante chamar atenção para o fato de que não há uma língua comum falada por todos os 20 entrevistados. Apesar de todas as entrevistas terem

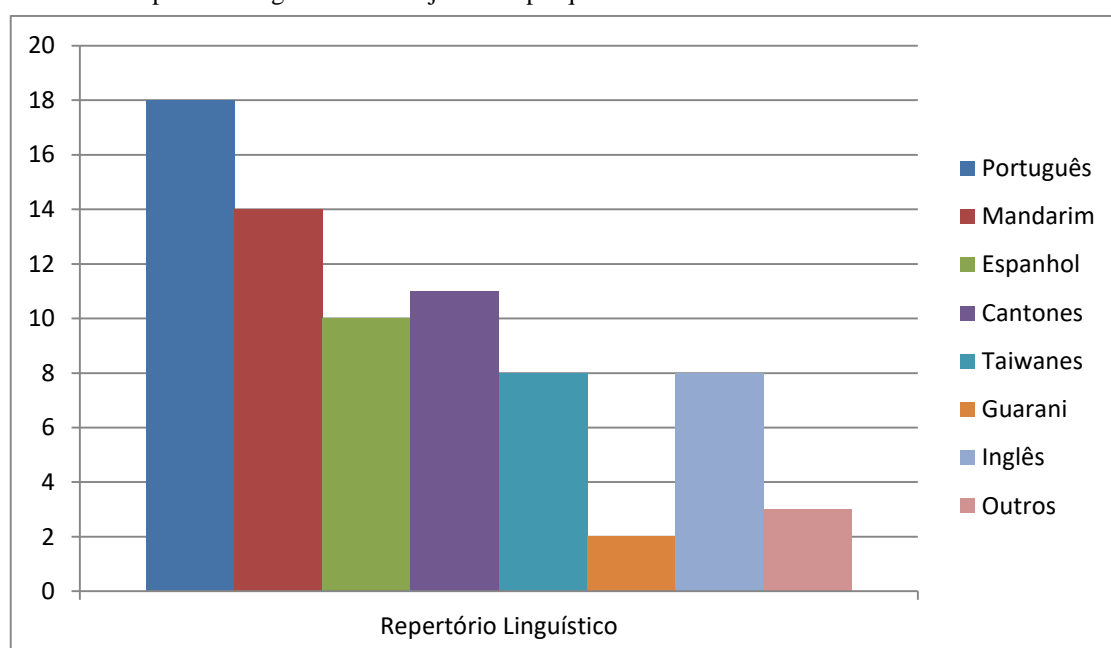
<sup>29</sup> Do mês de maio até agosto de 2017.



sido realizadas na cidade de Foz do Iguaçu, nem mesmo a língua oficial do estado brasileiro, a língua portuguesa, é falada por todos os sujeitos da pesquisa, razão pela qual, duas entrevistas (a de Ayi e da Chan) foram feitas em mandarim e transcritas em português. Insta lembrar que as traduções foram realizadas de forma livre pela pesquisadora, que não possui o conhecimento suficiente da escrita chinesa para transcrever em chinês. Assim, diferentemente das entrevistas que foram realizadas em português em que houve a transcrição de acordo com a pronúncia falada pelos sujeitos da pesquisa, na transcrição de Ayi e Chan, não há a reprodução do que foi falado, nas transcrições foram usadas as palavras da pesquisadora após tradução livre, conforme indicação abaixo dos excertos.

Do universo de 20 entrevistados, foram identificadas 16 (dezesesseis) diferentes línguas, o que evidencia um pujante plurilinguismo. Para a elaboração do gráfico, adiante, foram selecionadas as 7 (sete) línguas mais faladas pelos sujeitos.

**Gráfico 2:** Repertório linguístico dos sujeitos da pesquisa.



**Fonte:** Entrevistas.

Observa-se do gráfico que, dentre as sete línguas mais faladas pelos sujeitos, o português tem o maior número e a língua menos falada é o guarani. O guarani é uma das línguas oficiais do Paraguai, e uma das razões que explicam o fato da língua guarani ser falada por dois sujeitos da pesquisa, é em virtude deles possuírem relações comerciais com o país vizinho e buscarem se integrar com aquela realidade linguístico-cultural.

O campo **outros**, refere-se às línguas informadas por Bion, Lee e Ning. Bion informou que fala, além das línguas portuguesa, inglesa, guarani, mandarim e taiwanesa, também fala em japonês, e as línguas chinesas: *sánton*, *iaurin*, *tirin*, *rapei*, *runán* e *rurei*. Lee, por sua vez, declarou que fala português, mandarim, cantonês e *hakka*. Já o Ning afirmou que fala em português, cantonês, mandarim e *senrói*.

Desse modo, com exceção da língua japonesa, o campo **outros** no gráfico, alude às línguas chinesas: *sánton*, *iaurin*, *tirin*, *rapei*, *runán* e *rurei*, *hakka* e *senrói*. Ressalta-se que a grafia dessas línguas foi escrita de acordo com a pronúncia dos entrevistados.

No tocante às línguas usadas no cotidiano, verificou-se uma diversidade de respostas, sobre esse tema, vale lembrar a afirmação de Spolsky (2009) de que se uma pessoa é bilíngue ou plurilíngue, ela tem que escolher qual língua usar. Antes de iniciar as entrevistas, esperava-se que os sujeitos respondessem que no ambiente familiar falavam alguma língua chinesa e fora do ambiente familiar, a língua portuguesa. Todavia, verificou-se que mesmo nas famílias compostas de imigrantes chineses, a língua portuguesa é falada dentro de casa, como é o caso de Hsu, Iliau, Jade, Ping e Tian.

E mesmo fora de casa, Ayi e Chan declararam que não falam em português. Observou-se que a razão de não falarem a língua portuguesa está relacionada não apenas com falta de habilidade em falar a língua, mas também envolve a questão da insegurança linguística. Nesse sentido, alguns sujeitos da pesquisa relataram situações nas quais foi possível verificar que consideraram sua maneira de falar diferente, desvalorizada e até mesmo imprópria, em comparação com a forma de falar do outro.

**Ewu:** Foi meio difícil no começo, é eu ainda tenho um sotaque, assim não sei. (...) Na escola, a gente, assim, porque como eu não estudei junto com a turma, entrei no meio, você é um elemento estranho e quando no começo eu tinha um sotaque forte então você acaba, eu odiei a transferência no começo porque você finalmente se acultura com uma língua e depois tem que mudar tudo.

**Pesquisadora:** Você se sentia discriminada?

**Ewu:** Claro né. As pessoas não conseguiam interagir muito bem com você, você se sentia alienada dentro da sala de aula, aí isso só melhorou quando tive amiga de conversar, de sair.

**Pesquisadora:** Brasileiras?

**Ewu:** Sim, mas antes disso era diferente (Ewu, entrevista realizada em 23/07/2017).

No relato de Ewu é possível verificar a insegurança linguística, principalmente na idade escolar, a dificuldade em se relacionar e interagir com os colegas de turma em razão da língua. Ainda, mesmo após a idade escolar, quando diz “eu ainda tenho um sotaque”

demonstra insegurança linguística por considerar seu modo de falar como pouco valorizado em comparação ao modelo de falar mais prestigiado, mas que ela não pratica, consoante definição de Leconte (1998, *apud* SEIFFERT, 2009). Além da declaração de Ewu, merece destaque também o relato de Shun que sente de certa forma inferiorizada por não se sentir segura com relação à língua oficial do Brasil:

**Pesquisadora:** Como se sente por não compreender bem o português?

**Shun:** Se sente mal, triste, burra, por não saber falar (Shun, entrevista realizada em 31/07/2017).

Os entrevistados Ayi, Chan e Shun informaram que quando necessitam se comunicar com a comunidade local de Foz do Iguaçu recorrem ao auxílio de parentes, no caso de Ayi, é a esposa, e de Chan, é a genitora, e de Shun, é a filha, esse familiares acabam realizando a função de intérpretes. Chan possui 17 anos de idade, atualmente reside em *Ciudad del Este*, mas nasceu em Foz do Iguaçu. Ao ser indagada sobre a importância do aprendizado da língua oficial do país de nascimento, respondeu:

**Pesquisadora:** Você não acha importante aprender português?

**Chan:** Acho importante e útil.

**Pesquisadora:** Então por qual motivo você não aprende?

**Chan:** Não aprendo português por preguiça (risos).

(Chan, entrevista realizada em 18/07/2017. Entrevista em mandarim – tradução livre da pesquisadora).

Constatou-se que mesmo Ayi e Chan que não falam em português, no cotidiano, falam mais de uma língua. Ayi declarou que fala em mandarim com os pais e cantonês com a esposa e parentes da cônjuge. Chan, por sua vez, fala em mandarim com a família e em espanhol na escola. Merece destaque esse dado de que Chan, apesar de ter nascido em Foz do Iguaçu, não fala em português, mas fala em espanhol por residir atualmente em *Ciudad del Este*.

Diante dessa realidade, percebe-se o cenário multi e plurilíngue no qual os sujeitos desta pesquisa estão inseridos. De acordo com as definições contidas na Carta Europeia do Plurilinguismo, o termo multilíngue consiste na coexistência de diferentes línguas em dada sociedade ou espaço, enquanto plurilíngue se refere aos sujeitos, à presença de falantes que usam diferentes línguas, e essas línguas fazem parte de seu repertório linguístico. (OBSERVATÓRIO EUROPEU DO PLURILINGUISMO, 2005).

Ainda, os próprios sujeitos da pesquisa reconhecem que diariamente estão em contato e falam diversas línguas, nesse sentido, impende citar o relato de um imigrante chinês que trabalha e reside em Foz do Iguaçu:

**Bion:** Em casa fala taiwanês. Com a comunidade chinesa, em mandarim, e com os brasileiros, no trabalho, em português. Todo dia fala várias línguas. Acha o português o mais difícil, verbo de português é muito bagunçado. Próprio brasileiro não fala português. Não pode falar isso, língua bonita ou feia. Se você se acostuma a falar em cantonês, você acha que é bonito, certo?! Até canta. Se você fala em espanhol, acha que o espanhol é muito bonito também. Quem acostume já é bonito (Bion, entrevista realizada em 18/07/2017).

Na fala do entrevistado é possível notar a crença de que a língua portuguesa é a mais difícil, e fundamenta seu discurso quando critica que o próprio brasileiro não fala português, ou seja, mesmo as pessoas nascidas no Brasil não falam a norma culta da língua portuguesa. Extraí-se da conversa com Bion, que quando este afirma que “português é muito bagunçado”, ele se refere principalmente à complexidade da conjugação dos verbos, da concordância, da gramática entre outros aspectos, da mesma forma, quando Lee diz que “português (...) muda tudo, nunca tem fim e muda” ela também alude à norma padrão da língua portuguesa. O pensamento de Bion acerca da dificuldade no aprendizado da língua portuguesa é compartilhado com outros sujeitos da pesquisa como Lee e Ayi:

**Pesquisadora:** Foi muito difícil aprender?

**Lee:** Muito difícil, esse falado língua, português é o mais difícil que tem que ter no língua, porque ele muda tudo, nunca tem fim e muda, você acha que chinês é difícil, mas ele é mais fácil de usar (Lee, entrevista realizada em 28/07/2017).

**Pesquisadora:** Você já fez algum curso para o aprendizado da língua portuguesa?

**Ayi:** Não fiz nenhum curso. E não aprendi com a minha esposa antes de vir porque é muito difícil. (Ayi, entrevista em 17/07/2017. Entrevista em mandarim – tradução livre da pesquisadora).

Ayi manifestou seu ponto de vista pessoal quando afirmou que a língua portuguesa é muito difícil. Além de Ayi, muitos imigrantes optam por não aprenderem a língua portuguesa, e não procuram cursos de ensino da língua oficial nacional do país de acolhimento por pensarem que uma língua pode ser mais difícil que a outra, entendimento esse não compartilhado por esta pesquisadora. Alguns imigrantes apenas possuem interesse em

aprender o mínimo necessário para as atividades cotidianas. Nesse sentido, são os relatos de Ayi e Shun, os quais releva transcrever:

**Ayi:** Agora sei poucas palavras como bom dia e obrigado. (Ayi, entrevista realizada em 17/07/2017. Entrevista em mandarim – tradução livre da pesquisadora).

**Pesquisadora:** Então você aprendeu português conversando com quem?

**Shun:** Não conversava ninguém, só tem vezes vai pra rua, tem gente fala e eu escutei, assim, assim, mas eu aprende (Shun, entrevista realizada em 31/07/2017).

Ainda, quanto ao aprendizado da língua portuguesa, com exceção dos sujeitos nascidos no Brasil ou que foram alfabetizados no Paraguai, apenas dois sujeitos declararam ter procurado instituição de ensino da língua portuguesa. A Kuen que chegou ao Brasil com 27 anos, em 1997 e veio para Foz do Iguaçu em 2009, foi a única que estudou no CEEBEJA. E o Iliu foi o único que estudou dois anos no MOBREAL<sup>30</sup>, com 27 anos, chegou ao Brasil em 1980, residiu em Santos/SP e depois se mudou para Foz do Iguaçu em 1986.

E apenas Rong informou ter contratado professor particular para aprender a língua portuguesa:

**Pesquisadora:** Você já fez algum curso de português?

**Rong:** Não, não, nunca estudou nem nada. Só de noite quando trabalhar saiu de noite, chama uma professor ensinar.

**Pesquisadora:** Professor particular?

**Rong:** É, particular, uma hora por dia.

**Pesquisadora:** Quanto tempo teve essas aulas?

**Rong:** Pouco tempo, porque não tem tempo pá estudar quando eu veio para o brasil.

**Pesquisadora:** Mais de um mês?

**Rong:** Mais de um mês.

**Pesquisadora:** Um ano, ou não chegou?

**Rong:** Não, não chegou não. Aprendeu quando eu trabalhar no Bar, eu chama um... um.. funcionário? Funcionário ensina, e paga ceveja pra ele e ensina me fala, sempre assim.

**Pesquisadora:** E com amigos?

**Rong:** É com amigos assim, conversar. Então aprender pouco. (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

Do restante dos sujeitos da pesquisa que imigraram para o Brasil, extrai-se que aprenderam a língua portuguesa no dia a dia, conforme informado por Lee:

**Pesquisadora:** Como você aprendeu português?

<sup>30</sup> O programa foi criado em 1970 pelo governo federal, no contexto do regime militar no Brasil, com o objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil, e foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar (BELUZO; TONIOSSO, 2015).

**Lee:** A vida, a vida. A gente todo dia assistindo novidade, notícia do Brasil e do mundo na língua espanhol e português para ficar no você né (Lee, entrevista realizada em 28/07/2017).

Depreende-se das entrevistas que, para a maioria dos sujeitos da pesquisa, o aprendizado da língua tem o objetivo de tão somente auxiliar e facilitar a comunicação para atividades laborais remuneradas. Muito embora o aprendizado da língua do país de acolhimento não tenha a finalidade de estreitar laços com brasileiros, o trabalho também consiste em um meio/forma de integração, pois, normalmente os imigrantes chineses exercem atividades no comércio onde há o contato com o público, logo, interagem com pessoas que não pertencem apenas à comunidade linguística de línguas chinesas.

#### 4.2.2 Os sujeitos e a integração com a comunidade

Nesta seção será abordada a questão atinente à integração dos chineses com a comunidade de Foz do Iguaçu, com base nos dados obtidos por meio das entrevistas, bem como dos métodos de observação.

Dos 20 entrevistados, foi unânime a resposta de que a principal barreira de integração com a comunidade local de Foz do Iguaçu é a língua, 5 (cinco) declararam ser a cultura, enquanto que 2 (dois) afirmaram ser a comida.

A seguir, foram selecionadas transcrições que demonstram o comportamento dos sujeitos da pesquisa acerca das questões de integração da comunidade linguística de línguas chinesas com a comunidade local de Foz do Iguaçu. Ao ser perguntada sobre a principal barreira de integração, Grun respondeu que é a dificuldade de comunicação em razão da língua, principalmente para os chineses que migraram ao Brasil com mais idade. Assim, para ela, pessoas mais jovens possuem mais facilidade em aprender a língua do país de acolhimento.

**Pesquisadora:** Qual a principal barreira da comunidade chinesa se integrar com a comunidade de Foz do Iguaçu?

**Grun:** Ah.. eu acho que é a comunicação do idioma, para as pessoas mais de idade.

**Pesquisadora:** E além do idioma?

**Grun:** Olha, fora o idioma, acho que não, é mais o idioma mesmo.

**Pesquisadora:** E a cultura, por exemplo, você vê como uma forma de barreira entre eles, de integração?

**Grun:** Eu acho que não, porque os chineses que moram já aqui e convivem, acabam se adaptando à cultura local e acho que convivem bem assim, não vejo muita barreira.

**Pesquisadora:** Você sabe qual a principal dificuldade que eles passam?

**Grun:** Eu ainda acho que é a língua, porque sem a comunicação dificulta todo o resto. Por exemplo, você vai ao médico aí você não consegue se comunicar, você não consegue ir ao médico, por exemplo, alguma coisa de documentação (Grun, entrevista realizada em 23/07/2017).

Para Grun, a principal barreira de integração dos chineses é a língua. E essa barreira de integração também pode ser vista com uma fronteira, uma linha invisível, marcando territórios e traçando fronteiras de cunho social e linguístico. Para Day (2013), fronteira linguística não configura um simples resultado ou um simples dado, mas uma produção determinada por uma socialização e um posicionamento de parte dos diferentes atores sociais nela envolvidos.

Ainda, a entrevistada Grun explica que apesar da existência de diferenças culturais, “os chineses que moram já aqui e convivem, acabam se adaptando à cultura local e acho que convivem bem assim”. Desse modo, para Grun, a dificuldade no aprendizado da língua portuguesa é maior do que a adaptação à cultura brasileira. Grun exemplifica que para situações simples como ir ao médico, para uma pessoa que não consegue se comunicar na língua local, se torna algo complexo e dificultoso, da mesma forma com relação à regulamentação de documentos. Nesse sentido, no excerto a seguir, a entrevistada Ewu relatou que “a pessoa não sabe português, não sabe dos seus direitos e deveres, então tem muito medo da fiscalização, e certas coisas, porque você não sabe o que é na lei”. De acordo com Ewu, a falta de informação ocasiona um distanciamento entre a comunidade local e a comunidade chinesa que possui receio de estar em desacordo com a lei por desconhecimento da língua portuguesa e da legislação vigente.

**Pesquisadora:** Você se sentia discriminada na escola?

**Ewu:** Claro né. As pessoas não conseguiam interagir muito bem com você, você se sentia alienada dentro da sala de aula aí isso só melhorou quando tive amiga de conversar, de sair.

(...)

**Ewu:** Muita falta de informação, a pessoa não sabe português, não sabe dos seus direitos e deveres, então tem muito medo da fiscalização, e certas coisas, porque você não sabe o que é na lei, então isso acaba barrando muito, e barrando muito as pessoas também de ter um contato mais íntimo.

**Pesquisadora:** E aqui (no templo budista) é uma forma de você estar se integrando com a comunidade?

**Ewu:** Sim, porque tem muitos brasileiros que querem aprender a cultura chinesa, taiwanesa e a cultura budismo, mas a dificuldade da língua e não tem pessoal para orientar. Tem muita curiosidade e também tem muito estereótipo, então você precisa de alguém que funciona como uma ponte para ajudar a realmente a ter uma comunicação eficaz e amigável. Então realmente tem umas dificuldades e eu vejo que a questão da integração mesmo (Ewu, entrevista realizada em 23/07/17).

Observa-se que Ewu afirmou que se sentia discriminada na escola, pois, em razão da barreira linguística não conseguia se comunicar com os colegas e, por isso, “as pessoas não conseguiam interagir”. E ela não informou a idade exata que tinha, mas extrai-se pela íntegra da entrevista, que foi a partir do ensino médio que a integração com os colegas melhorou significativamente e começou a ter amigas brasileiras com quem conversava e saía.

Apesar das barreiras e fronteiras de integração observou-se de alguns relatos que há a característica comum do interesse em se adaptar no país de acolhimento.

**Pesquisadora:** E as pessoas? Foi difícil para se relacionar com os brasileiros?

**Rong:** Poca difícil. Estrangeiro quando chegar aqui muito difícil. Primeira coisa é a língua, é.

**Pesquisadora:** E a cultura?

**Rong:** Ah, é diferente. Lá e aqui é poco diferente, mas tem que fica tempo costumado aí que fica bom (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

**Pesquisadora:** No começo quando você veio como foi a comunicação com as pessoas?

**Lee:** A gente sorri muito, totalmente diferente tá, costuma, cultura, assim né, a gente para aprender costuma não é tão um tempo, dá meio ano daí costuma (Lee, entrevista realizada em 28/07/2017).

Segundo as informações obtidas junto aos sujeitos da pesquisa, a maioria dos imigrantes chineses tem como prioridade o vínculo laboral, em contraposição às atividades de lazer e de convívio social. Nesse sentido, merece destaque a declaração de Tian de que “todo mundo tinha que trabalhar e esquece da convivência”. Tian atualmente possui 67 anos de idade e está aposentado, chegou a Foz do Iguaçu em 1984 e foi dono de uma lanchonete em *Ciudad del Este*. É possível perceber na fala de Tian que na época em que possuía o comércio, a preocupação era voltada apenas para o trabalho, e apesar da atividade comercial proporcionar integração com a comunidade local, não havia tempo livre para uma convivência mais íntima com as pessoas fora do ambiente laboral. Ainda, observa-se a consciência da importância do convívio social, mas que acabou sendo deixado de lado, esquecido, em segundo plano, em virtude da dedicação ao trabalho na busca pelo sustento familiar.

**Pesquisadora:** E você já teve alguma dificuldade para se integrar com a comunidade aqui de Foz?

**Tian:** Simmmm, muita dificuldade.

**Pesquisadora:** Por quê?

**Tian:** Porque todo mundo tinha que trabalhar e esquece da convivência (Tian, entrevista realizada em 02/08/2017).



Em complementação à fala de Tian, Ewu expressou a mesma ideia, com outras palavras. Ainda, Ewu mencionou a relação existente entre a vinda dos chineses para a região com o comércio de *Ciudad del Este*, haja vista que a maioria dos sujeitos da pesquisa afirmaram que o motivo de terem imigrado a Foz do Iguaçu foi para trabalhar no Paraguai.

**Ewu:** Porque a nossa família sabe, é só trabalhar, negócios no Paraguai, então eles não tem essa interação (Ewu, entrevista realizada em 23/07/17).

**Lee:** Mas eu acho que esse chinês que vive aqui é pessoa que gosta muito trabalha (Lee, entrevista realizada em 28/07/2017).

O relato de Lee é no mesmo sentido de Rong, a seguir, que justificou a falta de integração social tanto com a comunidade local quanto com outros imigrantes chineses em virtude do trabalho. Assim, não foi percebida uma preocupação em construir laços de amizade, de relacionamentos interpessoais com a comunidade local. Todavia, merece reflexão o fato da atividade laboral também ser uma forma de integração com a comunidade local, visto que a maioria dos sujeitos da pesquisa informaram que trabalham ou trabalharam no comércio, onde há uma interação e um contato cotidiano com diversas pessoas. Nesse sentido é o entendimento de Bi (2013) que afirma que o idioma é sempre uma barreira para os chineses, mas isso não quer dizer que não haja interação entre chineses e brasileiros. Pelo contrário, como a grande maioria possui negócios no Brasil, os chineses se obrigam a se comunicarem com os clientes na língua portuguesa, mesmo que não falem fluentemente.

**Pesquisadora:** E você busca alguma forma de integração com a comunidade aqui de Foz?

**Rong:** Não, não. Aqui não.

**Pesquisadora:** Tem amigos brasileiros? (Respondeu negativamente balançando a cabeça).

**Pesquisadora:** Você participa de alguma associação chinesa aqui em foz?

**Rong:** Não, fica trabalhando, nunca sai (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

Rong atualmente está aposentado, conta com 84 anos de idade e chegou a Foz do Iguaçu em 1986. Quando respondeu que “fica trabalhando, nunca sai”, se referiu à época em que trabalhava em *Ciudad del Este*, no Paraguai, e quis justificar que, hoje em dia, mesmo estando aposentado não participa de associações porque naquele período em que tinha que trabalhar não tinha tempo para sair, e, por isso, hoje não possui o costume de se reunir com outros chineses, tampouco brasileiros.

Após as questões sobre integração, foi perguntada a opinião dos sujeitos da pesquisa com relação ao possível comportamento de isolamento dos imigrantes chineses que compõem a comunidade linguística de línguas chinesas em Foz do Iguaçu:

**Pesquisadora:** Você acha que os chineses aqui em Foz, em geral, se isolam? Ou buscam se integrar com a comunidade de Foz?

**Rong:** Se isolam. Cada um por si (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

**Pesquisadora:** Você acha que os chineses são mais reservados?

**Kuen:** Sim.

**Pesquisadora:** Você acha que aqui em Foz os chineses se isolam entre eles?

**Kuen:** Poucos que eu saiba. Ficam só com os parentes, na igreja (Kuen, entrevista realizada em 26/07/17).

Outro elemento que aponta o isolamento da comunidade linguística de línguas chinesas é o comportamento relatado por Chan, filha de imigrantes chineses, e que apesar de ter nascido em Foz do Iguaçu declarou que não sabe se expressar em português. Verificou-se uma insegurança linguística externada pelo fato de somente ter aceitado realizar a entrevista com a condição que a língua utilizada na entrevista fosse o mandarim. Segundo a entrevistada, esta só tem amigos chineses, por isso, prefere falar a língua materna.

**Pesquisadora:** Você tem amigos brasileiros?

**Chan:** Não, não tenho. Só tenho amigos que falam em chinês.

**Pesquisadora:** Apesar de você morar no Paraguai, você vem com frequência aqui para Foz?

**Chan:** Sim, quase todo dia. Para ir ao Dr. Bion<sup>31</sup>, aos mercados e restaurantes.

**Pesquisadora:** Quais restaurantes?

**Chan:** Rafain, Hokila, China.

**Pesquisadora:** E quando você está Foz, você fala em português?

**Chan:** Não (risos).

**Pesquisadora:** E como você se comunica?

**Chan:** A minha mãe que pede o que eu quero, que me ajuda a me comunicar quando estou em Foz (Chan, entrevista realizada em 18/07/2017. Entrevista em mandarim – tradução livre da pesquisadora).

Dos 20 sujeitos, apenas 5 (cinco) pessoas informaram que buscam alguma forma de integração, e os que responderam que não procuram se integrar explicaram motivos diversos, como por falta de tempo em virtude do trabalho, família, falta de interesse, dificuldade de comunicação em razão da língua e até mesmo falta de informação, o que pode ser percebido na resposta de Tian:

**Pesquisadora:** E você busca alguma forma de integração com a comunidade aqui de Foz?

**Tian:** Eu bem que queria.

**Pesquisadora:** Então você não busca?

---

<sup>31</sup> Bion ensina técnicas de acupuntura.

**Tian:** Não, não busco não, porque não sei como buscar (Tian, entrevista realizada em 02/08/2017).

Pode-se verificar que as informações obtidas por meio das entrevistas revelam indícios de que a comunidade linguística de línguas chinesas em Foz do Iguaçu apresenta uma postura de isolamento social e de pouca integração com a comunidade local.

#### 4.2.3 Os sujeitos e os locais de residência

Um dos questionamentos contidos no roteiro da entrevista foi onde os sujeitos da pesquisa moram - o bairro de residência - e se é de conhecimento do entrevistado a existência em Foz do Iguaçu de algum bairro ou região onde se concentra moradores pertencentes à comunidade linguística de línguas chinesas.

Há bairros na cidade de Foz do Iguaçu que são popularmente conhecidos pela concentração de moradores de origem árabe, como por exemplo, o Jardim Jupira e o Jardim Central, onde se localiza a Mesquita islâmica sunita. Todavia, o mesmo não acontece com os imigrantes chineses, não há um bairro em que notoriamente agrega e concentra a comunidade chinesa na cidade. A título de comparação, não há informações de membros da comunidade de imigrantes chineses que residam nas imediações do templo budista.

A partir das informações obtidas, principalmente por meio das entrevistas, objetivou-se analisar se há uma territorialidade<sup>32</sup> exercida pela comunidade linguística de línguas chinesas em Foz do Iguaçu, ou seja, se há uma marcação de território, no sentido de demarcar fisicamente em determinado espaço geográfico a presença da comunidade.

Claval (1979) e Leite (1990) afirmam que território inscreve limites, indica a presença de fronteira concreta, simbólica ou de ambas, e a finalidade das delimitações não é científica, é permitir o controle das pessoas.

Na mesma linha, Gregory (2014, p. 209) assinala que:

A territorialidade é constituída na perspectiva da construção de identidades, principalmente na dimensão simbólica, cultural. Neste aspecto, aparece o externo, a alteridade, a distinção entre nós e os outros. Também a distinção dos outros entre eles. Constrói-se a desigualdade e a diferença. A desigualdade exige um parâmetro comum, de essência comum, de identidade, mas as distinções se dão no âmbito da classificação, da quantidade, culminando em hierarquização. A diferença se dá no sentido da alteridade, do outro, da exclusão, do preconceito.

---

<sup>32</sup>De acordo com Berger (2016, p. 73), “a territorialidade refere-se à ação de agentes (sujeitos, comunidades, Estado) ou de determinado objeto sobre o território”.

À vista disso, e de acordo com os dados desta pesquisa, confirmou-se que não há em Foz do Iguaçu bairros e/ou regiões em que são caracterizados pela presença de imigrantes chineses, seja fixando moradia ou com o funcionamento de estabelecimentos comerciais de produtos chineses ou voltados especificamente para o público chinês. Como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, na cidade de Nova York, no bairro do *Chinatown*.

No entanto, a região do centro da cidade foi apontada como o bairro onde reside a maior parte dos falantes de línguas chinesas em Foz do Iguaçu. Assim, em razão da proximidade territorial, estabelece-se uma relação de contato entre os membros da comunidade, nesse sentido é o relato de um dos sujeitos da pesquisa:

**Pesquisadora:** Você acha que tem algum bairro com concentração de chineses?

**Grun:** Não, acho que não. Têm locais, por exemplo, aqui no templo budista, que a comunidade vem, restaurantes orientais. A maioria mora na região central. (...)

**Pesquisadora:** Você acha que aqui em Foz eles (chineses) são menos unidos?

**Grun:** Não, muitos daqui vão para lá (*Ciudad del Este*) se reunir e de uma maneira ou outra todos se conhecem. Aqui é mais um local de moradia, o encontro acaba sendo lá (Grun, entrevista realizada em 23/07/2017).

Destaca-se a fala de Grun quando afirma que “de uma maneira ou outra todos se conhecem”, o que demonstra a existência de uma rede de contatos entre os membros da comunidade chinesa em Foz do Iguaçu.

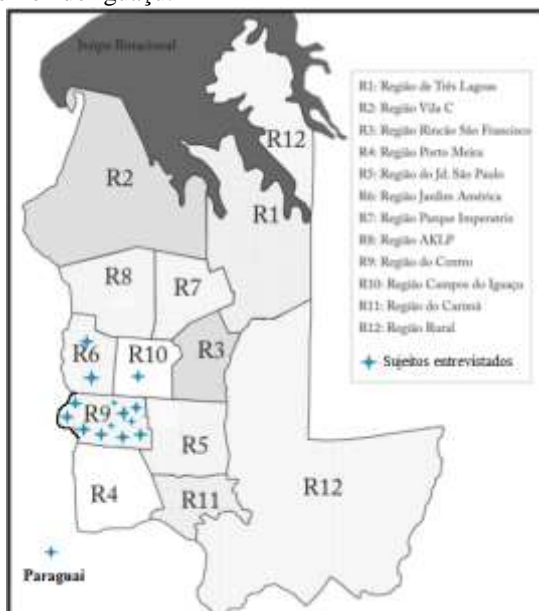
Haesbaert (2010) considera que a estruturação de uma comunidade em rede não é, necessariamente, sinônimo de desterritorialização, pois em geral significa novas territorializações, onde o elemento fundamental na formação de territórios é a rede.

Com as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, foi possível verificar que a maioria dos entrevistados, bem como, seus conhecidos que são imigrantes ou descendentes de imigrantes chineses residem na região central da cidade.

O mapa a seguir é dividido por regiões da cidade, de acordo a Secretaria da Fazenda do Município de Foz do Iguaçu (PMFI, 2012), e adaptado e sinalizado conforme a região onde os sujeitos da pesquisa residem. Dos 20 (vinte) entrevistados, 1 (um) reside em *Ciudad del Este*, 13 (treze) no centro de Foz do Iguaçu, 2 (dois) no bairro Vila Maracanã, 1 (um) no bairro Jardim das Nações, 1 (um) no bairro Jardim Polo Centro, 1 (um) no bairro Vila Yolanda e 1 (um) no bairro Jardim América. Ressalta-se que o mapa não aponta os locais

onde as entrevistas foram realizadas, e apenas três entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados no centro da cidade.

**Mapa 4:** Regiões de Foz do Iguaçu.



**Fonte:** Adaptado de Souza (2009, p. 14).

Assim, verifica-se que há uma agregação da comunidade linguística de línguas chinesas no centro de Foz do Iguaçu, mesmo que de maneira não intencional, ou seja, provavelmente a região central da cidade não foi escolhida como local de residência em virtude de traço identitário de imigrantes chineses, mas sim, por outros motivos, como por exemplo, comodidade, segurança, e até mesmo fatores ligados a investimentos imobiliários.

Desse modo, a partir dos dados é possível compreender as territorialidades das línguas em dada região, as relações entre diferentes línguas em certo lugar, como também as relações de poder que incidem na demarcação territorial por meio das línguas, ou seja, na formação de territórios linguísticos em dada região.

#### 4.2.4 Os sujeitos e a dinâmica da fronteira

Nesta seção, quando tratar de Paraguai, está se referindo à cidade paraguaia *Ciudad del Este*. Insta esclarecer que apesar de Chan morar no Paraguai, ressalta-se que todas as entrevistas foram realizadas na cidade de Foz do Iguaçu, e antes de iniciar a entrevista não era de conhecimento da pesquisadora que Chan reside em *Ciudad del Este*.

Da análise dos dados, extrai-se que 1 entrevistada reside no Paraguai, 14 sujeitos já moraram no Paraguai, ou seja, mais de 50% dos entrevistados. E 10 entrevistados trabalham

ou já trabalharam no Paraguai. Dentre esses 10 sujeitos, 6 atualmente não exercem mais atividade remunerada em razão da faixa etária (63 a 84 anos), e 1 pessoa passou a trabalhar em Foz do Iguaçu e mudou de profissão. Esses resultados são explicados em virtude da dinâmica vivenciada pelas cidades-gêmeas.

Ewu, Fabio, Grun e Jade que moraram, mas não trabalharam no Paraguai foram em virtude de terem se mudado para Foz do Iguaçu quando ainda eram crianças, e ainda não tinham atingido a idade suficiente para trabalharem. Com exceção de Quang que apesar de ter idade para trabalhar na época em que morou no Paraguai, por ter dois filhos, apenas o marido trabalhava fora enquanto ela cuidava dos filhos e afazeres domésticos.

Bremenkamp (2014) afirma que ao longo da linha divisória que demarca os territórios, os países, podem ocorrer áreas habitadas em ambos os lados da fronteira, e, neste caso, surgem as chamadas cidades-gêmeas, as quais configuram áreas onde ocorre a conurbação ou semiconurbação entre as localidades vizinhas e que existe uma maior possibilidade de convivência entre os moradores.

Assim, observa-se que as cidades-gêmeas coexistem no mesmo espaço e os acontecimentos sociais e principalmente econômicos se refletem diretamente na dinâmica da outra. Inúmeras pessoas que vivem em um país atravessam a fronteira todos os dias para trabalhar do outro lado, formal e também informalmente.

Nesse sentido, Cury (2009) verificou que diversos imigrantes residem em Foz do Iguaçu, por esta cidade apresentar melhor infraestrutura urbana, fazendo com que eles cruzem diariamente a fronteira para trabalhar no comércio paraguaio, fato este que foi constatado por meio das informações obtidas com a realização das entrevistas realizadas para esta pesquisa.

Merece destaque a fala de um dos sujeitos da pesquisa, em que se observa a crença enraizada de que para adquirir prosperidade há a necessidade de se trabalhar no país vizinho: “Para ganhar dinheiro tem que ir para o Paraguai” (Dang, entrevista realizada em 21/07/2017). Cumpre mencionar que essa afirmação foi feita por um imigrante chinês, residente em Foz do Iguaçu, que mesmo tendo a crença de que apenas na cidade paraguaia se consegue melhoria na condição financeira, opta por morar na cidade brasileira pela melhor qualidade de vida oferecida, com mais infraestrutura para sua esposa e seus filhos. Demonstra-se, assim, essa dinâmica constante existente na fronteira, de fixação de residência em uma cidade e vínculo empregatício na cidade-gêmea.

Ainda, Rong que também é imigrante chinês declarou que o motivo da vinda para a região foi exclusivamente em virtude de interesses econômicos, pois era de conhecimento

notório que o comércio de *Ciudad del Este* era promissor, no sentido de oferecer oportunidades e vantajosos investimentos. Conforme narrado pelo entrevistado, na época em que chegou ao Paraguai, em 1986, “todo mundo falou que Paraguai tem bom neigôcio. Tem que vir trabalhar” (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

#### 4.2.5 Os sujeitos e os seus direitos

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos prevê o uso da língua em locais privados e públicos. Neste aspecto, observou-se a circulação das línguas chinesas em diversos espaços sociais, não apenas no âmbito privado, mas também em ambientes de acesso ao público, como o templo budista, restaurantes de culinária chinesa e a feirinha da JK. Esses espaços além de serem locais de aglomeração de falantes de línguas chinesas, também configuram espaços de propagação e vitalidade das línguas chinesas.

Outro direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos é o direito ao uso do próprio nome. Verificou-se que alguns imigrantes chineses optam por adotar outro nome quando passam a residir no Brasil, a fim de facilitar a integração e assimilação com a comunidade local. Sobre esse aspecto, releva citar dois trechos das entrevistas:

**Ewu:** Na verdade, quando cheguei aqui no Brasil eu lembro de certos desenhos animados, gibis, mangás, na época tinha turma da Mônica, daí o meu nome que eu escolhi, aquele não oficial né, Mônica, porque eu era fã da turma da Mônica (Ewu, entrevista realizada em 23/07/2017).

**Pesquisadora:** Você tem nome em português?

**Tian:** Me chamam de Luís (Tian, entrevista realizada em 02/08/2017).

Verifica-se que foi a própria Ewu quem escolheu o nome, o que é comum para a maioria dos imigrantes, que apesar de terem o direito de usar o próprio nome, decidem serem chamados por nomes em que a comunidade local esteja mais acostumada, como forma de melhor aceitação e adaptação ao meio. Ainda, merece a atenção a resposta dada por Tian, o qual demonstrou um certo distanciamento em relação ao seu nome, da mesma forma quando a Ewu diz que é “aquele não oficial”. Há ainda, aqueles que optam por permanecer apenas com o nome em chinês:

**Pesquisadora:** Tem nome em português?

**Rong:** Não, só o nome chinês traduzido para o documento (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

Quando Rong respondeu que só tem o nome chinês traduzido, ele quis dizer que foi escrito com o alfabeto latino o som do seu nome em chinês.

A seção III da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos trata da onomástica<sup>33</sup>, e no artigo 33 prevê que todas as comunidades linguísticas têm direito a designarem-se a si próprias na sua língua. Consequentemente, de acordo com a mencionada Declaração, qualquer tradução para outras línguas deve evitar denominações confusas ou pejorativas.

Dos 20 (vinte) sujeitos da pesquisa, 17 (dezessete) são imigrantes chineses e dentre esses últimos, 9 (nove) possuem um nome convencionalizado diferente do registrado no documento de identidade. E desses nove, 2 (dois) sujeitos informaram que apesar de terem escolhido um nome brasileiro, a maioria das pessoas costumam chamá-los pelo nome em chinês, é o caso de Ayi e Grun.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos também enuncia, no artigo 3º, o direito de serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais. Em virtude dos órgãos oficiais de Foz do Iguaçu não disponibilizarem serviços com atendimento voltado para a comunidade linguística de línguas chinesas, nesse ponto, o direito linguístico da comunidade linguística não é plenamente aplicado. Sobre essa questão, merece destaque a exposição de Ayi:

**Pesquisadora:** Como você avalia o atendimento nos serviços que você procurou? Por quê?

**Ayi:** Ruim, da China é melhor. O comportamento das pessoas é bom, mas é muito lento, burocrático.

**Pesquisadora:** Que sugestões você daria para melhorar os serviços públicos?

**Ayi:** Colocar mais informações em chinês, porque a maioria das coisas está em inglês. Na França tem orientações em chinês (Ayi, entrevista realizada em 17/07/2017. Entrevista em mandarim – tradução livre da pesquisadora).

Observa-se do excerto anterior que ao ser indagado sobre quais sugestões poderiam ser dadas para melhorar os serviços públicos, Ayi respondeu que poderia ser colocado mais informações em chinês, porque a maioria das informações está em inglês. Ainda, acrescentou que na França tem orientações em chinês.

Ainda, sobre serviços públicos, releva destacar a nova lei de migração (Lei n. 13.445/2017) citada na seção 2.5, que assegura aos migrantes o amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Nesse ponto, insta transcrever o seguinte relato:

---

<sup>33</sup> É o estudo dos nomes próprios; ato de nomear, dar nome.



**Pesquisadora:** Você já procurou serviços públicos aqui em Foz?

**Iliau:** Sim. Posto de saúde, Detran carro, assim?! Fórum também (Iliau, entrevista realizada em 25/07/2017).

Assim, dentre os 20 (vinte) entrevistados, Iliau foi o único que informou já ter procurado o Fórum, os outros não declararam ter buscado qualquer serviço judiciário, tanto no âmbito estadual como federal.

A referida Lei n. 13.445/2017 também dispõe sobre o direito ao acesso a serviços públicos de saúde. Nesse sentido, cumpre trazer alguns breves fragmentos das entrevistas:

**Pesquisadora:** Você já procurou serviços públicos aqui em Foz?

**Dang:** Já foi em banco, policia federal, hospital público. Tem que chamar amigo para ajudar. Filhos não acompanha, ela pequenos. Pede amigo para escrever papel, escrever o que precisa. O atendimento é bom. Muita gente ajuda a gente não sabe falar (Dang, entrevista realizada em 21/07/2017).

**Rong:** posto de saúde para vacinação (Rong, entrevista realizada em 31/07/2017).

**Shun:** Só posto de saúde (Shun, entrevista realizada em 31/07/2017).

**Tian:** Já, o SUS (Tian, entrevista realizada em 02/08/2017).

Dos 11 (onze) sujeitos de pesquisa que informaram ter procurado algum serviço público em Foz do Iguaçu, 5 (cinco) especificaram que o serviço público buscado foi referente a questões de saúde, como hospitais públicos e postos de saúde. Ainda, observa-se que em contraposição à avaliação feita por Ayi, que considerou o atendimento ruim, conforme anteriormente transcrito, Dang afirmou que “o atendimento é bom”, e ainda acrescentou dizendo: “muita gente ajuda a gente não sabe falar”. Tanto Ayi como Dang relataram que possuem dificuldades em falar a língua portuguesa e precisam de ajuda para acessar os serviços públicos, todavia, a avaliação quanto à qualidade do atendimento, por ter um caráter subjetivo e pessoal, obteve-se respostas opostas. Além disso, ressalta-se que essa divergência de opinião no tocante à qualidade do serviço também pode ser explicado em razão de terem buscado serviços públicos distintos.

Considerando o disposto na Lei n. 13.445/2017 que prevê o direito ao acesso a serviços públicos de saúde, Martes e Faleiros (2013) afirmam que mesmo que um Estado reconheça o direito universal à saúde, e o estabeleça em sua constituição, isso não garante sua real execução, ou sua execução com a efetividade esperada. Isso porque os imigrantes possuem características distintas da população nativa, que devem ser consideradas na

elaboração e implementação de políticas que busquem garantir o acesso à saúde da população, ainda complementam que:

o papel da família na formação de padrões específicos de cuidados com doenças e procura de tratamentos. Indivíduos utilizam conselhos, informações e ajuda de parentes para tomar suas decisões sobre tratamentos de saúde. No caso dos imigrantes, as famílias têm um papel ainda mais relevante, já que mediam o acesso às redes informais de cuidados, de informações e ou referências, ou financiam os recursos para cobrir os tratamentos, quando necessários. O contexto familiar seria, nesse sentido, um elemento intermediário no processo de adaptação (MARTES; FALEIROS, 2013, p. 354).

Ainda, segundo as autoras, o acesso pode ser dificultado por características que são inerentes aos imigrantes, como o desconhecimento dos procedimentos de acesso no país de acolhimento, a falta de tempo, em virtude da falta de flexibilidade do trabalho e de recursos financeiros (quando não existem tratamentos gratuitos), o medo de utilizar os serviços públicos, no caso dos imigrantes sem documentação, o desconhecimento da língua, e as diferenças culturais relativas ao comportamento em relação a doenças e a necessidade de tratamentos (MARTES; FALEIROS, 2013). Sobre esse aspecto, releva trazer o excerto de uma das entrevistas:

**Pesquisadora:** Qual a barreira que você vê para essa integração com a comunidade e ao acesso aos serviços públicos?

**Ewu:** Muita falta de informação, a pessoa não sabe português, (...) então isso acaba barrendo muito (...) e também na questão de saúde, tem muita desconfiança, será que o sistema é bom, como precisa de tradução, muitas vezes não sabe como narrar a própria doença. Então muitas vezes quando a pessoa tá doente volta pra Taiwan pra se tratar e também porque tem um sistema de saúde melhor lá e mais barato e mais eficaz. Então realmente tem umas dificuldades (Ewu, entrevista realizada em 23/07/2017).

Observa-se da fala de Ewu que em razão da barreira linguística, há casos em que imigrantes chineses optam por retornar ao local de origem para tratamento de saúde. Ocorre que, voltar a Taiwan, local de origem, é uma opção apenas para quem possui melhores condições financeiras, pois para aqueles que se estabeleceram no país há pouco tempo, ou que dependem do trabalho para o sustento da família e não podem deixar o Brasil em virtude do trabalho, voltar ao país de origem para tratamento médico acaba sendo uma opção inviável, em virtude da distância e dos custos com a viagem.

Assim, verifica-se que a fronteira linguística, e a necessidade de auxílio de parentes e conhecidos para traduzirem, e a falta de confiança quanto aos métodos utilizados, podem

influenciar o acesso às redes de tratamentos formais e informais. Portanto, um maior conhecimento sobre o funcionamento dos serviços e o aprendizado da língua portuguesa são facilitadores na percepção de necessidades médicas e na busca por tratamentos formais de saúde pelos imigrantes.

#### **4.3. A PRESENÇA DAS LÍNGUAS CHINESAS E DOS CHINESES EM FOZ DO IGUAÇU: ENCAMINHAMENTOS PARA POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

A presente pesquisa não possui como objetivo principal propor uma política linguística específica, mas contribuir com um panorama sobre dada realidade linguística para fins de ações futuras. Esta seção se propõe a realizar reflexões baseada em dois eixos: primeiro, no aspecto atinente às políticas de integração e acolhimento de imigrantes, e segundo, quanto às políticas de valorização e visibilidade das línguas.

No tocante às políticas de acolhimento de imigrantes, esta seção tratará sobre práticas e ações que podem melhorar a integração da comunidade chinesa em Foz do Iguaçu, haja vista ser uma comunidade representativa na cidade e na fronteira e já ter se estabelecido na região há décadas. Verifica-se do quadro do perfil dos sujeitos da pesquisa (seção 3.3), que dentre os entrevistados, Tian foi o primeiro a chegar a Foz do Iguaçu, em 1984, no ano seguinte, em 1985, foi a vez de Quang e, logo após, Grun e Hsu, Iliau, Rong e Shun chegaram em 1986.

Apesar do longo período que a comunidade chinesa se encontra na região, não há políticas explícitas com o intuito de facilitar a integração com a comunidade de acolhimento e atenuar as barreiras e fronteiras linguísticas. Sobre essa questão, ao ser indagado sobre quais sugestões poderiam ser dadas para melhorar o atendimento dos serviços públicos, Ayi respondeu que poderia ser colocado mais informações em chinês, porque a maioria das informações está em inglês. Ainda, acrescentou que na França tem orientações em chinês (seção 4.2.5). Assim, um dos mecanismos para amenizar as dificuldades em virtude da língua, poderia ser a elaboração de folhetos informativos distribuídos na Polícia Federal, por exemplo, local onde os imigrantes precisam ir para regularizar a estadia no país.

Ainda, como exemplo de proposta de política de integração e acolhimento dos imigrantes, releva citar o projeto do governo do Paraná, exposto na seção 2.4 deste trabalho, que visa capacitar professores para dar aulas de português para estrangeiros, tanto para crianças como adultos, nas escolas estaduais. De acordo com a notícia veiculada no site da Secretaria da Educação do Paraná, o projeto prevê a capacitação de 90 professores dos 32

Núcleos Regionais e da Secretaria da Educação. O curso, que vai capacitar professores de português a ensinar o idioma para estrangeiros, será ministrado em duas etapas, em abril e maio do ano de 2018. Ressalta-se que o Paraná foi o primeiro estado do país a criar, em 2015, um conselho estadual específico para elaborar soluções e melhorias para a situação dos migrantes.

A iniciativa supracitada do governo estadual do Paraná de capacitar professores para dar aulas de português para estrangeiros é uma exceção, pois, no Brasil, de modo geral, o poder público não acolhe os imigrantes e os refugiados, e acaba ficando a cargo da sociedade civil, de instituições religiosas, ONGs e associações de imigrantes fazer o papel de anfitriões e acolherem esses indivíduos. No Brasil a maior referência em acolhimento de imigrantes são os Scalabrinianos, uma ordem/irmandade da Igreja Católica. A obra de maior expressão dos Scalabrinianos é a Missão Paz, que fica na cidade de São Paulo, que não se restringe em apenas acolher, mas oferecer outros serviços como ensino da língua portuguesa, regularização dos imigrantes, encaminhamento e mediações no emprego e ainda possui um centro permanente de estudos migratórios (SILVA, 2016). O Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes é o eixo legal, onde os imigrantes são atendidos por advogados e profissionais que vão regularizar a situação e depois promover encontros entre empregador e o imigrante, para tramitações de emprego. A Missão Paz é sustentada pela Igreja Católica e por doações de fiéis e de interessados.

No âmbito internacional, um exemplo que merece ser mencionado são as políticas linguísticas imigratórias adotadas em Portugal, na Austrália e no Canadá que contam com o apoio de tradutores e disponibilizam cursos gratuitos para o aprendizado da língua do país de acolhimento (SATALECKA, 2011).

Essas ações supramencionadas são exemplos de formas de integração dos imigrantes no Brasil, e entende-se que podem servir de referência para Foz do Iguaçu se tornar uma cidade mais acolhedora não apenas aos imigrantes chineses, como também a outros imigrantes de diversas origens.

Com relação às políticas de valorização e visibilidade das línguas na cidade de Foz do Iguaçu, merece destaque a inexistência de placas de sinalização pública (placas de trânsito) na escrita chinesa. Com o estudo da paisagem linguística realizada durante a pesquisa, verificou-se que a escrita chinesa, além de ser vista no templo budista, é encontrada principalmente em estabelecimentos comerciais na região central de Foz do Iguaçu, em restaurantes e lojas.

No tocante às placas de sinalização, seria interessante se houvesse a indicação da localização do templo budista com placas com a escrita chinesa. É fato que turistas chineses e imigrantes chineses que não possuem conhecimento da língua portuguesa dificilmente irão se locomover pela cidade desacompanhados de alguém que traduza e os direcionem. Ocorre que a indicação de placas com a escrita chinesa além de ter a função informativa, também possuiria um caráter receptivo, acolhedor, configuraria uma prática para propagar a política de visibilidade e estabeleceria uma postura dos gestores públicos de afirmarem a existência e a importância da comunidade chinesa na cidade e na região. De acordo com Berger e Elsenbach (2017) agentes da administração pública também podem ser gestores da paisagem linguística do município quando elaboram e dispõem sinais oficiais (*top-down signs*). Exemplo disso são as placas fixadas na Avenida das Cataratas como decoração das festas de fim de ano em diversas línguas, na língua portuguesa, chinesa, inglesa, espanhola, árabe, coreana, entre outras. Por meio das fotografias da seção 4.1.7 observa-se a placa com os sinais 节庆愉快, os quais traduzidos em português significa Boas Festas, demonstrando uma política linguística adotada pelo gestor público na paisagem linguística da cidade. Em uma posterior pesquisa, contemplando entrevistas com agentes da administração pública, seria possível compreender o lugar e o *status* atribuído à língua chinesa pelos gestores oficiais, responsáveis pela elaboração da disposição desses sinais.

Desse modo, a partir dos dados obtidos, uma das sugestões para melhorar a integração da comunidade chinesa e amenizar as fronteiras linguísticas seria a inserção de informações essenciais na língua chinesa nos principais serviços públicos e o ensino gratuito da língua portuguesa para os imigrantes. E além dos locais em que foi encontrada a língua escrita chinesa na paisagem linguística da cidade, os gestores públicos de Foz do Iguaçu também poderiam adicionar a língua chinesa em placas de trânsito, considerando o contexto de fronteira e o significativo número de chineses que circulam na região.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa elaborou-se como objetivo geral investigar a presença de grupos chineses em Foz do Iguaçu - PR e suas relações com a sociedade local. E como objetivos específicos, pretendeu-se descrever a presença das línguas chinesas em espaços sociais de Foz do Iguaçu; traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa; e analisar como ocorre ou não a integração dos grupos de chineses com os demais grupos locais.

A comunidade chinesa em Foz do Iguaçu possui significativa representatividade na cidade e na região da tríplice fronteira formada pelo Brasil, Paraguai e Argentina, no entanto, não há políticas e planejamento linguísticos explícitos e específicos para o acolhimento desses imigrantes. Nesse contexto, a presente pesquisa se propôs a estudar aspectos atinentes à comunidade linguística de línguas chinesas sob a ótica interdisciplinar da Política Linguística.

Para uma melhor compreensão do tema, o primeiro capítulo, **Foz do Iguaçu e a fronteira**, preocupou-se com a caracterização do ambiente da pesquisa e relatou a vinda de imigrantes chineses para a região de fronteira e especificamente para a cidade de Foz do Iguaçu. Na sequência, discorreu-se acerca do termo comunidade linguística e da pluralidade de línguas na China.

Com base nos conceitos de Calvet (2002) e Bremenkamp (2014), o termo comunidade linguística de línguas chinesas, neste trabalho, foi utilizado para designar o grupo de pessoas falantes das línguas chinesas, independente se nascidas na China ou no Brasil, o elemento em comum é a habilidade de se comunicar em uma ou mais línguas chinesas. No tocante à pluralidade de línguas na China, foi explicado que apesar do sistema de escrita utilizado na China ser um só, a língua chinesa falada varia consideravelmente de região para região, cada qual com suas próprias línguas e modos de pronúncia. De acordo com o banco de dados do *Ethnologue* e autores como Bezerra (1987), atualmente há centenas de línguas chinesas em uso.

O capítulo seguinte, **Percorso teórico**, inicia-se com o estudo da Política Linguística como campo interdisciplinar. Nesta pesquisa, optou-se por diferenciar o termo Política Linguística (grafado com as letras iniciais maiúsculas) para designar a área de estudo, e política linguística (com as letras iniciais minúsculas) para se referir a uma deliberação, decisão acerca das línguas (CALVET, 2002). Ainda no segundo capítulo, aspectos conceituais acerca de direitos linguísticos, (in)segurança linguística e questões ligadas à integração e direitos dos imigrantes foram abordados.

Quanto aos procedimentos metodológicos, estes foram detalhados no terceiro capítulo, **Percorso metodológico**, que consistiu primeiramente na exposição da perspectiva interdisciplinar da presente pesquisa, por permitir diálogos entre as disciplinas e possibilitar conectá-las ao objeto de estudo. Também foi esclarecido que esta pesquisa se insere no tipo de interdisciplinaridade de serviço tendo como disciplina líder o campo da Política Linguística (RAYNAUT; ZANONI, 2011).

Na sequência, na seção **delineamento dos procedimentos da pesquisa**, tratou-se da classificação da presente pesquisa como sendo descritiva (SELLTIZ, 1987), e com relação aos meios de obtenção de dados, foi precedida de necessária pesquisa bibliográfica e estudo de campo com observação, registro de imagens e realização de entrevistas. A pesquisa bibliográfica consistiu na busca de subsídios teóricos em livros nacionais e estrangeiros, artigos em revistas, produções acadêmicas como dissertações de mestrado e teses de doutorado e legislação pátria. Após o delineamento da pesquisa, foram realizados apontamentos com relação à observação e registro de imagens em campo, levantamento linguístico e vantagens das entrevistas. A última seção do terceiro capítulo dedicou-se ao perfil dos sujeitos da pesquisa, com a elaboração de um quadro com nomes fictícios dos entrevistados a fim de facilitar a visualização dos dados e auxiliar na construção de uma percepção mais próxima de quem são os sujeitos da pesquisa.

Por conseguinte, o quarto capítulo, **Observação da presença das línguas chinesas em Foz do Iguaçu**, refere-se à obtenção de imagens por meio de captação fotográfica e interpretação dos dados. Os dados analisados apontam que a presença da escrita chinesa nos espaços visuais públicos na cidade de Foz do Iguaçu pode ser vista, precipuamente na região central da cidade, nos estabelecimentos comerciais voltados para a comunidade chinesa, como loja de pedras preciosas e restaurantes especializados em culinária chinesa. Mas também foi encontrada a presença da escrita chinesa em estabelecimentos comerciais que possuem público variado, como a fachada de um supermercado e vitrine de uma loja de vestuário feminino. Assim, verificou-se que a escrita chinesa é encontrada principalmente em estabelecimentos comerciais, com uma função informativa e também representativa, em virtude de efeitos da globalização e como forma de estratégia de mercado. Ainda, não se pode ignorar os significados locais, o contexto de fronteira e a proximidade com *Ciudad del Este*, onde há um número significativo de consumidores chineses com poder aquisitivo.

Quanto à integração, extraiu-se das entrevistas e observações em campo, comportamentos de isolamento social e pouca integração entre a comunidade linguística de línguas chinesas e a comunidade local de Foz do Iguaçu.

Por meio dos diagnósticos sociolinguísticos percebeu-se o cenário multi e plurilíngue no qual os sujeitos desta pesquisa estão inseridos. Registre-se que os próprios sujeitos da pesquisa reconhecem que diariamente estão em contato e falam diversas línguas. Segundo Seiffert (2014), os diagnósticos sociolinguísticos podem servir como um importante meio de conscientização linguística das comunidades e mobilização social em torno da promoção da diversidade linguística, até mesmo em diagnósticos sociolinguísticos que não contenham essa perspectiva em seus resultados. No caso da presente pesquisa, com os resultados obtidos com o diagnóstico sociolinguístico pretende-se dar visibilidade às línguas chinesas presentes na cidade de Foz do Iguaçu.

Espera-se que os dados desta pesquisa possam servir de subsídios para futuras pesquisas e para que se possa pensar em ações de integração da comunidade linguística de línguas chinesas com a comunidade linguística da língua oficial local, por meio de maior acesso a informações, proporcionando maior confiança a essa comunidade linguística em estudo.



## REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. *In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogerio; ROCHA, Claudia Hilsdorf (orgs.). Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013, p. 93-116.

\_\_\_\_\_.; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso. Dinâmicas pré-históricas e sociopolíticas. *In: ALTENHOFEN, Cléo V.; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso (orgs.). Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 13-56.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BARCELOS, Artur H.F. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. **Revista Complutense de História de América**. n. 26, p. 93-116, 2000.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In: POUTIGNAT, Philipe; STREIFFENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade*. SP: Ed. UNESP, 1997.

BATISTA, Valter. Mapas China. **Valter Batista**, Guarujá, set. 2011. Disponível em: <[http://profvalterbatista.zip.net/arch2009-09-20\\_2009-09-26.html](http://profvalterbatista.zip.net/arch2009-09-20_2009-09-26.html)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 196-209, 2015.

BERGER, Isis Ribeiro. **Gestão do multi/plurilinguismo em escolas brasileiras na fronteira Brasil - Paraguai**. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

\_\_\_\_\_. Territórios linguísticos em escolas na fronteira: reflexões sob a ótica interdisciplinar da política linguística. *In: MACHADO e SILVA, Regina Coeli; MORAES, Denise Rosana da Silva (orgs.). Interdisciplinaridade e saberes: interlocuções entre fronteiras*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2016, p. 65-84.

\_\_\_\_\_.; ELSENBACH, Laisla Rafaelly Jardim. Gestão do multilinguismo no espaço visual público em Foz do Iguaçu: um estudo sobre a visibilidade da diversidade linguística. **Revista Entrepalavras**, v. 7, n. 2, 2017, p. 433-456.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Discutindo a história:** a revolução chinesa: A china contemporânea trajetória de uma revolução, para onde vai o socialismo na China. 4 Ed. Campinas, SP, 1987.

BI, Meng Yin. **Imigração chinesa em São Paulo e seu português falado:** interlíngua e marcadores discursivos. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas.** 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. **Portal da Câmara dos Deputados.** Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 2.848, DE 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Planalto.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Planalto.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.964, de 9 de dezembro de 1981. Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências". **Planalto.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6964.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal da República, de 5 de outubro de 1988. **Planalto.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao\\_compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. **Planalto.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a lei de migração. **Portal da Câmara dos Deputados**. Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

BREMENKAMP, Elizana Schaffel. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. 293 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CABRITA, Isabel Rute Souza do Amaral Xavier. **Modelo chinês para os direitos humanos: uma análise crítica no contexto das relações internacionais**. 2015. 435 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Parábola, 2002.

\_\_\_\_\_. **As Políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Vereadores ativos**. Disponível em: <<http://www.camarafoz.pr.gov.br/vereadoresdetalhes.php?p2=62>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

CARDIN, Eric Gustavo et al. A tríplice fronteira internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. [online]. Revista Perspectiva Geográfica. 2013, vol.8, n.9, ISSN 1981-4801.

\_\_\_\_\_.; COLOGNESE, Silvio Antonio (orgs.). **As Ciências Sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa**. Cascavel/PR, JB, 2014.

CARLOS, Vera Lúcia. **Discriminação nas relações de trabalho**. São Paulo: Método, 2009.

CÉSAR, América L.; CAVALCANTI, Marilda do Couto. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 45-66.

CHAN, Yi. Mandarim etimologia. 2013. Disponível em: <<http://jcoutinhomaimai.com.br/mandarim-etimologia/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CHEN, Miao Shen. **Cultura e educação dos imigrantes chineses na cidade Cascavel**: dois mundos, um mesmo objetivo. 2010. 157 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira). UNIOESTE, Cascavel, 2010.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2017. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2595.aspx>>. Acesso em: 1 set. 2017.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CURY, M. J. F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR). 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DAY, Kelly Cristina Nascimento. Fronteiras Linguísticas e fronteiras políticas: relações linguísticas e sócio-históricas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. **Caderno de Letras da UFF**, 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/47/artigo8.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

DIÁRIO DIGITAL. 2007. Metade dos chineses não sabe falar a língua oficial do país. Disponível em: <[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=266067](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=266067)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

DIAS, Alfredo Gomes. **Diáspora macaense**: Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952). 2012. 508 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Lisboa, 2012.

DONG, Yu; FANG, Zhong; XIAOLING, Lin. **A cultura chinesa**. Tradução de Li Junbao, Beijing: Edições em línguas estrangeiras, 2004.

DUARTE, Danilo Freire. Uma breve história do ópio e dos opióides. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 55, n. 1, p. 135-146, janeiro-fevereiro, 2005.

*ETHNOLOGUE*. 2017. *Chinese Sign Language*. Disponível em:<<https://www.ethnologue.com/language/csl>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa: nova ortografia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa: Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCEZ, Pedro M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral (orgs.). **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002, p. 83-95.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOOGLE. Google *Earth*. 2017. **Foz do Iguaçu**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Foz+do+Igua%C3%A7u,+PR/@25.5257213,-54.6844317,11z/data=!4m5!3m4!1s0x94f690ebae530a43:0x21979473b4c4a952!8m2!3d-25.5163356!4d-54.5853764>. Acesso em: 17 jul. 2017.

GORTER, D. *Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism*. Toronto, 2006.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

\_\_\_\_\_. Fronteiras Múltiplas: Narrativas sobre os Sertões do Paraná. In: **As Ciências Sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa**. Cascavel/PR, JB, 2014, p. 183-214.

HAESBAERT, Rogerio. Definindo território para entender a Desterritorialização. In: **O Mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 35-98.

HAMEL. Rainer Enrique. Direitos Linguísticos como Direitos Humanos: Debates e Perspectivas. In: OLIVEIRA. Gilvan Muller de (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p.47-69.

HOUAISS, Antônio, *et al.* **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 932.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações completas**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=||info%EF5es-completas>. Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estudos Especiais**. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRA – IDESF. Disponível em: <<http://www.idesf.org.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil**. Brasília. Série Pensando o Direito, n. 57, 2015.

KLAUCK, Samuel; SZEKUT Andressa. Diversidade Populacional: Discursos de Fixação do Patrimônio Cultural de Foz Do Iguaçu. **Revista Centro de Educação e Letras da Unioeste**. V. 14, p. 157-177, 2012. Disponível em: <[revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/download/7175/5807](http://revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/download/7175/5807)>. Acesso em: 23 jan. 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. **Terra, Território e Territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil**. Florianópolis, Anais do Seminário América 500 anos de dominação, 1990.

LIMA, Fernando Raphael Ferro de. **Desenvolvimento regional na fronteira Foz do Iguaçu/BR – Ciudad del Este/PY**. 2011. 165 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LING, Chiou Ruey. **Diáspora e velhice dos imigrantes Hakka: a memória da alma**. 2007. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Os direitos fundamentais como limites ao poder de legislar**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2001.

MACARINGUE, Ilídio. **Políticas Linguísticas e nacionalização do Português de Moçambique**. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras). UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2014.

MARTES, Ana Cristina Braga; FALEIROS, Sarah Martins. Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Revista Saúde Soc.** São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-364, 2013.

MARTINS, Kelly Cristina Freiria de Souza; SANTOS, Maria Elena Pires dos (Orientador). **Lingua(gem) híbrida e provisória: alunos chineses em foco**. Foz do Iguaçu, 2010. 75 f. Monografia (Especialização em Linguagem, Cultura e Ensino). UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2010.

MASON, Jennifer. *Qualitative Researching*. 2 ed. London: Sage Publications, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. MJ lança campanha de enfrentamento à xenofobia e à intolerância. 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-xenofobia-e-aintolerancia>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

OBSERVATÓRIO EUROPEU DO PLURILINGUISMO. Carta Europeia do Plurilinguismo. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoireplurilinguisme.eu/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

OLIVEIRA, Nara Regina Olmedo de. **Foz do Iguaçu Intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Foz do Iguaçu Intercultural**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2012b.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. As línguas brasileiras e os direitos linguísticos. *In*: OLIVEIRA, Gilvan Muller de (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Campinas: Mercado de Letras, 2003a, p. 7-12.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. *In*: OLIVEIRA, Gilvan Muller de (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Campinas: Mercado de Letras, 2003b, p. 13-46.

\_\_\_\_\_. **Línguas como Patrimônio Imaterial**. 6 jan. 2009. Disponível em: <<http://vertendopalavras.blogspot.com.br/2013/07/linguas-como-patrimonio-imaterial.html>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Políticas Linguísticas como Políticas Públicas. *In*: Bertussi, G. T. & Ouriques, N. D. (Coordenadores). **Anuário Educativo Brasileiro: Visão Retrospectiva**. São Paulo: Cortez, p. 313-333, 2013.

\_\_\_\_\_. A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. *In*: **Leis e Línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis: IPOL, 2015, p. 23-30.

\_\_\_\_\_. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, p. 382-399, 2016.

PARANÁ. Secretaria do Turismo - SETU. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Pólo Turístico de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/institucional/PDITSFozdoIguacu.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Paraná vai capacitar professores para dar aula a migrantes**. 27 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=7340>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. 1999. 186 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, Campinas, 1999.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 117-192, junho, 2008.



\_\_\_\_\_. **Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**. 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PIRES-SANTOS, Maria Elena. **Fatores de risco para o sucesso escolar de crianças brasiguaias nas escolas de Foz do Iguaçu**: uma abordagem sociolinguística. 1999. 228 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

\_\_\_\_\_.; SILVA, Izabel da; JUNG, Neiva Maria. Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 4, p. 1257-1277, out./dez. 2016.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **LIINC em Revista**, v.1, n.1, p. 3-15, mar. 2005.

\_\_\_\_\_. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **História da cidade**. Disponível em:<<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3d27f2cabd1b254cecf436d5200a?idMenu=1007>>. Acesso em 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Planta Genérica**. 2012. Disponível em:<<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=2100>>. Acesso em 15 ago. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites**. Campo Grande, UFSM, 2005.

RANGEL, Tauã Lima Verdán. O Reconhecimento dos Direitos Linguísticos como desdobramentos dos Direitos de Terceira Dimensão. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 07 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53955&seo=1>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

RATZEL, Friedrich; MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**: geografia. São Paulo: Ática, 1990.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior. In: PHILLIPPI, Jr; Arlindo. NETO, Antonio J. Silva. (orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri, SP: MANOLE, 2011, p. 143-208.

REIS, Barbara. Taiwan, o país entre aspas. **Público**. São Paulo-SP: 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/11/06/mundo/noticia/taiwan-o-pais-entre-aspas-1713623>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

REZENDE, Tânia Ferreira. **Direito Linguístico: um direito humano fundamental**. 2010. Disponível em: <<http://obiahpodermagicodalinguagem.blogspot.com.br/2010/04/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n(52.2): 289320, jul./dez. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores: PERES, José Augusto de Souza; et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSEIRA, A. M. Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira. In: **Encuentro de Geógrafos da América Latina**, 2009, Montevideu. 12 Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2017.

RUIZ, Richard. **Orientations in language planning**. NABE Journal, v. 8, n. 2, p. 15-34, 1984.

SANTOS, Maira Simões Claudino dos. **Macaenses em trânsito: o império em fragmentos** (São Paulo, Rio de Janeiro, Lisboa, Macau). 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Antropologia, Unicamp, Campinas, 2006.

SATALECKA, Malgorzata. **A resposta do Estado às barreiras linguísticas dos imigrantes. O caso português**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

SCHUMM, Gabriele. As regulamentações do Estado Novo e seus efeitos de sentido. **WebRevistaDiscursividade**, 9 ed, 2012, Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/Schumm.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

SEIFFERT, Ana Paula. **Línguas brasileiras de imigração faladas em São Bento do Sul (SC): estratégias para revitalização e manutenção das línguas na localidade**. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Censo, diagnóstico, inventário e observatório linguísticos: aspectos metodológicos e papel político-linguístico**. 2014. 199 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Revista Scielo**. V. 3, n. 1, abr. 1997. ISSN 1678-4944. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004)>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SEVERO, Cristine Gorski. **Política (s) linguística (s) e questões de poder**. São Paulo: Alfa, 2013.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SHOHAMY, E. Language in the public space. In: **Language Policy: hidden agendas and new approaches**. Routledge: Oxon, 2006, p.110-115.

SILVA, Micael Alvino da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SILVA, Filipe Rezende. **Integração Social e Laboral dos Imigrantes Internacionais no Brasil: o caso dos ganeses, haitianos, congolezes e senegaleses**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Tratamento de Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da; LEVISKI, Charlott Eloize; CAMOZATTO, Nathalia Muller. Língua Chinesa: um estudo político-linguístico sobre sua presença no mundo. **Revel**, v. 14, n. 26, 2016. ISSN 1678-8931.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Cidadania Cultural E Direito À Diversidade Lingüística: A Concepção Constitucional Das Línguas E Falares Do Brasil Como Bem Cultural. São Paulo: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 1, p. 83-101, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Direito à Diversidade Linguística no Brasil e sua Proteção Jurídica. **Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística**, 2014, Foz do Iguaçu. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais5\\_Seminario\\_Iberoamericano\\_de\\_Diversidade\\_Linguistica\\_.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais5_Seminario_Iberoamericano_de_Diversidade_Linguistica_.pdf). Acesso em: 02 fev. 2017.

SOUZA, Edson B. C. de. **A região do lado de Itaipu**: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. 1998. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu**: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Mercia Cardoso de. **O direito fundamental de se expressar na própria língua**: realidade ou utopia. 2013. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=500d2e6424f6fe03>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SPOLSKY, Bernard. **Language Management**. New York: Cambridge University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. [www.revel.inf.br].

TEIXEIRA LEITE, J. R., **Imigração chinesa para o Brasil**: China em estudo. FFLCH, n. 2, 1995.

THOMAZ, Karina Mendes. **A Língua Portuguesa no Brasil**: uma política de homogeneização linguística. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Relações Internacionais**. Acadêmicos e professor de RII visitam Consulado-Geral da China (Taiwan) em *Ciudad del Este*. 17 de fev. 2014. Disponível em: <

<https://www.unila.edu.br/noticias/rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais-0>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

VÉRAS, Daniel Bicudo. **As diásporas chinesas e o Brasil**: a comunidade sino-brasileira em São Paulo. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VILELA, Elaine Meire; LOPES, Livia Beatriz Ferreira. Balanço da Produção Acadêmica sobre migração internacional no Brasil. **BIB**, São Paulo, nº 72, 2º semestre de 2011, p. 55-88.

YIN, Bi Meng. **Imigração chinesa em São Paulo e seu português falado: interlíngua e marcadores discursivos**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZHIWEI, Z. **A relação Sino-Latino-Americana na transformação da ordem mundial: Identidade, Potencial e Perspectivas**. *In*: China e América Latina: A geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
CONEP em 07/07/2017 04/08/2000



Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

### ANEXO I

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A Gestão das Línguas, pelos Imigrantes Chineses, para o Acesso aos Serviços Públicos e Integração na Comunidade de Foz do Iguaçu/PR<sup>34</sup>.

Pesquisadoras:

Profa. Dra. Isis Ribeiro Berger (Pesquisadora e orientadora)

Contato: (45) 99964-2564 e [isisrberger@gmail.com](mailto:isisrberger@gmail.com)

Michele Siu Mui Yu (Pesquisadora e mestranda do Programa Sociedade Cultura e Fronteiras) Contato: (45) 99921-6685 e [michele.yu@aiesec.net](mailto:michele.yu@aiesec.net).

Convidamos você a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de descrever as línguas faladas pela comunidade chinesa em Foz do Iguaçu. Esperamos, com este estudo, dar maior visibilidade às línguas chinesas e identificar as barreiras enfrentadas, em virtude da língua, para a integração na cidade de Foz do Iguaçu.

Para tanto, serão realizadas entrevistas para que os participantes possam responder algumas perguntas relativas ao tema da pesquisa. Durante a execução do projeto mensuramos como possível risco ao participante o constrangimento de ser abordado pela pesquisadora para responder as perguntas. No caso de ocorrer alguma situação adversa não mensurada nos riscos, os participantes da pesquisa serão atendidos prontamente pela pesquisadora para solucionar imprevistos e eventuais problemas.

Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas fins científicos. Você também não pagará nem receberá para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3092. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

#### **Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.**

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

Nome do participante: \_\_\_\_\_.

Nós, Profa. Dra. Isis Ribeiro Berger e Michele Siu Mui Yu, declaramos que fornecemos todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

<sup>34</sup>O título da dissertação redefinido, de acordo com a sugestão da banca de exame de qualificação. Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE, conforme parecer de número 2.162.798.

## **APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista**

Iniciaremos nossa entrevista, peço a sua autorização para gravá-la em áudio. Conforme explicado, anteriormente, quando da assinatura do TCLE, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. Peço, também, que se sinta à vontade para não responder qualquer das questões, caso queira, bem como, perguntar e pedir esclarecimentos em caso de dúvida sobre as perguntas ou com relação à pesquisa.

1. Idade.
2. Em que ano chegou ao Brasil? Quando chegou a Foz do Iguaçu?
3. De onde veio? (qual região da China?) E por que veio?
4. Qual a profissão? Trabalha, estuda, do lar, etc.
5. Que línguas você fala, compreende, escreve e lê?
6. No seu cotidiano em que línguas você se comunica? (Em casa, trabalho, escola, etc.)
7. Você já fez algum curso/ instrução para o aprendizado da língua portuguesa? Onde, como e quando aprendeu português? (quais as línguas falava antes de vir, se já sabia português)
8. Você busca alguma forma de integração com a comunidade de Foz do Iguaçu? Tem amigos brasileiros?
9. Já teve alguma dificuldade quando procurou integrar-se com a comunidade de Foz do Iguaçu?
10. Você procura serviços públicos em Foz do Iguaçu? Quais?
11. Já precisou ser acompanhado por alguém que fala em português para o acesso a serviços públicos e integração com a comunidade?
12. Já teve alguma dificuldade quando procurou por serviços públicos de Foz do Iguaçu?
13. Como você avalia o atendimento nos serviços que você procurou? Por quê?
14. Que sugestões você daria para um imigrante chinês para melhorar a integração com a comunidade de Foz do Iguaçu e poder acessar aos serviços públicos?

Obrigada por participar dessa entrevista. Não há mais perguntas, fique à vontade para realizar questionamentos e/ou esclarecimentos sobre a pesquisa. Agradeço a sua atenção e estou à disposição.